

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

Tese de Doutorado

**Através dos olhos, das mãos e da boca:
a resignificação da vida após
a aposentadoria por invalidez permanente.**

Marcus Vinicius Castro Witczak

Orientador: Prof. Dr. Pedrinho Arcides Guareschi

Porto Alegre, março de 2009.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

**ATRAVÉS DOS OLHOS, DAS MÃOS E DA BOCA:
A RESSIGNIFICAÇÃO DA VIDA APÓS
A APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE.**

MARCUS VINICIUS CASTRO WITCZAK

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Pedrinho Arcides Guareschi

Porto Alegre, março de 2009.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

MARCUS VINICIUS CASTRO WITCZAK

ATRAVÉS DOS OLHOS, DAS MÃOS E DA BOCA: A RESSIGNIFICAÇÃO DA
VIDA APÓS A APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Presidente Prof. Dr. Pedrinho Arcides Guareschi

Profa. Dra. Jaqueline Tittoni

Profa. Dra. Lúcia Marques Stenzel

Profa. Dra. Jussara Maria Rosa Mendes

Porto Alegre, março de 2009.

Para minha família, razão do meu viver: Bel, Nando e Piolha. Para minha mãe, Ana Maria, por seu apoio incondicional. Em memória de meu pai, Ladislau.

AGRADECIMENTOS

A Isabel, pelo amor e respeito, pela cumplicidade na construção de nossa vida e no compartilhar dos nossos sonhos, nesses anos todos.

Aos meus filhos, Paola e Fernando, que dão “mais vida” para mim a cada dia e que precisaram aceitar minhas ausências nestes quatro anos.

A minha mãe, Ana Maria, por esse amor incondicional que sustenta e faz crescer.

Ao Pedrinho, que nesses anos de convívio demonstrou sempre que a sabedoria sem humildade, companheirismo ou compreensão não pode existir.

Ao Grupo de Pesquisa, em nossas terças-feiras questionadoras e inspiradoras (para não dizer conspiradoras), que muito contribuíram nessa trajetória.

Aos homens e mulheres que se dispuseram compartilhar comigo as suas histórias de vida, sem os quais essa Tese não poderia ter sido constituída, da maneira como o foi.

A equipe da Secretaria do PPG em Psicologia da PUCRS – Cláudia, Cléo, Inez – pela disponibilidade e imprescindível ajuda “à distância”.

A UNISC, pelo imprescindível apoio financeiro no início desta caminhada. Em extensão, ao Departamento de Psicologia, pela compreensão e ajustes sempre necessários.

A CAPES, pela bolsa concedida, auxílio financeiro que viabilizou a execução e conclusão do doutorado.

RESUMO

Esta tese de doutorado tem por temática a aposentadoria por invalidez permanente decorrente do acidente do trabalho e se propõe entender como as pessoas assim se ressignificam e quais são os mecanismos utilizados. Esse estudo se justifica plenamente pelo número crescente de acidentes do trabalho em nosso país. Dados do Ministério da Previdência Social apontam que durante o ano de 2007 ocorreram mais de 650 mil acidentes do trabalho no Brasil, um aumento de 27,5% em relação ao ano anterior. Situa-se teoricamente dentro da Psicologia Social Crítica, mais especificamente, no campo de análise das representações sociais (MOSCOVICI, 2003). A tese a ser defendida é que a ressignificação do sujeito aposentado por invalidez decorrente de acidente do trabalho somente é possível através da produção de uma consciência crítica que rompa com a centralidade do conceito de trabalho. Está dividida em três seções: a primeira intitula-se “Do fechar e abrir os olhos: seria possível uma vida sem trabalho?”. Nela são apresentados, articulados e discutidos os principais conceitos teóricos que fundamentam este estudo. A segunda, “Pensando pela boca - a narrativa e a produção de significados em aposentados por invalidez decorrente de acidente do trabalho”, apresenta a articulação entre a entrevista narrativa (BAUER & GASKELL, 2002) e os triângulos de significação (GUARESCHI, 2004; MARKOVÁ, 2006; JOVCHELOVITCH, 2008) como possibilidade metodológica e apresenta dois casos empíricos. A terceira, “Entre o consumo e o descarte: quando o corpo fala”, insere as questões do corpo a esta discussão e as possibilidades de ressignificação a partir deste. Nas considerações finais aparecem as conclusões que se chegou a respeito de como a ressignificação da vida após a aposentadoria por invalidez permanente decorrente do acidente do trabalho passa, necessariamente, pelo Outro, pela comunidade e pela produção de uma consciência crítica.

Palavras-chave: aposentadoria por invalidez permanente, acidente do trabalho, representação social,

Área: 7.07.05.00-3 (Psicologia Social)

ABSTRACT

This doctor's thesis focuses on permanent disability retirement and seeks to understand how the disabled reassign meaning to their lives and what devices they use. The growing number of occupational accidents in our country justifies this study. According to data from the Ministry of Social Welfare, in 2007 there were more than 650 thousand work-related accidents in Brazil, a 27.5% increase from the previous year. This paper is within the theoretical framework of Critical Social Psychology, more specifically, in the field of social representation analyses (MOSCOVICI, 2003). The thesis being defended is that the reassignment of meaning by the subject that has retired because of a work-related disability is possible only through the production of a critical consciousness that breaks away from the centrality of the concept of work. This work is divided in three sections: The first is titled "Closing and reopening the eyes: would life without work be possible?" in which the main theoretical concepts that provide the foundation for this study are presented, connected and discussed. The second section – "Thinking through speech – the narrative and the production of meaning by retirees due to occupational accident disability" shows the correlation between the narrative interview (BAUER & GASKELL, 2002) and the signification triangles (GUARESCHI, 2004; MARKOVÁ, 2006; JOVCHELOVITCH, 2008) as a methodological possibility and presents two empirical cases. The third section – "When the body speaks", brings up questions related to the body into the discussion and its possibility of providing resignification. The final considerations demonstrate how the reassignment of meaning to life after an occupational accident and the resulting permanent disability retirement passes necessarily through the Other, the community, and the production of a critical consciousness.

Key words: permanent disability retirement, occupational accident, social representation

CNPq classification area: 7.07.00.00-1 (Psychology)

CNPq sub-classification area: 7.07.05.00-3 (Social Psychology)

CATALOGAÇÃO NA FONTE

W819o	Witczak, Marcus Vinicius Castro Através dos olhos, das mãos e da boca: a resignificação da vida após a aposentadoria por invalidez permanente. - 2009. 130 f. : il. Orientador : Pedrinho Arcides Guareschi. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2009. Bibliografia. 1. Trabalho – Aspectos psicológicos. 2. Aposentadoria especial. 3. Acidentes de trabalho. 4. Psicologia social. I.Guareschi, Pedrinho Arcides. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título. CDD: 158.7
-------	---

Bibliotecária: Muriel Thürmer - CRB 10/1558

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
SEÇÃO I-.....	25
Do fechar e abrir os olhos: seria possível uma vida sem trabalho?	
SEÇÃO II-.....	51
Pensando pela boca: a narrativa e a produção de significados em aposentados por invalidez permanente decorrente de acidente do trabalho.	
SEÇÃO III-.....	86
Entre o descarte e o consumo: quando o corpo fala.	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
Anexo A – Aprovação do Comitê de Ética da PUCRS.....	128
Anexo B– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	129

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A presente tese de doutorado, intitulada “Nos olhos, no corpo e na boca: a resignificação da vida após a aposentadoria por invalidez permanente” foi produzida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), estando vinculada ao Grupo de Pesquisa “Ideologia, comunicação e representações sociais” coordenado pelo Prof. Dr. Pedrinho Arcides Guareschi, orientador desta.

Escrever é sempre um exercício de reflexão a respeito de como as coisas do mundo nos afetam e de como podemos afetá-las também. É um ato intencional e de ordenamento próprios voltado principalmente aos Outros – os leitores –, mas que fala basicamente do próprio escritor e das relações por ele estabelecidas. Este escrito vem permeado por vivências pessoais e profissionais, pelos pressupostos teóricos e metodológicos assumidos, e por um compromisso ético com os que se dispuseram a colaborar com esta pesquisa – pessoas aposentadas por invalidez permanente em decorrência de acidente do trabalho. Evidencia como aqueles que se afastaram da centralidade do conceito de trabalho e do trabalhar passam a resignificar suas vidas após este acontecimento.

Os olhos, o corpo e a boca representam, em alegoria, a vida humana e tudo o que nesta pode ser vivido, desfrutado, celebrado. Mas que também é composta por relatos de dor, de angústias, de sofrimentos, de incompreensões, de abandonos e de redescobertas de si mesmo, fatos que não passam incólumes por ninguém. Os olhos simbolizam aqui o que podemos ver (ou não) das relações a que estamos submetidos. O corpo alude ao trabalho e a tudo o que este pode representar em nossa sociedade. A boca relaciona-se às palavras, a linguagem e a possibilidade de comunicação com o Outro. Mais do que um exercício acadêmico, neste texto, estas vozes estão todas presentes. Fizeram-se sentir nesse pesquisador, espero que ecoem em você também, leitor.

A temática desta tese constitui-se em entender os caminhos percorridos pelas pessoas que se aposentam por invalidez em decorrência do acidente do trabalho em busca de ressignificação para as suas vidas.

O objetivo principal deste estudo é tentar entender como sujeitos acidentados do trabalho passam a ressignificar suas vidas após este evento e quais são os mecanismos subjetivos e sociais utilizados. A partir desse objetivo principal, foram formulados os seguintes objetivos:

- Entender como a centralidade do conceito de trabalho não permite que se visualize outras possibilidades de vida e como alguns conseguem romper com isso após o evento do acidente do trabalho que os levou a invalidez;
- Demonstrar como as pessoas aposentadas por invalidez decorrente de acidente do trabalho passam a ressignificar suas vidas a partir do Outro, da linguagem e da comunidade;
- Dimensionar como o corpo doente ou mutilado, que não pode mais trabalhar, é agora entendido pelo sujeito e os redirecionamentos que este produz;
- Discutir a relação entre o processo de ressignificação e a produção de uma consciência crítica.

Este estudo se justifica plenamente pelo número crescente de acidentes do trabalho em nosso país, que vitimam e expropriam as pessoas acidentadas. Dados do Ministério da Previdência Social apontam que durante o ano de 2007, foram registrados no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) 653.090 acidentes do trabalho. Comparando-se aos números registrados em 2006, têm-se um aumento de vinte e sete e meio pontos percentuais (27,5%), devido à inclusão de acidentes do trabalho sem Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) emitida, ou seja, um significativo aumento real de cinco pontos percentuais (5%). Esses dados podem ser visualizados no gráfico abaixo:

Tabela nº 1- Acidentes do trabalho, por situação do registro e motivo – 2006/2007.							
	Anos	QUANTIDADE DE ACIDENTES DO TRABALHO					
		Total	Com CAT registrada			Sem CAT	
			Total	Motivo			
				Típico	Trajeto	Doença do Trabalho	
TOTAL	2006	512.232	512.232	407.426	74.636	30.170	–
	2007	653.090	514.135	414.785	78.564	20.786	138.955

FONTE: DATAPREV, CAT. NOTA: Os dados são preliminares, estando sujeitos a correções.
Adaptado de http://www.mpas.gov.br/arquivos/office/3_081210-105921-851.xls em 20/01/2009.

Assumo a perspectiva que os acidentes do trabalho não são eventos de sorte, de culpa ou do destino, sendo socialmente determinados. Em consonância a esta idéia, Mendes (2002) afirma que a realidade que emerge do trabalho é aquela marcada pelo desemprego, desqualificação, transferência de riscos, desgastes de diferentes ordens, flexibilização dos direitos, exposição a diferentes formas de violência e precarização social ou ainda, pela banalização da vida (p. 330). As pessoas, então se submetem aos riscos inerentes a atividade profissional e assumem pressões de todas as ordens, que decorrem das condições e da organização do trabalho (DEJOURS, 1992, 1994; CODO, 2002) e que demarcam as diferentes formas de adoecimento físico e psíquico.

É necessário aqui que se faça a inserção do conceito de acidente do trabalho em sua definição legal, para que o leitor possa realmente apreender o sentido com o qual ele será utilizado. Define-se por acidente do trabalho aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou perturbação funcional, permanente ou temporária, que cause a morte, a perda ou a redução da capacidade para o trabalho (Artigo 139 da Lei n.º 8.213, de 24.07.1991)

É considerado acidente do trabalho a doença profissional e a doença do trabalho. Equiparam-se também ao acidente do trabalho: o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído

diretamente para a ocorrência da lesão, certos acidentes sofridos pelo segurado no local e no horário de trabalho, a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade, e o acidente sofrido a serviço da empresa ou no trajeto entre a residência e o local de trabalho do segurado e vice-versa. (Artigos 140 e 141 da Lei n.º 8.213, de 24.07.1991)

Já, a aposentadoria por invalidez é o benefício concedido aos trabalhadores que, por doença ou acidente, forem considerados pela perícia médica da Previdência Social incapacitados para exercer suas atividades ou outro tipo de serviço que lhes garanta o sustento (PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2007).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos principais conceitos envolvidos:

Tabela nº 2- Os tipos e definições de acidentes do trabalho e de incapacidade, segundo a Previdência Social	
Acidentes típicos	São os acidentes decorrentes da característica da atividade profissional desempenhada pelo acidentado.
Acidentes de trajeto	São os acidentes ocorridos no trajeto entre a residência e o local de trabalho do segurado e vice-versa.
Acidentes devidos à doença do trabalho	São os acidentes ocasionados por qualquer tipo de doença profissional peculiar a determinado ramo de atividade constante na tabela da Previdência Social.
Incapacidade temporária	Compreende os segurados que ficaram temporariamente incapacitados para o exercício de sua atividade laborativa. Durante os primeiros 15 dias consecutivos ao do afastamento da atividade, caberá à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário integral. Após este período, o segurado deverá ser encaminhado à perícia médica da Previdência Social para requerimento do auxílio-doença acidentário. No caso de trabalhador avulso e segurado especial, o auxílio-doença acidentário é pago a partir da data do acidente.
Incapacidade permanente	Refere-se aos segurados que ficaram permanentemente incapacitados para o exercício laboral. A incapacidade permanente pode ser de dois tipos: parcial e total. Entende-se por incapacidade permanente parcial o fato do acidentado em exercício laboral, após o devido tratamento psicofísico-social, apresentar seqüela definitiva que implique em redução da capacidade. Esta informação é captada a partir da concessão do benefício auxílio-acidente por acidente do trabalho. O outro tipo ocorre quando o acidentado em exercício laboral apresentar incapacidade permanente e total para o exercício de qualquer atividade laborativa. Esta informação é captada a partir da concessão do benefício aposentadoria por invalidez por acidente do trabalho.

Adaptado de <http://www.mpas.gov.br> em 20/01/2009.

A tese a ser defendida é que a ressignificação do sujeito aposentado por invalidez decorrente de acidente do trabalho somente é possível através da produção de uma consciência crítica que rompa com a centralidade do conceito

de trabalho. E que esta consciência crítica se estabelece com o Outro¹, na comunidade e pela comunidade. A relação com o Outro é entendida no sentido de que o sujeito passa, através das questões do corpo, do trabalho de doação e da linguagem, a ressignificar os sentidos de sua vida e possibilita a re-inserção social e a construção de novos objetivos para a sua existência, distanciados do trabalho remunerado. Na e pela comunidade é onde o sujeito reencontra-se e dá significado a sua história pessoal, onde é reconhecido por aquilo que ele é e onde se desenvolve e se exercita a consciência crítica.

Os conceitos e constructos da Psicologia Social Crítica orientaram esta escrita. A opção por este campo do conhecimento é o seu interesse na transformação social, entendendo o caráter histórico dos fenômenos psicossociais. Concebendo a realidade como uma construção coletiva dialética, preocupa-se com a perspectiva das maiorias, das minorias e das resistências. Busca romper com os princípios positivistas e funcionalistas de ciência, pois entende que se produzem conhecimentos e não verdades, como o queriam os psicólogos sociais norte-americanos. Critica a separação entre sujeito e objeto de pesquisa, como a dicotomia entre o que é interno e o que pode ser externo ao fato social tomado em si (GRISCI, 1998). Para tanto, foi concebida como um

campo que se hibridiza em interfaces com outras áreas (antropologia, psicanálise, esquizoanálise, lingüística, estudos culturais, de entre muitas outras) e vai tecendo articulações teóricas com a teoria (nas versões frankfurteanas em sua diversas expressões), preocupando-se com ideologia, cultura e comunicação de massa; com a teoria das representações sociais [...]; com a perspectiva foucaultiana [...] interpellando sujeitos através do discurso [...]; com o construcionismo social. E no debate sobre a pós-modernidade. (VERONESE, 2003, p. 20 e 21)

Mais especificamente, situamos o campo de análise nas representações sociais (RS). Esta abordagem teórica visa entender a historicidade dos fatos e superar as dicotomias entre individual e social, ou entre subjetivo e objetivo, estando assim, plenamente em acordo com os pressupostos da Psicologia Social Crítica. Na verdade, não há uma única RS: elas são teorias sobre os saberes populares e do senso comum, elaboradas e compartilhadas coletivamente, com a finalidade de interpretar o real. Moscovici (2003) aponta

¹ A utilização do vocábulo Outro com a letra “O” maiúscula se refere a este ser de relação, ao terceiro em relação a todo diálogo (MILLER, 1987, p. 22).

que as RS visam tornar familiar o não familiar. Por serem dinâmicas, levam os indivíduos a produzir comportamentos e interações com o meio, ações que modificam os dois.

Na construção teórica desta tese muitos autores “participaram”. Entre eles, podemos destacar:

Ivana Marková – com os sentidos da dialogicidade e na construção dos triângulos da significação;

John Thompson – com o seu entendimento de ideologia como forma de dominação e a perspectiva da hermenêutica de profundidade;

Jürguen Habermas – com os conceitos de mundo da vida, ação comunicativa e uma visão particular sobre os sentidos do trabalho;

Michael Foucault – principalmente com os escritos de sua segunda fase, através das relações estabelecidas entre poder/saber, disciplinas e corpos dóceis;

Pedrinho Guareschi – é voz ativa neste escrito, com diferentes aportes, entre eles as noções de cosmovisão discutidas, e os conceitos de relação, de ética, de comunicação de massas, de consumo, entre outros;

Sandra Jovchelovitch – participa em diferentes momentos: no entendimento do que são representações sociais; na relação entre comunidade, o Outro e as narrativas; com Martin Bauer, na construção do método da entrevista narrativa aqui utilizada;

Serge Moscovici – com a teoria das representações sociais, que fundamentam todo este trabalho;

Paulo Freire – fundamentalmente com o entendimento do que é consciência e ética, e da constituição do processo de conscientização;

Zigmunt Bauman – com a sua crítica ácida e sua visão *líquida* de mundo, perpassa esta construção em inúmeros conceitos.

Assume-se aqui o ser humano como um ser de relação (concebida como um direcionamento intrínseco ao Outro), ou seja, ninguém pode ser sozinho (GUARESCHI, 2004). Somos o resultado de todas as relações que estabelecemos: com o Outro e conosco mesmos; com a comunidade, num

sentido mais estrito, e de uma sociedade globalizada; com a linguagem e a mídia, nas visões ideológicas de mundo que ela permite/transmite; com o entendimento de mundo proposto pela ciência e com aquele transmitido pelo senso comum. Também nos constituímos a partir de um corpo, em suas diferentes dimensões, e de todas as determinações que sobre ele possam ser produzidas.

Optou-se também por não se descrever todas as possibilidades conceituais que o trabalho pode assumir, focando (não reduzindo) a centralidade deste em nossas vidas. Pensando a sociedade de produção e consumo em que estamos inseridos, o trabalho e o trabalhar (em suas diferentes articulações) são elementos constitutivos da identidade de cada um de nós e dos processos de subjetivação a que estamos submetidos. As diferentes representações sociais, como formas de conhecer e de se situar no mundo, e as dimensões ideológicas, no sentido de dominação, fundamentam a discussão sobre este conceito. Daí decorrem também as concepções de não-trabalho e da aposentadoria por invalidez decorrente do acidente do trabalho.

Se os indivíduos se constituem em relação ao Outro, as RS, enquanto fenômeno simbólico, são expressões de pessoas para pessoas, sendo assim intencionais e convencionais. Isto é, elas envolvem sujeitos ativos que empregam códigos lingüísticos e contratos sociais de vários tipos (JOVCHELOVITCH, 2000). Dentro dessa perspectiva, o entendimento dialógico, ou a dialogicidade, é utilizado para que se possa ver as coisas de maneiras diferentes. Podemos pensar sobre as coisas de forma diversa e expressá-las em linguagem de acordo com as circunstâncias, experiências, motivos e intenções. O pensamento, portanto, ao invés de ser homogêneo ou monológico, é normalmente antinômico e dialógico. Nós somos capazes de combinar e usar nossas capacidades intelectuais de inúmeras maneiras e podemos expressar nossas idéias de modos variados usando palavras específicas, gestos e símbolos. (MARKOVÁ, 2006, p. 161)

A fonte deste repertório comum de saber está na comunidade: algo que perdura temporalmente e dá aos seus membros os referenciais e os parâmetros, a partir dos quais, indivíduos dão sentido ao mundo ao seu redor, no qual as suas histórias individuais podem ser conectadas a narrativas mais amplas da vida comunitária. O conhecimento comum produzido pela comunidade oferece os nós associativos que geram a experiência de pertença. É a experiência do vínculo que produz a psicologia da pertença, o sentimento de que nos encaixamos em um meio cultural. (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 137 e 138). Estes repertórios são sempre dialógicos, plenos de sentidos e significados, podendo ser decompostos em RS (MOSCOVICI, 2003). Assim, ao ligar-se ao Outro, a vida de uma pessoa ganha um novo sentido. E é no mundo da vida intersubjetivamente compartilhado que as comunidades se ligam ao passado, ao presente e ao futuro, através da memória social, das representações sociais e das identidades sociais. É neste espaço que o triângulo da relação se estabelece. (JOVCHELOVITCH, 2008; MARKOVÁ, 2006; GUARESCHI, 2004).

Por nos constituirmos em uma comunidade, através (para e com) do Outro e nos ligarmos a estes através da linguagem, na qual tanto o trabalho e o trabalhar, quanto o acidente do trabalho e a aposentadoria por invalidez têm e produzem representações sociais, foi que se constituiu uma proposta metodológica que considerasse todos esses vieses, enquadrando-se estes conceitos dentro dessa perspectiva.

A entrevista narrativa, conforme o método explicitado por Bauer e Jovchelovicht (2002)² foi adotada para a coleta de dados. Ela é considerada uma forma de entrevista não-estruturada, de profundidade, com características específicas. Conceitualmente, a idéia de entrevista narrativa é motivada por uma crítica do esquema pergunta-resposta da maioria das entrevistas. No modo pergunta-resposta, o entrevistador está impondo estruturas em um sentido tríplice: a) selecionando o tema e os tópicos; b) ordenando as perguntas; c) verbalizando as perguntas com sua própria linguagem. Deve-se

² A entrevista narrativa é classificada como um método de pesquisa qualitativa (Lamnek, 1989; Hatch & Wisniewski, 1995; Riesman, 1993; Flick, 1998. apud BAUER e JOVCHELOVICH, 2002)

usar o mínimo possível a influência, evitando as pré-estruturas. Isto porque ela emprega um tipo específico de comunicação cotidiana, o contar e escutar uma história, para conseguir o objetivo.

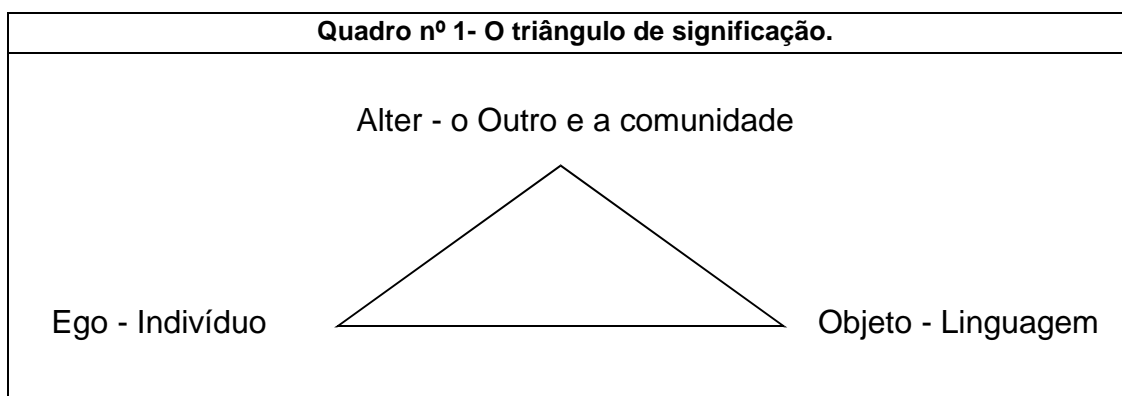
Os procedimentos de análise das entrevistas gravadas seguiram os seguintes passos:

1. Transcrição literal;
2. Análise estruturalista: focaliza os elementos formais da narrativa. A análise opera através de um sistema de combinações que inclui duas dimensões: uma é formada pelo repertório de possíveis histórias, do qual qualquer história acontecida é uma seleção, e a outra se refere às combinações particulares dos elementos da narrativa. Na dimensão paradigmática, ordenamos todos os possíveis elementos que aparecem nas histórias: acontecimentos, protagonistas, testemunhas, situações, começos, fins, crises, conclusões morais; na dimensão sintagmática, esses elementos particulares são organizados em uma seqüência que pode ser comparada através de cada narrativa e relacionada a variáveis contextuais. (BAUER e JOVCHELOVICH, 2002, p. 108);
3. Entendimento dos elementos constituintes de cada discurso;
4. Busca dos elementos gerais e específicos na totalidade das narrativas;
5. Conclusões finais.

Para as entrevistas não gravadas seguiu-se os mesmos passos, com exceção da etapa número 1, onde não houve a transcrição literal, e sim o aproveitamento dos dados escritos no diário de campo. Logo, o momento número 2 contou com um aspecto subjetivo do pesquisador muito mais evidente, pois se valeu dos aspectos por ele considerados mais relevantes quando da confecção do diário mesmo.

Partiu-se então para uma decomposição desses elementos constituintes do discurso em tríades significativas ou tríade dialógica: Alter-Ego-Objeto (MARKOVÁ, 2006). Nessa perspectiva interpretativa, o triângulo da mediação é a unidade básica de análise de como se constituem e se produzem as representações sociais. Os espaços do “entre” explicam a gênese dos fenômenos que constituem o indivíduo, a comunidade, a linguagem e o Outro

(JOVCHELOVITCH, 2008), conforme esquema demonstrado no Quadro número 1, a seguir:



No ponto central dessa figura localizou-se em primeiro lugar o conceito de trabalho, presente nas narrativas, e as composições possíveis. Em uma segunda leitura, substituiu-se trabalho por acidente do trabalho e aposentadoria por invalidez, verificando quais as novas possibilidades de significação. Após, foram comparadas as diferentes triangulações, e desse contraste, pode-se ver as ressignificações produzidas e perceber por que algumas pessoas conseguem produzir novos significados para o trabalho e o trabalhar, e outros não conseguem produzir este descolamento, retornando a posições anteriores.

Buscando entender de que modo as pessoas aposentadas por invalidez decorrente do acidente do trabalho conseguem se ressignificar e quais os mecanismos por elas usados, decidiu-se pesquisar pessoas que se encontrassem na situação ora descrita através de uma entrevista narrativa para levantamento de dados e posterior análise.

Foram sujeitos desta pesquisa, pessoas aposentadas por invalidez decorrente de acidentes do trabalho, escolhidos independentemente de idade, sexo ou profissão. Buscou-se estes indivíduos através de diferentes órgãos representativos do município de Santa Cruz do Sul, tais como: Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, do município e regional (que mantêm atendimento a grupos de pessoas que adoeceram no trabalho, bem como bases de dados epidemiológicos), o serviço de atendimento a amputados da

Clínica de Fisioterapia da UNISC (que também atende a acidentados do trabalho), Núcleo de Atendimento ao Segurado da Previdência Social (com os dados estatísticos e indicação de segurados que recebem a aposentadoria por invalidez decorrente de acidente do trabalho) e ainda Sindicatos do Vestuário e dos Industriários (que mantém grupos de acidentados do trabalho). A partir do cruzamento destes dados levantados confeccionou-se uma lista de pessoas que poderiam ser entrevistadas. Também se entrevistou pessoas por diferentes indicações e ou possibilidades.

Não se definiu *a priori* quantas entrevistas seriam necessárias, porém, pensou-se em um máximo de doze indivíduos. Efetivou-se oito entrevistas, gravadas em meio eletrônico e mais doze nas quais as pessoas não concordaram³ com a gravação, mas cujos dados foram compilados em um diário de campo. A todos foi apresentado e lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no modelo do SISNEP e que foi aprovado pelo Conselho de Ética em Pesquisa da PUCRS. Ao longo desses quatro anos de estudos, foram ouvidas também diversas pessoas, aposentadas em condições semelhantes às dos sujeitos selecionados para essa pesquisa, que muito contribuíram para a nossa compreensão a respeito da sua realidade.

O aprofundamento dos referenciais teóricos, metodológicos e a apresentação de resultados compõem as três seções subseqüentes. Cada uma destas seções pressupõe uma autonomia de leitura em relação às outras. Nesse contexto, informações imprescindíveis à compreensão dos mesmos podem ser apresentados de forma repetida. A organização desta tese sob este formato segue as orientações do Ato Normativo 002/07 do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS.

A primeira seção intitula-se “**Do fechar e abrir os olhos: seria possível uma vida sem trabalho?**”. A proposta deste escrito é discutir a centralidade do conceito de trabalho e das determinações sociais e ideológicas daí decorrentes, questões tornadas invisíveis aos nossos olhos. O acidentado do

³ Muitos dos entrevistados não concordaram com a gravação da sua entrevista por entenderem que esta poderia influenciar, de alguma maneira, seus processos junto a Previdência Social.

trabalho, aposentado por invalidez, ao deparar-se com a impossibilidade de trabalhar, tem os seus olhos abertos à força. E, mesmo que não queira enxergar, vive uma dupla exclusão. A primeira, e que não mais se identifica com a história de sua vida, e, a segunda, é que muitos dos sentidos produzidos e assumidos do social até então, são esvaziados. Discute-se também, por que alguns conseguem ressignificar suas vidas, mantendo os olhos abertos, enquanto outros retornam à condição anterior, de olhos fechados. A comunidade, a linguagem e o Outro compõem essa possibilidade de ressignificação da vida. Utilizam-se os referenciais da Psicologia Social Crítica e das representações sociais como fundamentação teórica desta produção.

A segunda seção intitula-se “**Pensando pela boca – a narrativa e a produção de significados em aposentados por invalidez decorrente de acidente do trabalho**”. Tem-se por objetivo demonstrar como a entrevista narrativa (BAUER & GASKELL, 2002) pode ser uma excelente fonte de coleta de dados aliada ao entendimento do discurso, a partir dos triângulos de significação (GUARESCHI, 2004; MARKOVÁ, 2006; JOVCHELOVITCH, 2008). Serão apresentados dois casos empíricos que foram escolhidos por serem representativos de processos diferenciados de posicionamento frente ao sofrimento e da centralidade do conceito de trabalho após o acidente do trabalho que resulta em aposentadoria por invalidez. A seção discute também aspectos como o retorno à comunidade e o direcionamento ao Outro como possibilidades de ressignificar a própria vida. Investiga-se, finalmente, a formação de uma consciência crítica e de uma ética diferenciada frente aos valores do trabalho e do trabalhar.

A terceira seção intitula-se – “**Entre o consumo e o descarte: quando o corpo fala**”. Este escrito objetiva entender aquilo que o corpo fala e que o sujeito não quer saber. Está constituído a partir da perspectiva da Psicologia Social Crítica, da metodologia da entrevista narrativa (BAUER & GASKELL, 2002) e dos triângulos de significação (GUARESCHI, 2004; MARKOVÁ, 2006; JOVCHELOVITCH, 2008). Utilizando recortes de falas de pessoas aposentadas por invalidez permanente decorrente de acidente do trabalho, se

demonstra como os sentidos são apropriados pelo corpo e definidos a partir da comunidade. Os processos narrativos traduzem formas de ver, sentir e se situar no mundo. Dessa forma, podem ser decompostos em representações sociais que produzem e significam um corpo. A partir dessa perspectiva, busca-se entender como os sentidos do discurso produzido reproduzem um corpo, e como a perspectiva comunitária reorganiza esse mesmo discurso. E, o corpo fala quando todos os sentidos produzidos se tornam vazios, emergindo o sofrimento. A resignificação da vida após a aposentadoria por invalidez permanente decorrente do acidente do trabalho passa, necessariamente, pelo Outro, pela comunidade e pela produção de uma consciência crítica.

Finalizando esta tese, apresentam-se as considerações finais, em uma tentativa de integrar e englobar os conceitos analisados ao longo dos diferentes momentos deste escrito.

Referências bibliográficas

- BAUER, M. W. & JOVCHELOVITCH, S. A entrevista narrativa. In: BAUER, M. W. & GASKELL, G. (ed) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CODO, W. e JACQUES, M. da G. (orgs) *Saúde mental & trabalho: leituras*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- DEJOURS, C.. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Oboré, 1992.
- DEJOURS, C. ABDOUCHELI, E. & JAYET, C.. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.
- GRISCI, Carmen I. O. Trabalho, tempo e subjetividade: impactos da reestruturação produtiva. *Projeto de tese de Doutorado*. Porto Alegre, PUCRS, 1998.
- GUARESCHI, P. A.. *Psicologia Social Crítica: como prática de libertação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil..* Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- MILLER, J. A. *Percurso de Lacan: uma introdução*. Rio de Janeiro: Jo, 1987.
- MARKOVÁ, Ivana. *Dialogicidade e representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

- MOSCOVICI, S. A. *Representações sociais - investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- PREVIDÊNCIA SOCIAL. *Anuário Estatístico da Previdência Social 2007*. <http://www.mpas.gov.br> em 20/01/2009.
- VERONESE, M. V. *Na direção de uma psicologia social crítica do trabalho*, 2003. <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/191/191.pdf> em 20/01/2009.

SEÇÃO I

**DO FECHAR E ABRIR OS OLHOS: SERIA POSSÍVEL UMA VIDA SEM
TRABALHO?**

Do fechar e abrir os olhos: seria possível uma vida sem trabalho?

Resumo: Porque não conseguimos pensar a vida longe do trabalho e do trabalhar? A proposta deste artigo é discutir sobre a centralidade do conceito de trabalho e das determinações sociais e ideológicas daí decorrentes – questões tornadas invisíveis aos nossos olhos. O acidentado do trabalho, aposentado por invalidez, ao deparar-se com a impossibilidade de trabalhar, tem os seus olhos abertos à força. E, mesmo que não queira enxergar, vive uma dupla exclusão: primeiro, não mais se identifica com a história de sua vida; e, segundo, muitos dos sentidos produzidos e assumidos do social até então, são esvaziados. Discute-se também, porque alguns conseguem ressignificar suas vidas – mantendo os olhos abertos -, enquanto outros retornam a condição anterior, de olhos fechados. A comunidade, a linguagem e o Outro compõem essa possibilidade de ressignificação da vida. Utilizam-se os referenciais da Psicologia Social Crítica e das representações sociais como fundamentação teórica desta produção.

Palavras chave: trabalho, acidente de trabalho, aposentadoria por invalidez, comunidade, representações sociais.

Abstract: Why can't we conceive our lives away from the act of working? The goal of this paper is to discuss the core of the concept of work and the resulting social and ideological implications – very often invisible to our eyes. The one that has suffered an occupational accident and is disability retired, when faced with the impossibility of working will be forced to see the reality. But even if one doesn't want to see the reality, he will experience a double exclusion: first, he will no longer identify himself with the history of his life; and second, his role in the society and its meaningfulness are compromised. We will also analyze why some are able to reassign meaning to their lives – keeping their eyes open –, while others blindly revert to their previous condition. The community, the language and the Other make possible to reassign meaning to one's life. We use references from Critical Social Psychology and from social representations to provide a theoretical foundation for this work.

Key words: work, occupational accident, disability retirement, community, social representation

Do fechar e abrir os olhos: seria possível uma vida sem trabalho?

Os olhos e o olhar têm um significado muito especial em nossa cultura. Entre os egípcios e gregos antigos tanto os olhos como o olhar significavam sabedoria, reflexão, conhecimento de si e eram desveladores do mundo. Tornaram-se fonte de inspirados poetas - “janelas da alma” – e alvo dos mais românticos – “um olhar apaixonado”. Mas também podem ser expressão de medo, pânico, dor e desconforto – “mantenha os seus olhos bem fechados”. O olhar é um dos nossos maiores marcadores culturais.

Enxergamos as coisas do mundo com as lentes que possuímos e que nos habituamos a usar. Essas captam uma versão da vida com maior ou menor nitidez, com um matiz maior de cores ou com tonalidades esmaecidas. Passamos, então, a ver e significar as relações cotidianas a partir dos hábitos e normas instituídas que dirigem o olhar e provocam uma sensação de normalidade, de reconhecimento. É isso que acontece quando olhamos alguém nos olhos e vemos, ali refletidos, a nossa própria imagem. E, em sentido oposto, é o que também acontece quando viramos o rosto para alguém ou alguma situação, pois desviar o olhar pode ser uma atitude muito ofensiva. No entanto, ainda pior é olhar e não ver, como acontece quando caminhamos e nos deparamos com a miséria de alguns e/ou sofrimento de outros, e não é o caso de fecharmos os olhos, pois continuam abertos, simplesmente aquelas imagens não mais nos sensibilizam, naturalizadas que estão.

Ver o sofrimento no outro é algo complicado, conviver com tal sofrimento machuca mais ainda. Significar o sofrimento do outro, na pessoa do aposentado por invalidez permanente decorrente do acidente do trabalho, nos fez abrir os olhos – há muito fechados – e perceber o mundo de uma maneira diferente. E, dessa vivência tão intensa, surge este escrito.

Muito se têm escrito em Psicologia sobre as relações entre o conceito de trabalho e a sua centralidade na vida das pessoas (ALBORNOZ, 1987; ANTUNES, 1995; CARMO, 1992; CIAMPA, 1987) ou, ainda, dos processos de subjetivação e de sua relação com a saúde mental de quem trabalha

(BUSCHINELLI – org., 1993; CHANLAT, 2007; CLOT, 2006; CODO, 1999, 2004; CODO & JACQUES - orgs, 2002; CODO & SAMPAIO, 1995; DAVEL, 2000; DEJOURS, 1992, 1994, 2007; POSSAMAI & GUARESCHI, 2008; SAMPAIO, 1999; SELIGMANN-SILVA, 1994). Discussão que se amplia dentro de diferentes referenciais teóricos e nas mais variadas disciplinas acadêmicas. A partir dos muitos matizes que este conceito assume, podemos pensar a respeito de como se organiza a sociedade e, quem sabe, até mesmo, o nosso próprio modo de enxergar a vida.

As pessoas comuns, (como eu e você), dedicam boa parte de suas vidas ao trabalho. Crescemos, estudamos e nos “preparamos” para uma vida profissional futura que nos garanta satisfação e felicidade. Nas “batalhas” do dia-a-dia em busca do pão cotidiano, ou de muito mais do que isso, nos “conflitos” entre o que se quer e o que se pode ser, trabalhar se torna a opção mais legítima de resolução destas questões. O trabalho “duro”, “árido”, “fatigante” é garantia de reconhecimento pessoal e de reconhecimento pelo outro. O ser trabalhador é quase que complemento obrigatório de ser humano. E, estes adjetivos fortes, no imaginário popular, podem nos causar medo, dor, sofrimento... Fechamos os olhos, então, ao que oprime e faz sofrer, e trabalhamos.

Por outro lado, a questão da ausência do trabalho, do não-trabalhar, também tem o seu correspondente no senso comum, na visualização destas relações. Aquele que faz corpo “mole”, “que está de férias permanentes”, só pode ser “vagabundo”, “bandido” ou “aposentado”, significados usados quase como sinônimos, enquadram-se em padrões que os consideram dentro do desvio da norma – invisíveis. Fogem às regras pré-estabelecidas e aos conceitos instituídos, mas fortalecem os pré-conceitos e os preconceitos daí decorrentes, que são tornados e tomados como desviantes, podendo tornar-se focos do olhar. Assim sendo, acabam por formar quadros e imagens mentais do que não queremos e não estamos preparados para aceitar, cristalizando impossibilidades subjetivas e, nos mantendo de olhos fechados.

O acidente do trabalho e a aposentadoria por invalidez podem ser enquadrados dentro destas imagens e quadros mentais, pois fogem a todas as possibilidades conceituais e subjetivas nas quais as pessoas procuram centrar a sua vida e o seu pensar. Não querendo vê-las, viram os seus rostos. Imagens essas que não somente desviam da norma, mas a implodem, destruindo tudo o que poderia significar para uma vida normal, plena e feliz. Seria como “nadar contra a maré” (sem nenhuma preparação para isso), “pentear no contra-pêlo” (sem nenhum instrumento para isso) ou ainda “virar a vida de pernas para o ar” (sem saber onde está o chão)... É acidental-se e não mais se reconhecer em sua própria vida, em seus próprios sonhos, é ver-se sem futuro...

Provavelmente você concordou com todas estas afirmações, e esse pesquisador por muito tempo também concordou com elas, enquanto que os acidentados as vivem cotidianamente. Essa é a força do senso comum, de nossas convicções e das instituições sociais, que remetem à naturalização dessas situações, à culpabilização e ao sofrimento individuais. São os olhos abertos quando mais os queríamos fechados.

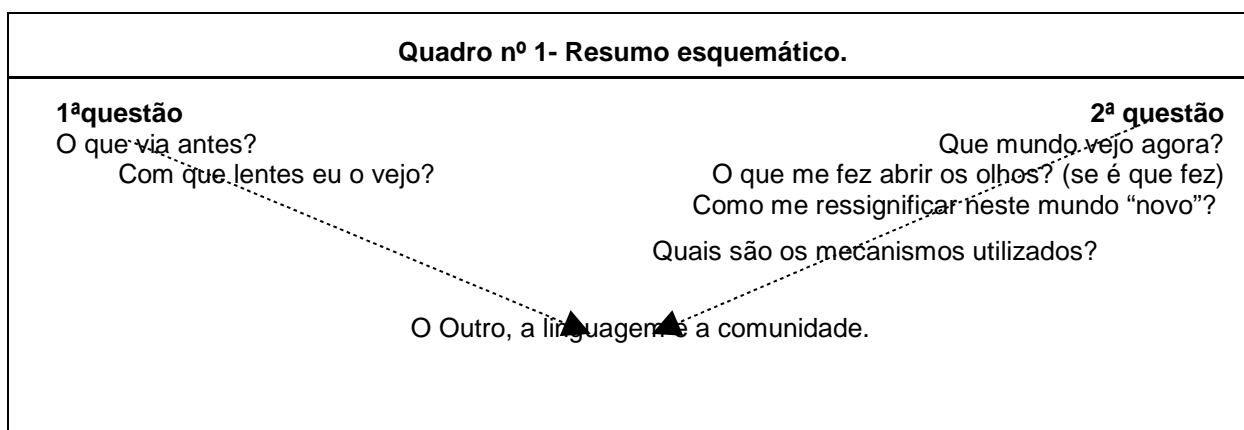
O objetivo desse escrito é entender a realidade não como tem sido descrita até aqui, mas demonstrar de que modo sujeitos acidentados do trabalho e aposentados por invalidez permanente passam a ressignificar suas vidas após esse evento e quais são os mecanismos subjetivos e sociais utilizados. Por que, até uma ocorrência com a qual não estávamos preparados para lidar – o próprio acidente do trabalho – mantínhamos os olhos fechados? E agora, que forçosamente eles foram abertos, o que vemos? Por que alguns não conseguem ver nada a não ser o seu próprio sofrer, enquanto outros lutam para se manter de olhos bem abertos, procurando outras alternativas de vida?

Para orientação do leitor, esse escrito apresenta duas questões de fundamental importância. São elas:

1ª- Por que existe a impossibilidade de nos vermos no mundo sem que a nossa inserção seja através do trabalho? O trabalho como onipresente e imprescindível...

2ª- Que mundo se produz, após o advento do acidente do trabalho, com a impossibilidade de trabalhar? Ou quando se rompe com esse círculo de ferro...

De uma forma esquemática poderíamos responder a estas questões da seguinte maneira:



A impossibilidade de ver um mundo sem trabalho.

O medo do desconhecido, do escuro e de estranhos faz com que fechemos os olhos, e os apertando bem, tentemos espantar o mal para longe de nós mesmos. Entretanto, o mundo do trabalho não nos é desconhecido nem estranho, apesar de muitas vezes não entendermos muitas relações obscuras e ocultas em seu conceito. Por que então, os olhos fechados? Por que não queremos (ou não podemos) ver a realidade como ela é? Vendo somente a superfície, acreditamos entender o que se passa na profundidade. A legitimação desse conceito, no senso comum e nas ciências, produziu uma naturalização e centralização do trabalho como um elemento fundamental para a sociedade e para as pessoas.

Autores como Foucault ou Bauman apresentaram diferentes explicações para estas questões. O primeiro, com os conceitos de disciplina e poder, fala de um corpo que se produz e que reproduz as determinações de um sistema social que focaliza o indivíduo através da produção e reprodução das micro-relações sociais. É expressão de uma visão panóptica que coloca o trabalho como elemento central. Já o segundo, desloca essa discussão para o que

escapa à centralidade (por isso, líquido, fluido, veloz) e se coloca à margem do processo, ou seja, aquilo que sobra desse mesmo processo. Assim o trabalho que inclui é o mesmo que exclui, sem que nos apercebamos disso, pois a vertigem da velocidade muitas vezes impede que abramos os nossos olhos.

Para Habermas, (1987), o trabalho (no campo conceitual e na vida real) não merece o destaque que regularmente lhe é posto na sociedade, papel este que deveria ser transposto às interações humanas. Diferentes naturalizações impossibilitam que o homem interaja na criação de um mundo afeito a si, simplesmente reproduzindo as estruturas sociais que são perpassadas e instituídas pelas relações de e no trabalho. As relações interpessoais estabelecidas colocam-se como o foco central na compreensão do que é o ser humano e dos diferentes processos de humanização pelos quais passamos no nosso processo de constituição. Tão importante quanto trabalhar é compartilhar a vida familiar e comunitária, é viver e comunicar-se entre os seus, é encontrar as razões definidoras do que cada um é nas pequenas coisas cotidianas.

Por “trabalho” ou “ação racional teleológica”, Habermas entende o processo pelo qual o homem emancipa-se progressivamente da natureza. Por “interação”, Habermas entende a esfera da sociedade em que normas sociais se constituem a partir da convivência entre sujeitos, capazes de comunicação e ação. Nessa dimensão da prática social, prevalece uma ação comunicativa, isto é, “uma interação simbolicamente mediada”, a qual se orienta “segundo normas de vigência obrigatória que definem as expectativas recíprocas de comportamento e que têm de ser entendidas e reconhecidas, pelo menos, por dois sujeitos agentes” (1987d, p. 57, in GONÇALVES, 1999, p. 129).

Pergunta-se: quem estabeleceu que o trabalho, enquanto norma social, seria o elemento central em nossas vidas? A sociedade (logo, nós mesmos) o fez, mas não por acaso ou por simples necessidade. Quando o Capitalismo se estabelece como o principal mediador entre as pessoas e o consumo, o trabalho assalariado se torna a fonte primeira de subsistência. O capitalista, dono do negócio, traduzirá os seus esforços através do lucro e da mais valia, “alavancando” a sociedade através da produtividade e do crescimento econômico. Já para o trabalhador tal significado vai além: é fonte de identificação pessoal e reconhecimento social, sendo ao mesmo tempo gratificação e sofrimento. É mais ainda, torna-se mesmo uma razão para viver.

Dentro dessa perspectiva, o conceito de trabalho, em toda a sua profundidade e problemática, só poderá ser visto e compreendido quando dele nos afastarmos. É preciso que se considere a dimensão individual e coletiva, porque envolve sujeito, linguagem e comunidade, num resumo da teoria da ação comunicativa de Habermas.

Entendo por “trabalho”, ou agir racional-com-respeito-a-fins, seja o agir instrumental, seja a escolha racional, seja a combinação dos dois. O agir instrumental rege-se por regras técnicas baseadas no saber empírico. Elas implicam, em cada caso, prognósticos condicionais sobre acontecimentos observáveis, físicos ou sociais; esses prognósticos podem se evidenciar como corretos ou como falsos. O comportamento de escolha racional é regido por estratégias baseadas no saber analítico. Elas implicam derivações a partir de regras de preferência (sistemas de valores) e de máximas universais; essas proposições são derivadas correta ou incorretamente. O agir racional-com-respeito-a-fins realiza objetivos definidos em condições dadas; mas, ao passo que o agir instrumental organiza os meios adequados ou inadequados segundo os critérios de um controle eficaz da realidade, o agir estratégico só depende de uma avaliação correta das possíveis alternativas do comportamento, que resulta exclusivamente de uma dedução feita com o auxílio de valores e de máximas. (HABERMAS, 1980, p. 320 – IN: NOGUEIRA, sd, p. 10).

O trabalho enquanto ação, comunica aos outros o que somos e de que formas nos colocamos em sociedade. Ao mesmo tempo, a linguagem, por si só, é insuficiente para dar conta desse contexto, então surgindo, a comunidade como o *locus* primordial da interação. Daí decorre o conceito de mundo da vida, que é o espaço da interação, do cotidiano, das coisas comuns. É também um espaço de defesa contra o novo, o lugar do instituído, dos valores primordiais e definidores de quem somos, de espaços comunitários de reconhecimento. A linguagem, em seu campo conceitual, traduz este mundo e o significa. Quando nos comunicamos dentro destas normas conceituais, nos identificamos.

Já a colonização do mundo da vida (outro conceito habermasiano) acontece quando estes significados e conceitos são invadidos e transformados em outros, que, tomados por semelhantes, acabam por naturalizar realidades. É quando deixamos de pensar/refletir sobre o cotidiano ou o significado do trabalho em nossas vidas e passamos a nos preocupar com as técnicas e a eficácia dos métodos (que muitas vezes nem entendemos bem). Uma destas naturalizações seria a própria afirmação de que *o trabalho é elemento central*

em nossas vidas. E é, para esse mesmo autor, somente quando “se quebra a cara” que se pode perceber as coisas como elas são realmente. Ou pelo menos, em outras possibilidades, desnaturalizando-as.

O que seria desnaturalizar? É a ruptura com os campos conceituais instituídos e as noções cristalizadas, que compõem os discursos dominantes, sejam eles tecno-científicos ou do senso comum. Thompson (1995) afirma que as naturalizações ocorrem através das dimensões ideológicas da linguagem, que são: abstrata e impraticável, errônea ou ilusória, expressando interesses dominantes e sustentando relações de dominação. A linguagem assume uma dimensão abstrata e impraticável, quando foge à possibilidade real e se prende a campos conceituais filosóficos e/ou científicos, que justificam relações de dominação e de submissão dos trabalhadores. A realidade, quando mascarada em um processo ideológico consistente, leva as pessoas a uma compreensão errônea de sua própria condição ou inserção no mundo, tornando-se ilusória quando faz promessas que não consegue cumprir. Assim, como expressão de interesses dominantes, muitas vezes excusos e não-declarados, reforçam e sustentam relações de dominação que passam ao largo, não sendo imediatamente associadas umas as outras.

O próprio Thompson (1995) denomina este processo de “reprodução simbólica dos contextos sociais” (p. 202), no qual os receptores de uma determinada forma simbólica contextualizada através dos discursos traduzem a sua vida e o seu cotidiano em significados que não compreendem totalmente. Ou seja, a rotina é a determinante das forças das palavras onde, mais do que campos conceituais, reproduzem os próprios sujeitos. O trabalho é uma dessas palavras, ou conceito, que significa a vida de forma plena. E, ser trabalhador é uma decorrência das afirmações desses significados, em todas as suas possibilidades e impossibilidades. Além disso, é nesse ponto que se estabelecem as relações assimétricas de poder: vive-se uma vida sabendo-se como, não porquê. Aqui, esta “reprodução simbólica dos contextos sociais” pode ser entendida como ideologia.

Entender a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. [...] a ideologia pode operar através do ocultamento e do mascaramento das relações sociais, através do obscurecimento ou da falsa interpretação das situações (THOMPSON, 1995, p. 76).

Nessa dimensão ideológica da linguagem é que se constitui o que se entende e se vive no e pelo trabalho. Romper com essa institucionalização perversa é propor a desnaturalização de processos invisíveis e afirmativos, é abrir os olhos. E, dentro de uma produção cotidiana da vida (VERONESE, 2007), os contextos sociais são afirmativos em diferentes retóricas (consumo, mídia, produção de subjetividades) que enfatizam o individualismo e o ganho pessoal, o trabalhar e em que medida obtém-se vitórias, sucessos e prazeres – cada vez mais efêmeros e passageiros. Cria-se um círculo vicioso que se retro-alimenta e ressignifica a cada momento. Assim sendo, produz novas formas simbólicas na manutenção de conceitos já estabelecidos e reconhecidos socialmente, tanto na construção como na constituição dos discursos e dos recursos discursivos utilizados, o que valoriza esses conceitos, seja através da ordem moral ou da econômica. Ser trabalhador implica em ser reconhecido como portador de diversos atributos morais valorizados socialmente e que acabam se traduzindo também em valores de consumo. Assume-se um conceito, incorpora-se esse a uma vida e gera-se um processo de produção e reprodução incessante de sentidos estritos e fechados em si. Como então abrir os olhos?

Paulo Freire insiste que não basta dar a resposta certa, é preciso fazer as perguntas que libertam. Rosa Luxemburgo afirma que é somente no movimento que vemos as correntes que nos prendem. Abrir os olhos significa, antes de tudo, enxergar os grilhões que nos aprisionam. Vendo-os, vem o questionamento libertador. O que foi feito de nós? Quem o fez? Por que nos submetemos. Questões contundentes de respostas extremamente difíceis, se não forem respondidas dentro de um questionamento ético do homem e da realidade que nos cerca.

Para discutir a questão da ética é preciso lembrar que este é um termo derivado de *ethos*, significando pertencer e pertencimento. Só podemos

pertencer a algo quando isto se torna parte integralmente de nós, nos constituindo. Logo, não há como desvincular ética de relação. Na teoria da ação comunicativa, Habermas (1984) fundamenta a ética como uma instância crítica e propositiva das relações humanas: ninguém pode ser, se ver ou sentir-se ético sem o Outro. É nas figuras de linguagem, na comunidade e nas inter-relações aí produzidas que se encontram e fundamentam também os conceitos e pré-conceitos construtores da realidade conforme a percebemos, produzindo significados identificadores e normalizadores do social – o senso comum. Logo, acreditamos que, é quando se consegue pensar sobre outra possibilidade de vida e ação com o Outro⁴ na busca por essa mudança, que se assume uma postura ética, propositiva e crítica.

Já para Thompson (1995), tudo o que impede uma postura crítica e propositiva pode ser caracterizado como dominação, numa relação assimétrica de poder. Dentro dessa perspectiva, caracteriza-se a ideologia como dominação, ou o exercício de poder sobre o Outro. Também, a simples denúncia de uma situação não produz mudanças, são necessárias ações ou fatos que demonstrem aos sujeitos que existem alternativas diferenciadas. Se existe uma “Ética do Trabalho”, é porque também existem fundamentações ideológicas de uma vida para o trabalho. Os que não-trabalham, ao fugirem ou não se enquadrarem nesta perspectiva, servem de argumentação lógica e consensual que reforça a própria dominação. Como então pensar sobre o trabalho, ou o não-trabalho, dentro das suas mais diferentes acepções? Como vislumbrar também uma possibilidade de vida ética para as pessoas, para nós mesmos, afastados de toda essa dimensão ideológica? Como abrir os olhos? Esse é o ponto de partida para o sub-capítulo seguinte.

A impossibilidade de trabalhar: que mundo o sujeito vê agora?

A impossibilidade de trabalhar é algo em que normalmente não pensamos, e geralmente não gostamos mesmo de falar sobre isto, fechamos os nossos olhos. Estar desempregado é, em geral, associado a idéias como

⁴ A utilização do vocábulo Outro com a letra “O” maiúscula se refere a este ser de relação, ao terceiro em relação a todo diálogo (MILLER, 1987, p. 22).

ser “devedor”, “não conseguir arcar com suas responsabilidades”, entre outras associações mais depreciativas ao sujeito. Mas, mesmo assim, o desemprego é uma condição temporária e também não impede essa pessoa de buscar outras formas de subsistência para além do emprego formal. Há, inclusive, aqueles que, por escolha própria, preferem o mercado informal de trabalho e se denominam autônomos. Independentemente de estar ou não trabalhando naquele momento, o trabalhador sabe o que ele é: é um trabalhador, antes de qualquer coisa. Moldou-se um corpo marcado pelo social para o trabalho e é neste corpo que o trabalhador reconhece e habita.

A aposentadoria por invalidez permanente, resultante de acidente do trabalho, impõe ao sujeito algo que ele realmente nunca havia visualizado para si: não poder mais trabalhar. É algo que se insere no corpo, mutilando-o ou retirando deste a sua condição física para o trabalho. Retira do sujeito uma trama identificatória e subjetiva que o significava para si e para a sociedade como um todo, e recebe ainda um rótulo (fardo) muito pesado para carregar: aposentado por invalidez. Os olhos apertados ao máximo, pelo medo e pela dor, quando novamente abertos, não reconhecem mais o sujeito à sua frente. Também se descortina um novo mundo no qual não se sabe muito bem como transitar, visto que as significações e expectativas sociais não fazem o menor sentido. O que agora se vislumbra é uma dupla exclusão: a de sua identificação com a sua vida de trabalho e sua condição de trabalhador, bem como a exclusão de todos os sentidos produzidos e assumidos do social até então.

Por que, depois de se “quebrar” ou “quebrar a cara” (no sentido de encontrar o sofrimento, como nos propõe o pensamento habermasiano) após o acidente do trabalho, que leva à invalidez permanente, alguns abrem os olhos e enxergam estas determinações sociais? Por que outros simplesmente não querem enxergar? Por que alguns não podem enxergar? Para que se possa responder a estas questões, é importante que se defina o acidente do trabalho e a aposentadoria por invalidez.

Entende-se por acidente do trabalho

aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho (Artigo 139, da Lei n.º 8.213, de 24.07.1991, Previdência Social).

Consideram-se acidente do trabalho as seguintes entidades mórbidas,

I – doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;

II – doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no item I, acima.

Obs.: Em caso excepcional, constatando-se que a doença não incluída na relação prevista nos itens I e II, acima, resultou das condições especiais em que o trabalho é executado e com ele se relaciona diretamente, a Previdência Social deve considerá-la acidente do trabalho. (Artigo 140 da Lei n.º 8.213, de 24.07.1991, Previdência Social).

Equiparam-se também ao acidente do trabalho:

I – o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II – o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em conseqüência de:

a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho;

b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho;

c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho;

d) ato de pessoa privada do uso da razão;

e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior;

III – a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade;

IV – o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho:

a) na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autoridade da empresa;

b) na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;

c) em viagem a serviço da empresa, inclusive para estudo quando financiada por esta dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado;

d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado. (Artigo 141 da Lei n.º 8.213, de 24.07.1991, Previdência Social).

O conceito de aposentadoria por invalidez encontra-se inserido no art. 42 da Lei de Benefícios, cujo texto foi referendado pelo artigo 43 do Decreto 3048/99,

Art. 42. – A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.

Art. 43 – A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição. (Decreto 3048/99)

O valor deste benefício decorrente de acidente do trabalho será equivalente a 100% (cem por cento) do salário de benefício e, na hipótese do acidentado estar em gozo do auxílio doença, o valor da aposentadoria será igual ao do auxílio doença, caso este, por força de reajustamento, for superior ao quantitativo mencionado, tudo com base no artigo. 44, e seu § 2º, da Lei 8213/91, art. 39, II, do Decreto 3048/99. Será acrescido 25% a estes valores, no caso de o acidentado precisar da assistência permanente de outra pessoa, mesmo que o valor da aposentadoria ultrapasse o limite máximo de lei, conforme o artigo 45, tanto da Lei 8213/91, como no do Decreto 3048/99.

A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado empregado e empresário a partir do 16º dia do afastamento da atividade ou a partir da data da entrada do requerimento, se entre o afastamento e a entrada do requerimento decorrerem mais de 30 dias. Será também concedida, ao segurado empregado doméstico, autônomo e equiparado, trabalhador avulso, segurado especial ou facultativo, a contar da data do início da incapacidade ou da data da entrada do requerimento, se entre essas datas decorrerem mais de 30 dias. Cessa o benefício quando o aposentado retornar voluntariamente ao trabalho, contando a partir da data do retorno. Além disso, quando verificada a

recuperação da capacidade para o labor, dentro do procedimento supra mencionado, também é cessado o pagamento do benefício, observadas as regras previstas no artigo 49 do Decreto 3048/99.

Wünsch (2004) argumenta que a lógica da Previdência Social brasileira, enquanto seguradora, não apenas se limita a dar cobertura aos que contribuem, mas, tratando-se dos benefícios por incapacidade, restringe-se ao aspecto legal e institucional – indenizável –, sem responder às mudanças que a realidade social impõe. Ela se baseia na mesma concepção de acidente e doença profissional que atravessou o século XX, legitimando-se em meio às desigualdades nele produzidas. Para que se possa avançar (e mudar) esta concepção é preciso buscar-se um entendimento ampliado, inter e multidisciplinar no campo da Saúde do Trabalhador, onde os trabalhadores e a sociedade em geral, deverão estar fundamentando e ampliando as dimensões éticas e políticas desta discussão, indo além dos campos tradicionais da Medicina do Trabalho ou da Saúde Ocupacional.

O individualismo e o fatalismo são os fatores principais da assunção da culpa ou da culpabilidade do e pelo trabalhador acidentado. Ou o culpado é o trabalhador que se descuidou, ou foi algo do qual não pode escapar (o destino) (POSSAMAI e GUARESCHI, 2008). Estas dimensões também amparam a eficaz forma de se pensar a doença

Embora ainda prevaleça a responsabilização da doença ao indivíduo, este, ao se afastar do processo produtivo, cria condições para identificar seus determinantes, até então obscurecidos pela necessidade imperiosa do trabalho. Entretanto, esse afastamento das atividades acarreta uma multiplicidade de conseqüências adversas, dentre elas: a perda da identidade profissional, o redimensionamento da vida cotidiana e econômica, o sentimento de inutilidade e invalidez, o isolamento social e a perda de vínculo com a empresa e os colegas, além da insegurança ao retornar ao trabalho e o medo da perda do emprego. A doença, nesse contexto, preenche o espaço deixado pela centralidade do trabalho, aguçando a sua sintomatologia, comprometendo e dificultando suas possibilidades de reinserção ao processo produtivo, quando não causando sua total exclusão. (WÜNSCH, 2004, p. 89)

Se aprofundarmos mais esta discussão, podemos novamente retomar o campo da dimensão ética e ideológica nela envolvida e, neste caso, a do

liberalismo individualista. Guareschi (2004) conceitua três grandes cosmovisões que localizam os diferentes modos de pensar o social e as relações que nele se estabelecem. São elas: o liberalismo individualista, o comunitarismo solidário e o totalitarismo coletivista. Na construção desses espaços conceituais, foram considerados os valores dominantes, o tipo de sociedade onde acontecem e quais os elementos que estão presentes nas relações estabelecidas.

A dimensão liberal individualista é aquela em que o indivíduo é pensado como alguém isolado de todo o resto, que se basta a si mesmo, sendo responsável tanto pelo seu sucesso como pelo seu fracasso. Vive-se a batalha do dia-a-dia não com o outro, mas contra ele, onde o sucesso de cada um é medido pelo número de vitórias conquistadas. O mundo, então, torna-se uma grande arena, onde se luta com as armas que se possui, subjugando os adversários. O trabalho, dentro desta concepção, é legitimador do trabalhador que batalha, que vence, que se sobressai, que obtém sucesso (quase sempre medido em dinheiro e capacidade de consumo). Focados nesta possibilidade míope, dificilmente olharemos para os outros ao nosso lado, com seus sonhos e desejos, e nem os questionamentos os significados ocultos sob a dominação ideológica. Tal situação é aceita e nos serve desde que possamos manter uma imagem pessoal vinculada às imagens midiáticas e instituídas pelo senso comum. Esta também é uma boa razão para fecharmos os olhos.

E, o que acontece ao sujeito quando, por algum motivo alheio a sua vontade, essa miragem se desfaz? O oásis (ou a promessa dele) estava diante de seus olhos e agora há somente areia, pois tudo não passava de falsas promessas. O que resta a um sujeito aposentado por invalidez decorrente de acidente do trabalho quando este “quebra a cara”, “mergulha na areia quente e impiedosa do deserto”? Como encarar o mundo e a si mesmo? A partir dessa imagem retomamos as três questões anteriormente feitas, transformadas agora em afirmações: uns abrem os olhos e passam a tomar consciência destas determinações ideológico-sociais, ainda que os olhos possam arder por causa desta areia; outros, simplesmente não querem enxergar e continuam a vagar

atrás dessas miragens; e, por fim, alguns não podem enxergar nem as miragens e nem a si mesmos como seres vagantes.

Uma explicação possível seria que enxergar é ver-se partindo para uma nova posição frente a si mesmo, frente ao mundo e ao Outro. É romper com a cosmovisão anterior e inserir-se numa outra cosmovisão onde o ser humano passa a ser um ser de relação, aquele que, para ser, necessita do outro. Essa é a grande divergência da cosmovisão liberalista individualista para a do comunitarismo solidário:

o ser humano é um sim, mas não pode ser sem os outros [...] nós somos, na verdade, algo como uma soma total das relações que estabelecemos em nossa vida, desde o primeiro momento, isto é, desde a primeira relação que conosco foi estabelecida (GUARESCHI, 2004, p. 52 e 53).

Para dar-se conta, para abrir os olhos, é necessário uma força e um processo de sofrimento muito grande. É nesse momento que, instintivamente, se olha para os lados procurando algo conhecido, que foi significativo e que passa a servir de ancoragem, de ponto de apoio, para esse processo de ressignificação. Os outros, que se fizeram presentes na vida do aposentado por invalidez, desde os primeiros momentos, trazem consigo aquilo que em comum os caracteriza. Encontra-se isso na comunidade, naquela reunião de todos os elementos que me fizeram assim e que dão sentido a sua existência. É nesse momento em que o passado se junta ao presente, que se pode novamente vislumbrar um futuro. Talvez, também, com novos significados para o conceito de trabalho, para a inserção dos sujeitos no social e para a construção de um novo ser, em um corpo que não mais pode trabalhar como sempre se quis.

Outra explicação poderia ser que muitos sujeitos que passam por situações extremas em suas vidas, de natureza demasiadamente ameaçadora ou catastrófica, apresentam tendência a ressignificá-la, inclusive voltando-se para a comunidade também. A literatura médica aponta o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) como responsável imediato por esse processo. Percebe-se uma diferenciação a partir do conceito a seguir:

este surge como resposta tardia a um evento ou situação estressante (de curta ou longa duração) de uma natureza excepcionalmente ameaçadora ou catastrófica, a qual provavelmente causa angústia invasiva em quase todas as pessoas [...] Sintomas típicos incluem episódios de repetidas revivências do trauma sob a forma de memórias intrusas (*flashbacks*) ou sonhos, ocorrendo fundo persistente de uma sensação de “entorpecimento” e embotamento emocional, afastamento de outras pessoas, falta de responsividade ao ambiente, anedonia e evitação de atividades e situações recordativas do trauma. (CID 10, 1993, p. 145)

De acordo com a CID (1993), o TEPT é um esforço adaptativo do indivíduo ao seu meio e, quanto mais hostil for esse meio, maiores as probabilidades de transtornos emocionais. No entanto, por que a maioria das pessoas não desenvolve uma sintomatologia clara que permita enquadramento neste transtorno? Diferentes fatores concorrem para compor os sintomas pós-trauma, conforme consta abaixo:

A - Os primeiros componentes seriam os fatores constitucionais e de predisposição pessoal, nos quais se podem integrar:

1. - As variáveis sócio-demográficas, tais como o sexo, idade, raça, nível socioeconômico, estado civil;
2. - Os fatores de ajuste emocional pré-mórbido, tais como a depressão, ansiedade, história psiquiátrica prévia, estresse e experiências prévias. Esses fatores poderiam influir nos esquemas prévios de pensamento e consciência que a pessoa tem sobre sua segurança, perigo e vulnerabilidade.

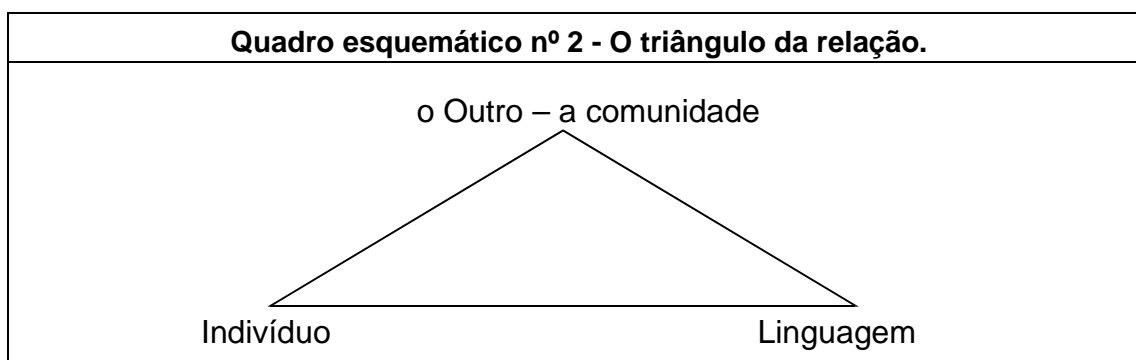
B - O segundo componente seria circunstancial e estaria vinculado às lembranças do acontecimento traumático, às relações entre a vítima e o agente causal, à percepção de risco de vida. O impacto do trauma produz uma desorganização intrapsíquica caracterizada pela incapacidade de processar adequadamente as intensas emoções de medo, raiva, ansiedade e as lembranças traumáticas.

C - O terceiro fator se refere ao processamento psíquico depois do trauma, ou pós-traumático. Aqui se inclui as reações imediatas, tais como pavor, medo, depressão, desespero, etc., o esquema de superação do trauma que apresenta a vítima, os efeitos posteriores de evitação e a persistência de outros sintomas do TEPT. (FOA, 1995, citado por BALLONE, 2005).

Fica evidenciada para o sujeito, nestes momentos, a fragilidade de sua vida e a fugacidade de sua existência. É importante diferenciar estes dois termos: vida e existência. A vida é considerada como o advento biológico que inevitavelmente nos levará à morte já a existência, como aquilo que une as experiências vividas pelo sujeito que proporciona sentido à própria vida, o que o diferencia dos outros e possibilita a expressão do desejo, direcionando-o ao futuro. É no nível da existência que nos deteremos, pois é ela que contém o campo da ética (pertencimento) e onde se estabelecem as relações (definidoras do que é ser humano). Logo, o TEPT pode sim levar o sujeito à

comunidade, na busca por ressignificação. Mas isso não é suficiente para mantê-lo nela.

Para Guareschi (2004) o conceito de relação poderia ser definido como “*ordo ad aliquid*”, ou um direcionamento intrínseco ao Outro. É neste direcionamento ao Outro que nos constituímos, que existimos e que se edifica o social. Assim, o Eu não pode ser, sem o Outro. E, toda relação é ancorada em pelo menos três pontos significantes diferentes, formando o triângulo da relação (GUARESCHI, 2004; JOVCHELOVITCH, 2007; MARKOVÁ, 2007), com o Outro – a comunidade, a linguagem e o indivíduo assim esquematizado:



O sofrimento e o distanciamento do mundo do trabalho, gerados pelo acidente do trabalho, levam os sujeitos aposentados a um reposicionamento perante suas próprias vidas, revendo suas trajetórias e questionando valores até então tomados como absolutos. Assim, outras triangulações, relações novas e algumas até mesmo esquecidas, poderão ser possibilitadas, inventadas, recriadas. Os olhos abrem-se mesmo que sem vontade, ofuscados ainda por essa luz muito intensa que vem das cortinas abertas. O que será preciso acontecer ao sujeito para que ele os mantenha abertos? Quando ocorre um acidente, emerge-se para uma outra ressignificação do corpo e do trabalhar em uma perspectiva comunitária, assunto que será apresentado no sub-item a seguir.

O retorno a comunidade: como manter os olhos abertos?

Vimos discutindo até agora a impossibilidade de vermos um mundo sem trabalho, ou, de como mantemos fechados os nossos olhos a todas estas determinações sociais inerentes a este conceito. Após, discutiu-se como podemos abrir os olhos e ver as relações estabelecidas à nossa volta a partir de novas perspectivas, resultado das desnaturalizações e do sofrimento gerados pela aposentadoria por invalidez resultante do acidente do trabalho. Entretanto, coloca-se mais uma importante questão: de como mantê-los abertos? Quais são as relações que o indivíduo estabelece e que lhe permitem encarar este “novo mundo”? Que perspectivas se abrem? E, porque alguns não conseguem ou não querem mantê-los assim?

Atualmente a palavra comunidade está muito em voga, e é utilizado com diferentes sentidos nas mais diversas perspectivas. Bauman (2003), afirma que o vocábulo comunidade se transformou em um termo mágico, que encerra a possibilidade de solucionar qualquer problema. E, geralmente está cercado por barreiras físicas, conceituais ou ideológicas que permitem o acesso e proteção a alguns enquanto barram e excluem outros. Assim, qualquer coisa pode ser uma comunidade, como por exemplo, um *shopping center*. Aqueles que podem e querem consumir ali estarão. O cartão de crédito torna-se o seu bilhete de entrada. Entretanto, aqueles que não podem consumir e ainda assim o querem, também poderão estar ali, admirando as que consomem (que representam este modelo), mesmo que estejam excluídos dessa possibilidade. Há também os que podem consumir e não querem, mas esses não estarão ali. Tudo dependerá do critério utilizado. Explicitemos então os que escolhemos para definir comunidade.

Para Góis (2005) não se pode entender uma comunidade somente como um lugar físico específico, onde as pessoas se encontram e se relacionam dentro de bases sócio-históricas constituídas. É preciso ir além, considerando-se que esta possui “dimensão sócio-psicológica que implica a existência, nesse espaço físico, de uma rede de interação sócio-psicológica e identidade social

de lugar” (GÓIS, 2005, p. 61), e que necessita ser entendida dentro da seguinte proposição

quando nos inserimos em uma comunidade, por meio da interação afetiva e crítica, vemos em sua aparência uma realidade fragmentada e diluída na sociedade que a inclui, mas, aos poucos, o que descobrimos é uma realidade cujo cotidiano está muito bem configurado numa lógica, que é social, simbólica e particular, incluindo aí seu espaço físico. (GÓIS, 2005, p. 63)

Guareschi (1996) afirma que a comunidade é um lugar antes de tudo de reconhecimento, onde se conhece e se é conhecido pelo nome, onde se estabelecem redes de significação que também vão além do próprio nome: onde a história de cada um faz sentido frente a história pessoal dos demais.

Comunidade abrange todas as formas de relacionamento caracterizado por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral [...] e continuado no tempo. Ela encontra seu fundamento no homem [...] é a fusão do sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da volição (NISBET, 1974, p. 48 in SAWAIA, p. 50, 1996)

A comunidade não se apresenta como uma totalidade homogênea, nem é somente um lugar que reúne individualidades. Ela é um campo de tensões e inter-relações que permanece um todo inacabado, sempre aberto à mudança desde dentro ou desde fora. suas fronteiras são constituídas como um produto de relações entre comunidades, reforçadas basicamente pela construção de identificações. (JOVCHELOVITCH, 2008).

Castells (1999) argumenta que a construção da identidade se estabelece de formas diferenciadas, que são: legitimadora, de resistência e de projeto. Cada uma delas possui características específicas e enquadramentos de realidade peculiares. Utilizaremos aqui o segundo tipo, a identidade de resistência, definida por esse autor como aquela que

dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável, em geral com base em identidade que, aparentemente, foram definidas com clareza pela história, geografia ou biologia, facilitando assim a “essencialização” dos limites da resistência. (CASTELLS, 1999, p. 25)

Essas formas de resistência são constituídas através da linguagem, nas narrativas constitutivas dos grupos que as mantêm, pois

eles aprendem e transmitem os rituais e as narrativas da comunidade ao longo das gerações. Com a narração de histórias, práticas institucionais e a construção de projetos para o futuro, os membros de uma comunidade conectam o mundo de predecessores, contemporâneos e sucessores em uma rede intersubjetiva e interobjetiva que permite a existência e continuidade temporal de memórias sociais, representações sociais e identidades sociais, os correlatos psicossociais da história e da cultura. Ao se engajar com diferentes tipos de relações e modos de comunicação, os membros de uma comunidade contribuem para definir a forma da esfera pública e do conhecimento social que é peculiar a sua comunidade. (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 136).

O triângulo conceitual que se forma cada vez que acontece uma relação é o mesmo que une os sujeitos às suas histórias individuais, que são compartilhadas com o grupo familiar e com a comunidade também. Jovchelovitch (2008) ancora as práticas discursivas em práticas de familiarização e ocultamento de diferentes significados cotidianos, que muitas vezes são desvelados somente no âmbito de uma comunidade. Nesse sentido, a autora acima mencionada equipara o conceito de mundo da vida de Habermas (1995) à comunidade, através dos processos de identificação, reconhecimento e comunicação. Pois este conceito captura bem este duplo caráter da vida em comum de comunidades: de já estar ali, de propiciar fundamento e chão para a comunidade e, ao mesmo tempo, de necessitar ser constantemente produzido e renovado por atores sociais. Não por acaso, na teoria da ação comunicativa habermasiana, o conceito de mundo da vida é central para definir tanto o contexto da comunidade como as condições de toda a comunicação possível. Assim, as pessoas podem relacionar o seu presente, o seu passado e projetar o futuro com as relações estabelecidas hoje, ontem e num possível amanhã, no seio desta mesma comunidade. Unificam-se sentidos, produzindo novos significados. Constitui-se então o mundo da pertença, de reconhecimento, um lugar ético por excelência. Um espaço do olho no olho, em uma possibilidade e razão para mantê-los abertos.

Por que, então, o retorno à comunidade? Porque ela, ao se constituir das narrativas que constituem/constituíram o eu-sujeito, possibilitam o reencontro com esse eu perdido após a aposentadoria por invalidez decorrente

do acidente do trabalho. E o homem, tanto quanto o trabalhador, se constituiu através desses sentidos comuns. Entender estas narrativas é entender este homem e o porquê de suas ressignificações. O que nos leva ao seguinte questionamento: se muitas das possibilidades de se ressignificar estariam dadas a priori, porque então não as via antes do acidente? A essa questão, sobreponho outra: como a dimensão ideológica pode mascarar as representações sociais da vida em comunidade?

A comunidade se constitui como um espaço de “entres”: entre os seus e os não seus; entre os conceitos circulantes na sociedade em geral e os seus próprios; entre o dentro e o fora. Os conceitos instituídos no social, os seus valores e soluções cotidianas também perpassam os valores comunitários, mesmo que os direcionamentos e as práticas locais possam adaptá-los a sua realidade, mas são fundamentados em bases comuns. Nesse local de identificação do sujeito com sua história, encontram-se também os significados referentes à vida e ao trabalho. Abrindo os olhos reencontro essa origem que me garante um ponto de partida para uma nova reconstrução conceitual, e a partir desta, também novas possibilidades para ressignificar o trabalho. Manter os olhos abertos é entender o que antes não se visualizava. Há também vida que não é exclusivamente voltada ao trabalho assalariado. Dentre as alternativas, apresenta-se o trabalho comunitário, de doação ao outro. O indivíduo produz em si mesmo algo que lhe remete a uma nova gama de significações, ele se descola da cosmovisão liberal individualista e se desloca para a do comunitarismo solidário. Ele então produz outros significados para o trabalho, não o identificando mais somente como fonte de renda ou possibilidade de consumo. O trabalho passa a ser possibilidade de reconstrução de si através do outro. Garante-se assim, o que Guareschi define como fundamental para a construção de uma comunidade: participação, solidariedade e comunhão (2004, p. 58).

Então seria o próprio retorno à comunidade que garantiria um retorno a si mesmo? Infelizmente não, porque muitos abrem os seus olhos, mas nem todos os mantêm abertos. A cosmovisão liberal individualista é muito difícil de ser rompida, e nem todos conseguem voltar-se para outras possibilidades

ético-políticas, quanto mais ideológicas. A culpabilização pelo próprio sofrimento, o sentimento de frustração e o desespero de se ver nessa condição impedem um outro nível de tomada de consciência. E, este, quando acontece, não o é de forma instantânea ou isenta de um longo processo de reflexão. Ao mesmo tempo em que o indivíduo busca se reorganizar subjetivamente, os mesmos conceitos de trabalhar e consumir, propagados pelo senso comum, pela mídia e tantas outras formas, estão ali para lembrá-lo de que ele agora é um inválido, mutilado, doente, encostado...

De onde então, viriam essas lentes necessárias para se ver um novo mundo? Em Marková (2006) encontramos uma saída possível: na autenticidade dos discursos produzidos. Um discurso somente pode ser considerado autêntico quando o seu emissor se responsabiliza por este, seja em nível individual, grupal, comunitário ou institucional. É fugir dos significados vazios, que remetem os indivíduos a escolhas que não irão se concretizar, que os empurram aos abismos de si mesmos, que os abandonam com promessas. Somente através da dialogicidade, “a capacidade de conceber, criar e comunicar sobre as realidades sociais em termos de diversidade [...] é que se possibilita que os encontros aconteçam, sejam interrompidos ou desfeitos e voltem a existir” (MARKOVÁ, 2006, p. 135). É através da dialogicidade que podemos ver as coisas de maneiras diversas. Podemos pensar sobre as coisas de forma diferente e expressá-las em linguagem de acordo com as circunstâncias, experiências, motivos e intenções.

Finalizando, o indivíduo que se reconhece em sua história individual reconhece-se participando de um mundo por inteiro. Invalidado para o trabalho assalariado, reconhecendo-se em si mesmo, não seguirá totalmente fragmentado, pois encontrará em si e na comunidade os elementos necessários para uma nova ressignificação individual e poderá novamente “encarar” os desafios e as desventuras cotidianas, as alegrias e as tristezas que constituem cada um de nós. Entretanto, aqueles que vivem a sua vida alienados de si mesmos, que baixam a cabeça e trabalham de sol a sol, que se recompensam em consumo, que nem sabem bem os porquês, dificilmente conseguirão seguir o caminho descrito anteriormente. Pois, ao não se

conhecerem e não se reconhecerem em suas próprias histórias, comunitária ou individualmente, não encontrarão aquilo que possa lhes proporcionar novas possibilidades de ressignificação. Eles sobram. Fecham os seus olhos e esperam...

Referências bibliográficas:

- ALBORNOZ, Susana. *O que é o trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho – ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.
- BALLONE, G. J. - Transtorno por Estresse Pós-Traumático - in. *PsiquWeb*, Internet, disponível em <http://www.psiqweb.med.br/>, revisto em 2005
- BAUMAN, Z. *Comunidade – a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2003.
- BUSCHINELLI, J. T. *Isto é trabalho de gente? Vida, doença e trabalho no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1993.
- CARMO, Paulo S. *A Ideologia do Trabalho*. São Paulo, Moderna, 1992.
- CASTELLS, M.. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHANLAT, Jean-François (Cord.) *O indivíduo nas organizações – dimensões esquecidas*. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 2007.
- CIAMPA, Antônio. *A estória de Severino e a história de Severina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CID 10 – *Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID 10 – descrições clínicas e diretrizes diagnósticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- CLOT, Yves. *Função psicológica do trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- CODO, Wanderley (org) *Educação: carinho e trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- CODO, Wanderley (org) *O trabalho enlouquece? Um encontro entre a clínica e o trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- CODO, W. & JACQUES, M. da G. C.. *Saúde mental e trabalho – leituras*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CODO, W. & SAMPAIO, J. J. C. (orgs) *Sofrimento psíquico nas organizações*. . Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- DAVEL, Eduardo; Vasconcellos, João. *“Recursos” Humanos e Subjetividade*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- DEJOURS, C.. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Oboré, 1992.
- DEJOURS, C. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANLAT, Jean-François (Cord.) *O indivíduo nas organizações – dimensões esquecidas*. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 2007.

- DEJOURS, C. ABDOUCHELI, E. & JAYET, C.. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.
- GÓIS, C. W. L. *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Fortaleza: Publicações Inst. Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.
- GONÇALVES, M. A. S.. Teoria da ação comunicativa de Habermas: Possibilidades de uma ação educativa de cunho interdisciplinar na escola. *Educação & Sociedade*, ano XX, nº 66, Abril/99.
- GUARESCHI, P. A.. Relações comunitárias – relações de dominação. IN: CAMPOS, R. H. de F.. *Psicologia social comunitária: da solidariedade a autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- GUARESCHI, P. A.. *Psicologia Social Crítica: como prática de libertação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- HABERMAS, J.. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- JOVCHELOVITCH, S.. *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- MARKOVÁ, I.. *Dialogicidade e representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- MILLER, J. A. *Percurso de Lacan: uma introdução*. Rio de Janeiro: Jo, 1987.
- NOGUEIRA, P. H.. *Habermas e a não centralidade formativa do trabalho, uma crítica filosófica ao marxismo*. Em 20/11/2008. http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/habermas04.pdf.
- POSSAMAI, H. e GUARESCHI, P. A.. Minha culpa, meu destino – representações sociais do acidente do trabalho. IN: VERONESE, M. V. & GUARESCHI, P. A.. *Psicologia do cotidiano: representações sociais em ação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- POSSAMAI, H. e GUARESCHI, P. A. (orgs.). *Territórios de exclusão – investigações em representações sociais*. Porto Alegre: ABRAPSO SUL, 2008.
- SAMPAIO, J. J. C. et al. *Trabalho, saúde e subjetividade*. Fortaleza: EDUECE, 1999.
- SAWAIA, B. B.. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. IN: CAMPOS, R. H. de F.. *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- SELIGMANN-SILVA, Edith. *Desgaste Mental e Trabalho Dominado*. RJ: Editora da UFRJ; Cortez, 1994.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna – teoria social crítica dos meios de comunicação em massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- VERONESE, M. V. Consumo, produção cotidiana da vida e solidariedade: as ausências e as presenças. VERONESE, M. V. & GUARESCHI, P. *Psicologia do cotidiano: representações sociais em ação*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- WÜNSCH, D. S.. A construção da desproteção social no contexto histórico-contemporâneo do trabalhador exposto ao amianto. *Tese de Doutorado Serviço Social – PUCRS*, 2004.

SEÇÃO II

**PENSANDO PELA BOCA: A NARRATIVA E A PRODUÇÃO DE
SIGNIFICADOS EM APOSENTADOS POR INVALIDEZ PERMANENTE
DECORRENTE DE ACIDENTE DO TRABALHO.**

Pensando pela boca: a narrativa e a produção de significados em aposentados por invalidez permanente decorrente de acidente do trabalho.

Resumo: Este artigo tem por objetivo demonstrar como a entrevista narrativa (BAUER & GASKELL, 2002) pode ser uma excelente fonte de coleta de dados aliada ao entendimento do discurso, a partir dos triângulos de significação (GUARESCHI, 2004; MARKOVÁ, 2006; JOVCHELOVITCH, 2008). Serão apresentados dois casos empíricos que foram escolhidos por serem representativos tanto de processos diferenciados de posicionamento frente ao sofrimento como da centralidade do conceito de trabalho, após o acidente do trabalho que resulta em aposentadoria por invalidez permanente. O texto discute também o retorno à comunidade e o direcionamento ao Outro como possibilidades para o aposentado de ressignificar a própria vida. Investiga-se finalmente a formação de uma consciência crítica e de uma ética diferenciada frente aos valores do trabalho e do trabalhar.

Palavras chave: trabalho, acidente do trabalho, aposentadoria por invalidez, entrevista narrativa, triângulos de significação, representações sociais.

Abstract: The objective of this paper is to demonstrate how the narrative interview (BAUER & GASKELL, 2002) can be an excellent source of data together with the understanding of the discourse, based on triangles of signification (GUARESCHI, 2004; MARKOVÁ, 2006; JOVCHELOVITCH, 2008). We will present two empirical cases that were chosen for being representatives of different positioning processes in face of the suffering and the centrality of the concept of work after the occupational accident that results in disability retirement. We will also discuss aspects like the return to the community and the orientation towards the Other as possibilities to reassign meaning to one's life. Finally, we will investigate the formation of a critical consciousness and different ethics in face of the values of work and the act of working.

Key words: work, occupational accident, disability retirement, narrative interview, triangles of signification, social representations

Pensando pela boca⁵: a narrativa e a produção de significados em aposentados por invalidez permanente decorrente de acidente do trabalho.

Pode-se iniciar uma jornada basicamente de duas maneiras: cercando-se de informações por todos os lados, pré-determinando caminhos e pontos nos quais se gostaria de chegar, ou, simplesmente perder-se por caminhos desconhecidos, ainda não trilhados pelo viajante, sem rumos pré-definidos, descobrindo. Mas, de uma forma ou outra, ninguém passa imune por esta experiência, não se retorna igual de uma viagem. Uma investigação no campo das ciências humanas é sempre uma jornada que, por mais que busquemos certezas que nos garantam no caminho, acabamos sempre nos aventurando. Os territórios que pretendemos percorrer já estão demarcados conceitualmente e foram estudados previamente a partir das teorias e visões correntes. São, portanto, aparentemente conhecidos, pois através do estudo já os percorremos. No entanto, no contato direto com o fato a ser estudado, o pesquisador social faz da sua experiência o laboratório, e é invadido pela sensação do viajante aventureiro: sentimentos, matizes, interlocuções próprias não são demonstrados nos livros academicamente reconhecidos. É verdade que estes nos municiam de lentes com as quais passamos a ver a realidade, e é verdadeira também a transformação subjetiva do pesquisador. Esse texto constituiu-se a partir dessa confrontação e desse embate.

Ao iniciar o Doutorado, já atuava como psicólogo do trabalho e professor universitário há um bom tempo. Acreditava que a realização do mestrado me havia preparado para a pesquisa no campo da Psicologia Social e que se “dominava” as técnicas e os conceitos necessários para a realização de mais uma investigação. Nos anos em que discuti e refleti com o orientador, aprendi a refletir sobre a realidade de uma maneira mais complexa. Dessa forma, novas estratégias de investigação se fizeram necessárias, pois, revendo conceitos, percebi que é também necessário ter uma prática diferenciada, e que não se poderia separar o ser humano do pesquisador. Aprendi também que é

⁵ Termo utilizado por Ivana Marková (2006) para introduzir o conceito de dialogicidade em sua obra.

necessário que se “mergulhe de cabeça” no campo a ser investigado e que é impossível não se deixar contaminar. E, finalmente percebo que nossa maior aspiração, ao retornar ao “laboratório” (ou à mesa de estudos), é que consigamos traduzir esta experiência de forma plena e conceitual, através da reflexão sobre o que se viveu/encontrou.

O presente texto se deriva dos entendimentos conceituais e das discussões teóricas, da leitura de autores reconhecidos e das reflexões proporcionadas. Mas é, principalmente, o resultado do encontro com os homens e mulheres aposentados por invalidez permanente decorrente de acidente do trabalho, que se dispuseram a narrar suas experiências e compartilhar seus sentimentos comigo. Mais do que objetos de investigação e na busca por compreender a realidade de suas vidas, essas pessoas produziram nesse homem e pesquisador, novas formas de visualizar a própria realidade e trabalho. Ainda, evidenciou-se a necessidade de construção de uma proposta metodológica que pudesse dar conta dessas diferentes perspectivas. A mesma se constituiu na apropriação da perspectiva da entrevista narrativa (BAUER e GASKELL, 2002), da questão da ação comunicativa (HABERMAS, 1992), da proposta de dialogicidade (MARKOVÁ, 2006), da constituição da retórica (BILLIG, 2008) e do entendimento do campo das representações sociais (em MOSCOVICI, 2003). Esses são, portanto, os norteadores dessa jornada, e a experiência resultante desta viagem é esta produção.

Sinteticamente, o que pretendemos aqui é não somente apresentar uma perspectiva metodológica ou a sua constituição e aplicabilidade. Embora possa parecer pretensão exagerada, o objetivo desse estudo é possibilitar um entendimento sobre como se constitui e se produz um discurso socialmente reconhecido (o senso comum), de que maneira as pessoas o assumem em seu cotidiano e como podemos decodificá-lo. Para tanto, será descrita a proposta metodológica e serão relatadas duas entrevistas representativas, nas quais serão evidenciados os contextos sociais e subjetivos que resultarão em uma determinada produção narrativa.

O texto está organizado em quatro partes, conforme consta a seguir:

A primeira, “*A constituição de uma proposta metodológica*”, demonstra o referencial teórico e os pressupostos conceituais que fundamentam esta proposta, em consonância com os objetivos da pesquisa.

A segunda parte, “*A metodologia de pesquisa: entrevista narrativa e dialogicidade*”, apresenta a definição do método e dos instrumentos de coleta de dados e, destaca ainda, a forma de interpretação dos mesmos. Também são apresentados os sujeitos da pesquisa e como se chegou até eles.

Nesta terceira parte, “*Interpretação das informações dos entrevistados: os triângulos da significação*”, são apresentados dois casos reais, com as narrativas dos entrevistados nos quais, além da demonstração da aplicabilidade do método de pesquisa, discute-se também as possibilidades de ressignificação após a aposentadoria por invalidez permanente decorrente do acidente do trabalho.

Na última, estão as “*Considerações finais*”, com um fechamento do texto, que busca sintetizar as principais conclusões levantadas.

Constituição de uma proposta metodológica: “pensando pela boca”.

Para nós, psicólogos, algo que intriga é a importância que o trabalho e o trabalhar assumem em nossa constituição enquanto pessoas: desde pequenos somos preparados, moldados, disciplinados (em termos foucaultianos) para sermos trabalhadores. O que tu vai ser quando crescer? Ou ainda, o que tu és? São questões recorrentes quase sempre usadas em referência a nossa vida profissional. Quantos e quantos conceitos se formam ou se desfazem a partir da centralidade do trabalho em nossas vidas. E, dificilmente, conseguimos nos pensar sem o trabalho, sem trabalhar.

O acidente do trabalho – como algo que é fortuito, casual, inesperado –, ao acontecer, rompe com certezas, estraçalha identificações, escangalha com a vida do sujeito acidentado. E é duro assim, brusco, perdemos a canga que nos guiava, que nos forçava a abaixarmos as cabeças e seguir em frente, mesmo sem pensar. Bauman (2005) afirma que na vida, assim como na produção, encontram-se resultados semelhantes: aquilo que se produz e aquilo

que sobra, que redundante. Em uma imagem extremamente coerente, o autor cria uma metáfora cruel, mas real: todos os dias dois caminhões saem do pátio da fábrica, um levando as mercadorias produzidas para serem vendidas nas lojas de departamentos, outro levando os resíduos que sobram da produção para montanhas de dejetos. Por analogia, trabalhadores saem das fábricas em retorno aos seus lares, depois de um dia de produção onde serão bem recebidos e voltarão no dia seguinte para cumprir sua jornada. Outros, mais desafortunados, sairão da fábrica desempregados, acidentados, mutilados, e serão bem recebidos nos hospitais, mas não voltarão no dia seguinte ao seu posto de trabalho. (WITCZAK & GUARESCHI, 2008)

Quem dá importância para o destino do lixo? Quem se preocupa com o acidentado? Como aponta Danièle Linhart, citada por Bauman (2005), aponta

esses homens e mulheres não apenas perdem seus empregos, seus projetos, seus pontos de orientação, a confiança de terem o controle de suas vidas; também se vêem despedidos de sua dignidade como trabalhadores, da auto-estima, do sentimento de serem úteis e terem um lugar social próprio (p. 22).

O lugar do descarte, da sobra, da redundância é um lugar difícil de ser ocupado. Queremos de volta as certezas e garantias que esperávamos encontrar enquanto trabalhadores e que agora se desfazem, como se fossem miragens, frente aos nossos olhos. Surgem, então, questionamentos pessoais, como por exemplo: Quem somos? O que restou da nossa pessoa? É possível um mundo sem as significações centralizadoras do conceito de trabalho? E esse golpe duro como um soco que nos “quebra a cara”, nos desnorteia, nos deixa cambaleantes, também produz algo de novo: a pessoa de frente consigo mesma – sem a canga, sem máscaras, sem esconderijos – e ainda viva. E, nesse movimento desesperado de nos reencontrarmos, mesmo que por um tempo efêmero, a onipresença do conceito de trabalho perde força e vemos que é possível também um mundo sem o trabalho assalariado, sem o consumo de massa como promessa de felicidade. É abrir os olhos que teimávamos em manter fechados. Entretanto, depois de um tempo (que não se pode medir cronologicamente) alguns despertam para uma resignificação de suas vidas –

não sem sofrimento – e outros buscam retornar à condição anterior, cujos olhos voltam a se fechar, numa tentativa de retomar algo que não existe mais, que já se perdeu (WITCZAK, 2009).

A problemática dessa pesquisa centrou-se na tentativa de responder a esta questão: quais são os mecanismos utilizados por pessoas aposentadas por invalidez permanente resultante do acidente do trabalho que conseguem ressignificar as suas vidas rompendo com a centralidade do trabalho? E também entender quais são os elementos presentes neste processo que podem ser decompostos a partir das falas destes diferentes sujeitos?

Na tentativa de responder a tais questões, constituiu-se a metodologia desta pesquisa dentro do campo da Psicologia Social Crítica, mais especificamente, no estudo das Representações Sociais (RS): entendidas como um certo saber do senso comum, que expressam tanto um modo de vida e os hábitos cotidianos, como a cultura – fantasias, medos, preconceitos e discriminações –, e que são construídas historicamente. Para entendê-las é preciso estar-se aberto para dialogar com elas (JOVCHELOVITCH, 2000).

Guareschi (1997) reforça este ponto de vista afirmando que a RS é um saber que se revela pela sua *praticidade* e *ancoragem* dos sujeitos no mundo. É um saber pelo qual os sujeitos dão sentido à realidade e é por isso que as RS têm a função de transformar tudo aquilo que não é familiar, em algo com o qual as pessoas possam lidar sem medo. Na medida em que a psicologia social passa a analisar o sujeito não mais no plano estritamente individual, mas no campo social, torna possível estudar como se produzem os saberes sociais, as representações sociais e como é que os sujeitos e a sociedade constroem estas formas de saber sobre as coisas. E esse saber é expresso através da experiência humana, fundante da realidade. Não há experiência humana que não possa ser contada na forma de uma narrativa, “ela está simplesmente ali, como a própria vida” (BARTHES, 1993, p. 252, in: BAUER & JOVCHELOVITCH, 2002, p. 91).

Para Bauer e Jovchelovitch (2002), as narrativas são infinitas em sua variedade, e nós as encontramos em todo lugar. Parece existir em todas as formas de vida humana uma necessidade de contar. Contar histórias é uma forma elementar de comunicação humana e, independentemente do desempenho da linguagem estratificada, é uma capacidade universal. Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma seqüência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. Contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal. Os autores afirmam que

comunidades, grupos sociais e subculturas contam histórias com palavras e sentidos que são específicos à sua experiência e ao seu modo de vida. O léxico do grupo social constitui sua perspectiva de mundo, e assume-se que as narrativas preservam perspectivas particulares de uma forma mais autêntica. [...] Um acontecimento pode ser traduzido tanto em termos gerais como em termos indexados. Indexados significa que a referência é feita a acontecimentos concretos em um lugar e em um tempo (BAUER & JOVCHELOVITCH, 2002, p. 91).

A partir da citação acima pode-se dizer que as histórias contadas baseiam-se em fatos reais

a) porque elas se referem a experiência pessoal, e b) porque elas tendem a ser detalhadas com um enfoque nos acontecimentos e ações. A estrutura de uma narração é semelhante à estrutura da orientação para a ação: um contexto é dado e os acontecimentos são seqüenciais e terminam em um determinado ponto; a narração inclui um tipo de avaliação do resultado. Situação, colocação do objeto, planejamento e avaliação dos resultados são constituintes das ações humanas que possuem um objetivo. A narração reconstrói ações e contexto da maneira mais adequada. Ela mostra o lugar, o tempo, a motivação e as orientações do sistema do simbólico do ator (SCHÜTZE, 1977; BRUNER, 1990), de tal maneira que podem ser decompostas em RS (BAUER & JOVCHELOVITCH, 2002, p. 92).

Os autores afirmam ainda que “o ato de contar uma história é relativamente simples”, podendo ser assim definido, conforme Ricoeur (1980),

alguém coloca um número de ações e experiências em uma seqüência. Essas são as ações de determinado número de personagens, e esses personagens agem a partir de situações que mudam. As mudanças trazem à luz elementos da situação e dos personagens que estavam previamente implícitos. Com isso, eles exigem que se pense, ou que se haja, ou ambos.

Contar história implica duas dimensões: a dimensão cronológica, referente à narrativa como uma seqüência de episódios, e a não cronológica, que implica a construção de um todo a partir de sucessivos acontecimentos, ou a configuração de um “enredo”. O enredo é crucial para a constituição de uma estrutura de narrativa. É através do enredo que as unidades individuais (ou pequenas histórias dentro de uma história maior) adquirem sentido na narrativa. Por isso a narrativa não é apenas uma listagem de acontecimentos, mas uma tentativa de ligá-los, tanto no tempo, como no sentido. Se nós considerarmos os acontecimentos isolados, eles se nos apresentam como simples proposições que descrevem acontecimentos independentes. (BAUER & JOVCHELOVITCH, 2002, p. 93).

Mas se eles estão estruturados em uma história, as maneiras como eles são contados permite a operação de produção de sentido do enredo. É o enredo que dá coerência e sentido à narrativa, bem como fornece o contexto em que nós entendemos cada um dos acontecimentos, atores, descrições, objetivos, moralidade e relações que geralmente constituem a história. Deste modo, compreender uma narrativa não é apenas seguir a seqüência cronológica dos acontecimentos que são apresentados pelo contador de histórias. É, também, reconhecer sua dimensão não cronológica expressa pelas funções e sentidos do enredo. (BAUER & JOVCHELOVITCH, 2002, p. 94).

Assim, podemos apreender sua essencialidade, conforme Mendes (2003) é na

valorização das relações passado/presente e história/temporalidade recoloca em cena a importância da memória para o entendimento da intensa relação entre o objeto e o tempo, na busca da verdade para se conhecer, criticamente, o real. Descobre-se, assim, em sua constituição “os rastros de uma outra configuração ideal de cuja memória os nomes são os guardiões” (GAGNEBIN, 1994, p. 15). Procurar rastros, fragmentos de uma história, memórias do passado: é a base da narração. MENDES, 2003, p. 122.)

Mendes (2003) utiliza as imagens propostas por três autores para caracterizar a relação entre a memória, a história e a narratividade: 1º) Encontra em Lang (1996) que “a memória é sempre uma reconstrução, evocando um passado visto pela perspectiva do presente e marcado pelo social, presente a questão da memória individual e da memória coletiva”. Assim, a história de vida narrada desponta como possibilidade para que sejam expostas as diversas situações de vida, trabalho e invalidez dessas pessoas;

2º) Recorre a Thompson (1995) para dizer que esta apresenta-se como alternativa para se recorrer a essa “história vista de baixo, como sendo a história de luta e da opressão de classes, no contemporâneo, fazendo surgir todos os sujeitos” Sendo então, a memória é entendida como essencialidade do indivíduo, fonte do passado no presente, para se buscar aquele tempo no “agora”. Transcende a mera cronologia; 3º) Busca em Benjamim (1986) que a memória humana é a musa da narratividade, construída na experiência de vida. Possibilita, assim, revisitar o passado no presente, restabelecendo a ligação com o passado, sendo este apreendido naquilo que tem de fundamental. (MENDES, 2003, p. 122, 123 e 124).

Na discussão dos diversos tempos que habitamos a partir da narrativa de nós mesmos (WITCZAK, 2003), todas estas questões foram explicitadas, somadas a mais uma dimensão que é o habitar e revisitar a própria memória, num tempo sem fim nem começo: o tempo da existência.

Comunidades constroem um repertório comum de saber que perdura temporalmente e dá aos membros da comunidade os referenciais e os parâmetros a partir dos quais indivíduos dão sentido ao mundo ao seu redor e relacionam suas histórias individuais a narrativas mais amplas da vida comunitária. O conhecimento comum produzido pela comunidade oferece os nós associativos que geram a experiência de pertença. Narrativas individuais e narrativas coletivas são entrelaçadas de tal modo que, quando a história individual é contada, ela contém a história, os acontecimentos, as formas culturais e as maneiras de se comportar de toda uma comunidade. De modo recíproco, a lembrança, discussão e desafio de acontecimentos e histórias importantes a uma comunidade permitem a sujeitos individuais reconhecer neles o seu poder, com eles identificar ou deles se distanciar, apoiá-los ou, apaixonadamente rejeitar o que está em jogo. É a experiência do vínculo que produz a psicologia da pertença, o sentimento de que nos encaixamos em um meio cultural. (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 137 e 138).

Assim, com a narrativa as pessoas têm o poder para recontar fatos, revisitar memórias comuns produzidas no encontro com o Outro⁶, em uma dimensão mais concreta, plena de experiências. Essa narratividade, como concebida por Benjamin (1996), é o dom de narrar. “Como dom de poder contar a vida implica na dignidade de poder contá-la por inteiro. E esse talento é adquirido pela experiência, na dor, sem qualquer medo, sendo possível, dessa forma, escovar esta história no seu contrapelo” (MENDES, 2003, p. 124).

Da mesma maneira, os saberes comuns de uma comunidade se apresentam na vida cotidiana como algo já dado, como um conjunto de sentidos e recursos já ali existente, do qual os membros da comunidade retiram as normas, regulamentos e padrões de comportamento. Ao mesmo tempo seu horizonte se renova e reconstrói a partir da experiência da vida cotidiana. O conceito de mundo da vida de Habermas (1992) captura bem este duplo caráter da vida em comum de comunidades: de já estar ali, de propiciar fundamento e chão para a comunidade e, ao mesmo tempo, de necessitar ser constantemente produzido e renovado por atores sociais.

Ele caracteriza o mundo da vida como um espaço onde as pessoas se comunicam a fim de alcançar entendimento e neste processo desenvolvem e consolidam os elementos intersubjetivamente reconhecidos de uma *compreensão compartilhada* sobre o mundo. O mundo da vida toma forma na linguagem e comunicação e aparece como “um reservatório de compreensões tomadas-como-dadas, de convicções inabaláveis que os participantes em comunicação utilizam em processos cooperativos de interpretação” (HABERMAS, 1992, p. 124. in: JOVCHELOVITCH, 2008, p. 139).

Jovchelovitch (2008) equipara o conceito de mundo da vida em Habermas ao conceito de comunidade, no sentido de que nesta possibilidade se encerram todos os princípios fundamentais para a ação comunicativa: as tradições, as linguagens naturais, os pressupostos e suposições que governam a vida cotidiana.

os saberes comuns a uma comunidade, ou o mundo da vida, propiciam as referências, os parâmetros e os recursos em relação aos quais os indivíduos dão sentido ao mundo, desenvolvem as competências teóricas e práticas para lidar com o cotidiano e estabelecem as relações comunicativas

⁶ A utilização do vocábulo Outro com a letra “O” maiúscula se refere a este ser de relação, ao terceiro em relação a todo diálogo (MILLER, 1987, p. 22).

que permitem o desenvolvimento de laços de solidariedade e cooperação, e a experiência da pertença. Por ser tanto produzido quanto produtor de comunicação, o mundo da vida envolve a superação de distâncias e de perspectivas múltiplas por meio de um esforço que cria o intersubjetivo (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 139).

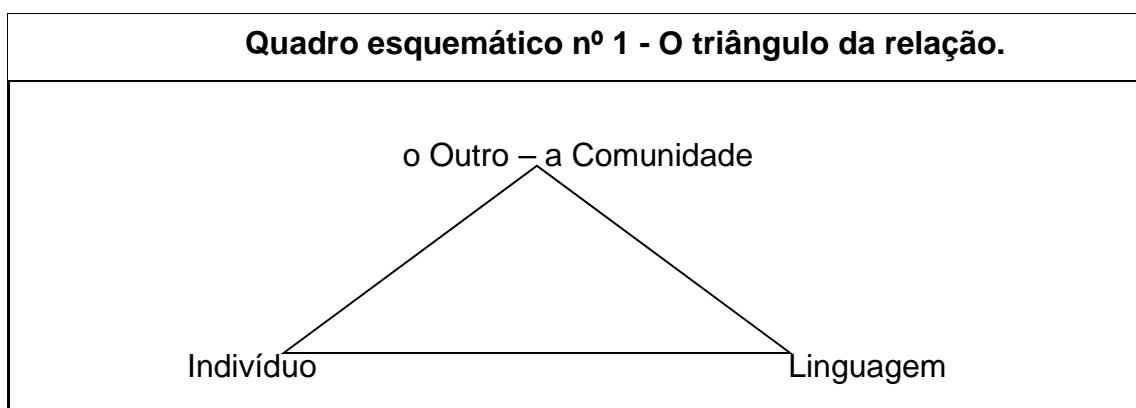
A autora afirma outro ponto fundamental para entendermos como a comunidade

ao tornar possível e facilitar a ação social, estabelecendo e renovando as relações interpessoais que propiciam à criança em desenvolvimento um sentido de Eu e fornecendo a atores sociais um referencial de identidade e pertença, as comunidades são o espaço privilegiado onde o mundo da vida constrói e reconstrói a pessoa, a sociedade e a cultura. Dentro dele, uma pessoa pode tanto tecer sua experiência de vida na forma de uma biografia coerente como ancorar esta biografia em uma história mais ampla. (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 140).

Assim, ao ligar-se ao Outro, a vida de uma pessoa ganha um novo sentido. E é no mundo da vida intersubjetivamente compartilhado que as comunidades se ligam ao passado, ao presente e ao futuro através da memória social das representações sociais e das identidades sociais. É neste espaço que o triângulo da relação se estabelece.

Para Guareschi (2004) o conceito de relação poderia ser definido como "*ordo ad aliquid*", ou um direcionamento intrínseco ao Outro. E é, neste direcionamento ao Outro que nos constituímos, que existimos e que se constitui o social. Assim, o Eu não pode ser sem o Outro. E, toda relação é ancorada em pelo menos três pontos significantes diferentes, formando o triângulo da relação (GUARESCHI, 2004; JOVCHELOVITCH, 2008; MARKOVÁ, 2006), com os seguintes elementos: o indivíduo, o Outro / a comunidade, e a linguagem.

Esta relação triangular pode ser assim esquematizada:



Por nos constituirmos em uma comunidade, através (para e com) do Outro e nos ligarmos a estes através da linguagem, na qual tanto o trabalho e o trabalhar, quanto o acidente do trabalho e a aposentadoria por invalidez têm e produzem representações sociais foi que se constituiu uma proposta metodológica que considerasse todos esses vieses, enquadrando-se estes conceitos dentro dessa perspectiva. Essa proposta metodológica será apresentada a seguir.

A metodologia de pesquisa: entrevista narrativa e dialogicidade.

Os sujeitos de pesquisa são pessoas aposentadas por invalidez permanente decorrente de acidentes do trabalho, que foram escolhidos independentemente de idade, sexo ou profissão. Buscou-se estes indivíduos através de diferentes órgãos representativos do município de Santa Cruz do Sul: Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, do município e regional (que mantêm atendimento a grupos de pessoas que adoeceram no trabalho, bem como bases de dados epidemiológicos), o serviço de atendimento a amputados da Clínica de Fisioterapia da UNISC (que também atende a acidentados do trabalho), Núcleo de Atendimento ao Segurado da Previdência Social (com os dados estatísticos e indicação de segurados que recebem a aposentadoria por invalidez decorrente de acidente do trabalho) e ainda dos Sindicatos do Vestuário e dos Industriários (que mantêm grupos de acidentados do trabalho). A partir do cruzamento destes dados levantados confeccionou-se uma lista de pessoas que poderiam ser entrevistadas. Também se entrevistou pessoas por diferentes indicações e ou possibilidades.

A Lei n.º 8.213, de 24.07.1991, Lei de da Previdência Social, no seu artigo 139 define o que é o acidente do trabalho.

aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho (Artigo 139, da Lei n.º 8.213, de 24.07.1991, Previdência Social).

Nos artigos 140 e 141 são definidas as equiparações ao acidente do trabalho. De forma sintética, equiparam-se ao acidente do trabalho a doença do trabalho e a doença profissional, acidentes no ambiente de trabalho que diminuam ou impeçam a capacidade funcional e o acidente fora do ambiente de trabalho, desde que a serviço da empresa. Também se considera o acidente de percurso (ir e vir do domicílio ao local de trabalho) como acidente do trabalho.

O conceito de aposentadoria por invalidez encontra-se inserido no art. 42 da Lei de Benefícios, cujo texto foi referendado pelo artigo 43 do Decreto 3048/99,

Art. 42. – A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição..

Art. 43 – A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição. (Decreto 3048/99)

Não foram definidas *a priori* quantas entrevistas seriam necessárias, porém pensou-se em um máximo de doze indivíduos. Efetivou-se oito entrevistas, gravadas em meio eletrônico, e mais doze, nas quais as pessoas não concordaram⁷ com a gravação, cujos dados foram compilados em um diário de campo. A todos indistintamente foi apresentado e lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no modelo do SISNEP e que foi aprovado pelo Conselho de Ética em Pesquisa da PUCRS. Ao longo destes quatro anos de estudo foram ouvidas também diversas pessoas, aposentadas em condições semelhantes às dos sujeitos selecionados para essa pesquisa, que muito contribuíram para a nossa compreensão a respeito da sua realidade de vida

⁷ Muitos dos entrevistados não concordaram com a gravação da sua entrevista por entenderem que esta poderia influenciar, de alguma maneira, seus processos junto a Previdência Social.

A entrevista narrativa, conforme o método explicitado por Bauer e Jovchelovicht (2002)⁸, foi adotada para a coleta de dados. Ela é considerada uma forma de entrevista não-estruturada, de profundidade, com características específicas. Conceitualmente, a idéia de entrevista narrativa é motivada por uma crítica do esquema pergunta-resposta da maioria das entrevistas. No modo pergunta-resposta, o entrevistador está impondo estruturas em um sentido tríplice: a) selecionando o tema e os tópicos; b) ordenando as perguntas; c) verbalizando as perguntas com sua própria linguagem. Deve-se usar o mínimo possível a influenciação, evitando as pré-estruturações. Isto porque ela emprega um tipo específico de comunicação cotidiana, o contar e escutar uma história, para conseguir o objetivo.

Os procedimentos de análise das entrevistas gravadas seguiram os seguintes passos:

- 1- Transcrição literal;
- 2- Análise estruturalista: focaliza os elementos formais da narrativa. A análise opera através de um sistema de combinações que inclui duas dimensões: uma é formada pelo repertório de possíveis histórias, do qual qualquer história acontecida é uma seleção, e a outra se refere às combinações particulares dos elementos da narrativa. Na dimensão paradigmática, ordenamos todos os possíveis elementos que aparecem nas histórias: acontecimentos, protagonistas, testemunhas, situações, começos, fins, crises, conclusões morais; na dimensão sintagmática, esses elementos particulares são organizados em uma seqüência que pode ser comparada através de cada narrativa e relacionada a variáveis contextuais.
- 3- Entendimento dos elementos constituintes de cada discurso;
- 4- Busca dos elementos gerais e específicos na totalidade das narrativas;
- 5- Conclusões finais. (BAUER e JOVCHELOVICH, 2002, p. 108).

Para as entrevistas não gravadas seguiu-se os mesmos passos, com exceção da etapa número 1, na qual não houve a transcrição literal, e sim o aproveitamento dos dados escritos no diário de campo. Logo, o momento número 2 contou com um aspecto subjetivo do pesquisador muito mais evidente, pois se valeu dos aspectos por ele considerados mais relevantes quando da confecção do diário mesmo.

⁸ A entrevista narrativa é classificada como um método de pesquisa qualitativa (Lamnek, 1989; Hatch & Wisniewski, 1995; Riesman, 1993; Flick, 1998. apud BAUER e JOVCHELOVICH, 2002)

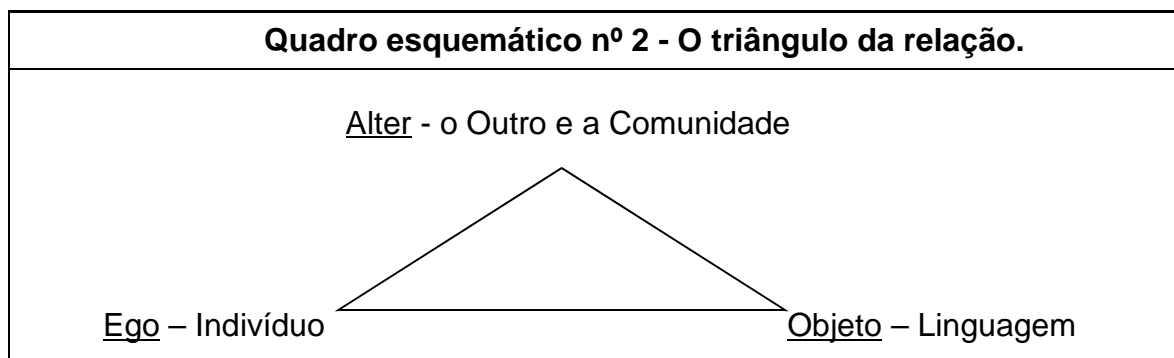
Entretanto, não se perde assim o aspecto “científico” do processo de entendimento e construção de novos sentidos às narrativas recolhidas, pois de uma forma ou de outra, ressalta-se a interpretação proporcionada. E esta se constitui também do olhar, do momento e da intencionalidade de quem interpreta dados. A esse processo pode-se nomear como “polifasia cognitiva”, elemento central da possibilidade dialógica,

a dialogicidade exige polifasia cognitiva, isto é, ‘formas de pensamento diversas e até opostas’ (Moscovici & Marková, 2000, p. 245), que são apropriadas e articuladas em contextos diferentes. Estas formas diversas e multifacetadas de pensamento e comunicação podem estar, por assim dizer, ‘em desacordo’ entre si, em oposição, em conflito e lutando por dominância. [...] a hipótese da polifasia cognitiva se refere à possibilidade de usar maneiras diferentes e algumas vezes diversas de pensamento e conhecimento, como científico, senso comum, religioso, metafórico, etc. (MARKOVÁ, 2006, p. 161)

Esta forma de entendimento da realidade e da produção discursiva permite

ver as coisas de maneiras diferentes. Podemos pensar sobre as coisas de forma diferente e expressá-las em linguagem de acordo com as circunstâncias, experiências, motivos e intenções. O pensamento, portanto, ao invés de ser homogêneo ou monológico, é normalmente antinômico e dialógico. Nós somos capazes de combinar e usar nossas capacidades intelectuais de diversas maneiras e podemos expressar nossas idéias de maneiras diferentes usando palavras específicas, gestos e símbolos. (MARKOVÁ, 2006, p. 161)

Partiu-se então para uma decomposição desses elementos constituintes do discurso em tríades significativas ou tríade dialógica: Alter-Ego-Objeto (MARKOVÁ, 2006), representada na seguinte correlação:



No ponto central dessa figura localizou-se em primeiro lugar o conceito de trabalho, presente nas narrativas, e as composições possíveis. Em uma

segunda leitura, substituiu-se trabalho por acidente do trabalho e aposentadoria por invalidez permanente, verificando quais as novas possibilidades de significação. Após, foram comparadas as diferentes triangulações, e desse contraste, pode-se ver as ressignificações produzidas e perceber por que algumas pessoas conseguem produzir novos significados para o trabalho e o trabalhar, e outros não conseguem produzir este descolamento, retornando a posições anteriores. Nessa perspectiva interpretativa, o triângulo da mediação é a unidade básica de análise de como se constituem e se produzem as representações sociais. Os espaços do “entre” explicam a gênese dos fenômenos que constituem o indivíduo, a comunidade, a linguagem e o Outro. (JOVCHELOVITCH, 2008).

É importante lembrar ao leitor que esta proposta metodológica foi criada para responder às questões problematizadoras dessa pesquisa. A primeira seria investigar quais são os mecanismos utilizados por estas aposentadas por invalidez permanente resultante do acidente do trabalho que conseguem ressignificar as suas vidas rompendo com a centralidade do trabalho? E a segunda procura entender quais são os elementos presentes neste processo que podem ser decompostos das falas dos diferentes sujeitos.

Para demonstrar como esta metodologia foi utilizada, serão transcritas duas narrativas em seus pontos centrais, a partir das quais produzir-se-á a discussão tanto dos casos em si, como do método utilizado. É o momento em se busca a integração entre a fala dos sujeitos entrevistados e as teorias articuladas no quadro referencial, através da análise das categorias temáticas obtidas. É a tecitura de imagens mnemônicas, apropriando-se dos conceitos de Benjamim (1997) e Proust (1990), resultando em uma costura arbitrária por parte de quem a faz, mas que pretende construir/re-construir uma trama identificatória.

Interpretando as falas dos entrevistados (o que sai pela boca): os triângulos da significação.

As teorias científicas ou sociais, tanto quanto as do senso comum, são constituídas através da interpretação dos fatos naturais, ou da interpretação da relação do homem com a natureza, e ainda, interpretando-se as relações entre homens e destes com suas produções sócio-culturais (simbólicas, relacionais, pulsionais, religiosas, mitológicas...). Dos fatos e das relações são produzidos conceitos explicativos (cientificamente ou não) das coisas ao nosso redor – das tangíveis e das invisíveis – e estes, quando apropriados pela linguagem passam a significar o mundo a nossa volta. Pensar pela boca é transformar a mediação do mundo simbólico apropriado pelo sujeito em um mundo acessível àquele que se comunica estes significados. Se na sociedade – e o científico está aí incluído - são produzidas “as grandes significações”, é na vida comunitária – da relação e do encontro com o Outro – que “elas produzem sentido”. As práticas lingüísticas produzem e são produzidas na busca por interpretar a realidade instituída, mas também são fontes inesgotáveis de possibilidades instituintes, do novo e do diferente – desde que produzam sentidos de outramentos.

E, esses outramentos, produzidos no encontro com o Outro, tomam o sentido de narrativas, de se contar uma história. Nem sempre as histórias são contadas como foram vividas. Muitas vezes a memória, o momento e o lugar, ou o interlocutor, produzem versões do fato. Nas versões, obrigatoriamente, encontram-se o sujeito que narra, aquele a quem essa narração se destina e as motivações que produzem esta narrativa, portanto a mediação do social está presente. Para reforçar tais afirmações há o fato de que os sujeitos dessa pesquisa são pessoas aposentadas por invalidez permanente decorrente do acidente do trabalho, que falam para o psicólogo-pesquisador da Universidade que “quer estudar e cientificar” o que aconteceu com eles. Ou seja, muitas vezes esta relação se apresenta como “um que viveu e que fala” para “outro que sabe e que escuta”. Assim, as produções narrativas, por parte dos acidentados, buscam ser o mais explicativas possível, ricas em detalhes sobre alguns fatos, ao mesmo tempo em que a censura social reforça omissões de

outros. Um exemplo, em tom de clarificação, seria que por pior que seja a lembrança, os sujeitos não falam mal das empresas onde se acidentaram e nem dos atendimentos médicos recebidos. Ao mesmo tempo em que se pode falar mal de um amigo que não compreende a sua situação de saúde, ou mesmo, dos colegas de trabalho que o ironizam por não-trabalhar.

É importante aqui ressaltar que a entrevista narrativa, como já descrita, é um processo de argumentação de um locutor para um interlocutor ouvinte. Não há uma contra-argumentação lógica ou incentivo emocional por parte de quem recebe a mensagem, diferentemente de uma conversa “sobre” algo. O antagonismo ou a concordância sobre idéias ou conceitos, próprios de um debate, não é produzido como em uma conversa, formal ou informal. Para Billig (2008, p. 43), “sem a negação, a discussão, em seus sentidos dialógico e criativo, nunca começa”. No entanto, a mediação dos padrões culturais é evidente, tanto na escolha dos assuntos a serem tratados como nas palavras a serem utilizadas.

Entretanto, a linguagem nunca é autoritária, ela é uma mistura “heteroglóssica” de formas e temas. [...] Toda a elocução concreta de um sujeito que fala serve como um ponto onde tanto as forças centrífugas quanto as centrípetas são postas em ação (BAKTHIN, 1981, p. 272, In: BILLIG, 2008, p. 30).

Também é digno de nota que ao se levar em conta o método de coletas de dados escolhido, o campo conceitual referencial, bem como o envolvimento do pesquisador, não se pode esperar neutralidade. Toda interpretação é subjetiva e todo o recorte arbitrário, pois servem a um determinado fim, previamente estabelecido. Logo, os dois casos que serão apresentados abaixo, passaram por essa escolha parcial. E, a interpretação deles, é decorrência dessas condições prévias.

“Aí depois eu fiquei encostada!” – apresentação do caso 1.

A Senhora C., 34 anos, sofreu o primeiro acidente do trabalho aos 18 anos, que nas suas palavras é assim descrito:

“Assim, foi na 1ª safra que eu trabalhava, eu não conhecia firma nenhuma de fumo. Daí, eu fui, eles me botaram assim numa esteira que pegava o pó de fumo, né? Sei lá, aquele pó de fumo. Daí agarrei, eu, era com papelão, não tinha pá aquele tempo, né? Daí eu não sabia que não era pra botá a mão lá dentro da máquina. Aí eu fiquei com medo que o encarregado me xingava. E agarrei e peguei o papelão. Quando eu fui pegar o papelão, a máquina pegou minha mão. E tá, eu gritei pra guria que tava do meu lado. Daí ela chamou minha irmã, que puxou meu braço. Daí, daí, eu não vi mais nada. Eu desmaiei e não vi mais nada. Fui acordar lá na enfermaria, lá. Que a minha irmã me levou, porque saiu um pedaço do couro da mão, eles botaram uma platina. Tiraram um pedaço do couro da minha perna e me botaram aqui. Aí depois eu fiquei encostada, né? Aí eles falaram que, a gente não sabia ler, né? Achei que era um munda de dinheiro, fiz um acordo no INPS. E, ah, quando eu fui vê, era 20 real. Daí agora que eu tô ganhando 90 reais por “perjuro”. E é só!”

Ao se recuperar, retorna à mesma atividade laboral em outra empresa fumageira. E realiza esse trabalho sazonal por oito anos, durante as safras de fumo. Quando, ao retornar novamente para “*mais uma safra*”, foi constatada uma perda auditiva considerável (provavelmente pelo excesso de barulho das máquinas e o não uso do protetor auricular) e ela não é selecionada. Passa dois anos “*fazendo bico em casa de família, para que os médico esquecesse*”, e se submete ao processo seletivo de outra empresa fumageira. É selecionada para “*fazer a faxina*” e trabalhou ali até recentemente, onde é constatada a perda de visão em um dos olhos, estando o outro comprometido, “*com somente uns 40% de sobra*”. E hoje, “*tenho que passar os dias aqui sentada, a minha filha maior [14 anos] é que faz as coisas por mim e para todos*”. E termina assim a sua entrevista, “*eu não sei mais o que falar, mas a minha filha pode terminar, ela sabe mais do que eu, ela estuda*”.

É interessante situar o leitor a respeito de como essa entrevista foi realizada, pois tal descrição também corroborará as conclusões que pretendo apontar. Alguns dias antes do encontro o pesquisador telefonou para a Senhora C. solicitando a entrevista, informando quais eram os objetivos da mesma e como havia conseguido o seu nome e o número do telefone. Durante esta conversa, o telefone da interlocutora passa de mãos várias vezes, e repetidamente explicou-se os motivos dessa solicitação. Ocorrendo a concordância, marcou-se a data para a mesma que, por insistência da entrevistada, seria realizada em sua residência. No dia combinado, ao me deslocar ao endereço dado, não consigo encontrá-lo com facilidade

ocasionando um atraso de cerca de 15 minutos. Ao chegar ao local, a Senhora C. já esperava com duas cadeiras dispostas em uma sombra a frente de sua humilde residência. Além da senhora a ser entrevistada, os vizinhos estavam todos lá, também. Toda a entrevista foi observada por eles, mesmo que tivesse sido solicitado que conversássemos a sós. Cada informação dada, durante as falas dela, eram confirmadas com o balançar afirmativo de todos os ouvintes. O que, aparentemente, proporcionava segurança e aceitação à Senhora C.. Terminada a narrativa, após os questionamentos, esta pede que sejam ouvidos vários vizinhos, *“pois estes me conhecem melhor do que eu mesma”*. E, vários deles falam ao mesmo tempo, inclusive apontando várias outras pessoas na mesma condição de aposentadas por invalidez.

Ao fazer a sua narração, a Senhora C. traz a imagem presentificada da reificação do conceito de trabalho: *“o importante é trabalhar, como não posso mais, me sinto doente”*. Aparentemente os eventos traumáticos de sua vivência profissional não produzem uma modificação no seu modo de pensar e viver a vida. Mas é na vida comunitária que os sentidos sobre o trabalho e o não-trabalhar se expressam. Os vizinhos, que conhecem a sua história de vida, lhe oferecem o suporte simbólico necessário: na identificação com a doença e a invalidez, supera-se as representações sociais relativas ao trabalho. Selligmann-Silva (1993) ao discutir a relação saúde-doença, localiza estes não como pontos extremos ou antagônicos de um processo, mas sim como decorrências do mesmo processo. Assim, pode-se adoecer trabalhando e ausentar-se desse “por um tempo”, para recuperar-se e preparar-se para o retorno ao “trabalho duro”. A aposentadoria por invalidez justifica perante a comunidade um passado de trabalhador, uma história de vida reconhecida pelo que se foi, não pelo que se é hoje. E esse fato é o que faz com que vizinhos participem da narrativa, esse Outro garante a própria representação de aposentado. Mas também não permite avançar...

Dejours (1992, 1994) aponta o sofrimento criativo como uma possibilidade de se superar dificuldades no trabalho, adaptar-se a situações que poderiam ser fontes de adoecimento mental e que permitam ao sujeito manter-se trabalhando. Para que isso aconteça, é preciso que o sujeito tenha

um entendimento de suas possibilidades e do mundo ao seu redor. Por outro lado, quando o trabalho é alienante, degradante, massificante e coloca o sujeito em uma condição de mero executor, sem a devida reflexão sobre a sua condição, têm-se o sofrimento patogênico. E este dificilmente pode ser encarado de frente, pois o sujeito reconhecendo-se nessa condição, se depara com tudo aquilo que não quer e não pode ver. Nega-se, então, ao exercício da reflexão e passa-se a práticas ideologicamente naturalizadas – práticas de dominação (THOMPSON, 1995). Aceitando essas premissas como verdadeiras, o trabalho é associado a sofrimento. E, sofrer faz parte da condição humana – e, “*bom quem têm trabalho, que pode trabalhar, não como eu...*”.

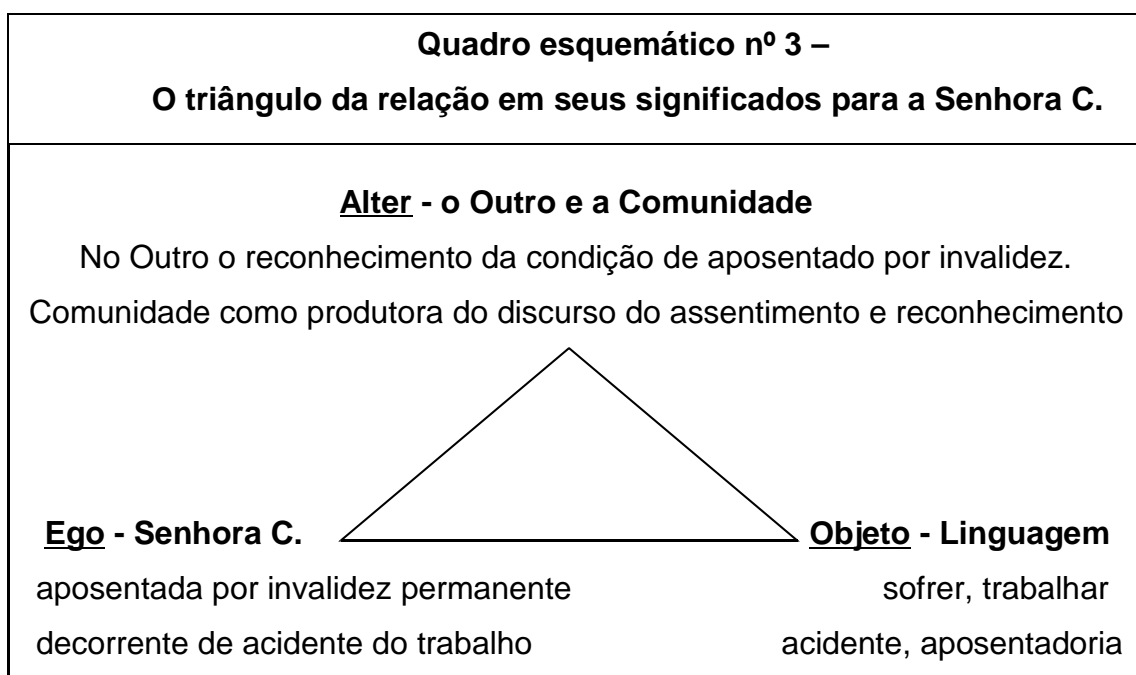
Trouxe estes pontos para que você leitor possa entender uma questão importante: sofrer trabalhando e sofrer não trabalhando não são opostos ou antagônicos, fazem parte do mesmo processo. São como elos de uma corrente significativa que não permite ao sujeito libertar-se facilmente, pois que é constantemente reafirmada. E, sem a devida reflexão, não há como romper com vínculos tão fortes, significados arraigados e significantes naturalizadores e reificados. Bauman se refere à comunidade como algo que nos protege do fora, do estranho, do perigoso e que, ao proteger-nos, acaba aprisionando também. Se buscarmos segurança e identificação, também como formas de aceitação, poderemos estar ignorando que outras práticas e conceitos podem ser assumidos – mas o novo é perigoso, pois exige enfrentamento e desassossego. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que amparam simbolicamente e reconhecem a história da Senhora C., seus vizinhos – esta comunidade – lhe garantem a imobilidade que lhe protege de um sofrimento maior. Cercar-se de um sofrimento conhecido é, muitas vezes, mais seguro do enfrentar realidades desconhecidas. Tomar consciência é estar consciente de sua própria condição, que às vezes, não se quer reconhecer.

E, dentro desta lógica, a Senhora C. se acidenta gravemente, se recupera e volta a trabalhar na mesma função. Ao se acidentarem pela primeira vez, ignora as normas de segurança por medo de ser xingada pelo responsável do setor, e quem sabe, perder o trabalho. Recolher a poeira de toda a

produção do fumo, nas chamadas “Casas do Pó”, é um dos trabalhos mais penosos e insalubres que se pode exercer em uma empresa fumageira. Seguir as normas de segurança e utilizar os equipamentos de proteção individual é fundamental para a manutenção da saúde física. Quando não se têm noção exata dos riscos que se corre, não há como avaliar as conseqüências dos atos que se realiza. Ao não utilizar o protetor auricular, a Senhora C. perde a sua audição. Como ainda “*é forte, saudável*”, passa a trabalhar como doméstica “*em casa de família*”. E o faz não por outra opção de emprego e renda, “*nada contra a faxina, é trabalho, mas não é bom*”, mas sim espera “*que os médico esquecesse*”, numa tentativa mágica de recuperar uma condição já perdida. Retorna à fábrica para realizar faxinas na área de produção – não seria o mesmo trabalho? – trabalhando por alguns anos nessa função. E, num exame periódico, para admissão em mais uma safra, descobre-se cega de um olho e – não percebia a mudança da percepção visual ao seu redor? – não pode mais trabalhar. Hoje, ao se sentar em sua cadeira em frente a sua casa, conversando com os vizinhos e tomando chimarrão, sua filha realiza a faxina de casa – “*que nunca gostei de fazer*” – e ali, junto aos seus, reconhece sua condição de inválida e pode continuar a viver. Sofrer e viver, mas a vida é assim...

Talvez tenhamos escancarado demais a situação, embora não quiséssemos jogar para a pessoa em questão toda a culpa por sua situação, mas demonstrar como os discursos sociais são produzidos e assumidos em nosso cotidiano. No caso demonstrado, acidentarse ou adoecer trabalhando fazem parte de uma produção ideológica e discursiva que ao significar trabalho como sinônimo de sofrimento – e, também de consumo, dignidade, felicidade, prosperidade... – transpõe ao cotidiano uma mensagem sempre dúbia, que poucos conseguem entender. Cabe sempre às pessoas a responsabilidade pela sua felicidade e prosperidade, muitas vezes traduzidas em consumo, e então se abre mão da própria dignidade, sofrendo no trabalho, adoecendo e se acidentando. O reconhecimento e assentimento comunitário pela condição de aposentado por invalidez permanente decorrente de acidente do trabalho é também uma forma de dar invisibilidade a este processo todo, no qual outros continuam trabalhando, sofrendo, consumindo, adoecendo, acidentando... Para

que possamos visualizar estas relações, o triângulo da relação pode ser assim esquematizado:



Acreditamos que ao reconhecer o Outro como a própria comunidade, através dessa produção ideológico-discursiva, a Senhora C. – construindo / buscando sua própria significação – não consegue fazer esse deslocamento que a possibilitaria produzir significados diferenciados dos até então aceitos. Essa colagem idêntica dos sentidos, atribuídos ao Outro e à comunidade, assim como a produção de uma linearidade entre trabalho e acidente do trabalho (logo, de sofrimento e aposentadoria) não permitem a essa pessoa vislumbrar novas possibilidades, ressignificar-se.

“Não adianta enfiar a cabeça na areia” – apresentação do caso 2.

Um segundo caso será apresentado como exemplo de um processo de ressignificação bastante diferente do anterior. Vejamos a sua descrição:

“Meu nome é Senhor A., estou com 54 anos de idade, sou um industrial aposentado por invalidez. Aconteceu um acidente comigo na empresa X, em dezembro de 2000. Fui diagnosticado como um problema na coluna lombar sacro e o diagnóstico era de operação. Depois de acidentado eu fiquei três meses afastado, retornei ao trabalho no mesmo local de trabalho. E tomei durante um ano e dois meses, todo dia, injeção para poder trabalhar e fazendo fisioterapia. Todo o mês era 5, às vezes 10 dias de atestado

pelas dor que eu sentia. Mais eu não assimilei operá minha coluna, eu achei que com tratamento paliativo eu ia conseguir me recuperar. Daí um dia, depois que eu tomei a injeção lá na firma, isso foi em maio de 2003, me paralisou da cintura para baixo e me levaram de cadeira de rodas para o Hospital. [...] A partir daquela data eu fui procurar um médico que me operasse. [...] Depois que eu voltei da minha operação, eu tive que ter uma ajuda muito forte da esposa, do filho, porque até para ter que amarrar o meu calçado era eles que faziam isso. Aí a esposa saía para trabalhar (chora) – eu ficava em casa [...] Tinha dias que eu, para um homem de ... (chora) me considero novo ainda, né? [...] Porque eu não admitia que um homem aparentemente forte, não posso até hoje, botar um peso na minha mão. [...] E se eu sou só um homem inútil, a única solução é o galho da árvore e uma corda. Aí eu tive um acompanhamento psicológico [...] E daí, de uma hora para outra, eu vi que fazer que nem a avestruz, baixar a cabeça e enterrar na areia, e ficar me lamentando não adiantava. [...] Participei de alguns grupos no Sindicato da Alimentação e Metalúrgicos, e percebi que tinha gente que tava em condições igual a minha e até pior. [...] Se não houvesse isso aí, eu hoje, com certeza estaria trabalhando, que era o meu objetivo. Às vezes, cruza por alguém caminhando pela rua e a gente sempre sofre aquela alfinetada: “E aí, gordo, roubando dinheiro do Lula!”. [...] Isso aí, o mundo é assim. Vai ter sempre aqueles que vão te alfinetar e a gente vai ter de aprender a sofrer calado. Dói (chora).”]

“- Dói!” O sofrimento parece ser a tônica desta narrativa. E realmente não foi fácil para o Senhor A. narrar a sua história, e também não foi simples para esse pesquisador assimilar todo este sofrimento. Aqui, não temos o sofrimento patológico em termos dejourianos (como anteriormente descrito), mas sim a possibilidade criativa de ressignificar-se a partir do sofrer. Ao participar de grupos com pessoas acidentadas no trabalho, o sujeito passa a perceber que não é único naquela condição (não que estivesse alienado do mundo exterior). Saber do sofrimento é algo totalmente diferente de vivenciá-lo na própria pele. O Senhor A já havia, inclusive, pensado em suicídio, quando recorre ao atendimento psicológico para entender o que está vivendo e sentindo. Ao reconhecer-se em uma condição que não queria, mas definitiva, abre espaço para uma possibilidade de ressignificar-se. E o faz, a princípio, com o Outro, depois, consigo mesmo, e adiante, para os Outros.

Esta tomada de consciência, a partir do sofrimento, parece ser um ponto determinante em histórias como esta. A impossibilidade de trabalhar, não aceita a princípio, abre sobre o sujeito uma série de questionamentos para os quais ele não tem (ou não admite ter) respostas. A centralidade e onipresença do conceito de trabalho, produzida e reproduzida nos diferentes discursos ideológicos (no sentido de dominação) buscam responder a todas as questões que se colocam às pessoas. Não obtendo respostas plausíveis e compatíveis

com um modelo social, no qual não encontram espaços de inserção, apresenta-se um sofrimento intenso: o de não mais reconhecer-se na história que a sua própria vida produziu (WITCZAK & GUARESCHI, 2008). Nesse momento, a comunidade, a linguagem e o Outro são referenciais importantes para esse reencontro de si consigo mesmo.

A família foi para o Senhor A. o primeiro e grande amparo de que ele necessitou. A esposa e o filho, mais do que a ajuda para vestir-se ou amarrar os seus sapatos, demonstraram reconhecimento pela pessoa que ali estava, agora acidentada, e aceitação para esta nova condição de vida. São estes os principais fatores que o impedem de suicidar-se, uma ideação até então constante, e o fazem buscar auxílio externo. Entretanto, um outro fator foi decisivo para realmente representar a dimensão da incapacidade: ao receber um medicamento anestésico injetável (injeção) no próprio ambiente de trabalho, fica paralisado da cintura para baixo. Assim, o que tentava esconder de si mesmo, se lhe “escancara aos olhos”. Reconhece primeiramente a necessidade da intervenção cirúrgica na região lombar e, depois, vem o mais difícil: reconhecer que não poderá mais trabalhar. Caso isto não tivesse ocorrido, talvez ele estivesse trabalhando com as terríveis dores até agora – repetindo o caso da Senhora C.. Então, o sofrimento, vivenciado até hoje, não pode ser considerado o único elemento para uma ressignificação. É preciso que se extraia deste uma possibilidade de reconstrução de si, uma possibilidade de criação, o que Dejours (1992, 1994) convencionou como sofrimento criativo. Este sofrer é aquele que faz com que as pessoas reencontrem-se com aquilo que lhes constituiu, com sua história de vida, produzindo identificação.

Reencontrar-se consigo mesmo é romper com esquemas ideológicos que a rotina e a alienação do trabalho produzem. Para Habermas (1992), é somente quando se rompem estruturas de significação cotidiana (os processos de linguagem – ação comunicativa – e o conceito de mundo da vida) que conseguimos ver novas possibilidades de vida, até então encobertas por outras dimensões ideológicas. Este rompimento produz no sujeito, em um primeiro momento, desorientação. E deste fato podem desenvolver-se duas

possibilidades: novos significados são produzidos, ou então, os significados já reificados emergem de uma forma extremamente intensa. A criatividade dejouriana encontra-se junto a primeira possibilidade. Esse reencontro consigo mesmo, advindo do sofrimento criativo, que produz rompimento com o estabelecido, também pode ser considerado como produtor de uma nova consciência.

Aqui se faz necessário à introdução de conceitos até então não discutidos: o de consciência e o de ética, em Paulo Freire. Encontramos em Guareschi (1989) uma síntese das discussões de Freire sobre o processo de conscientização, do qual se elaborou o seguinte quadro resumo:

Tabela 1: comparativo dos estágios de consciência em Paulo Freire.	
1- Consciência mágica, mítica, imersa ou intransitiva: Impossibilidade de se ver a realidade social e as condições objetivas de existência	
2- Consciência ingênua ou intransitiva	a) Fanática: é mediada pelos meios de comunicação, robotizada, impossibilita as pessoas de verem o todo e fanatiza a campos restritos.
	b) Ambígua: há mobilização, mas não se tem clareza sobre a mudança e a transformação. Apesar de ainda se verificar certa manipulação, já há uma crítica insipiente deste mecanismo.
	c) Reacionária ou de golpe de estado: quando se toma posição a respeito de um assunto, dando-se conta da manipulação a que se está submetido. Porém, esta posição é absoluta, não aberta ao diálogo ou revisão de posições. Pode-se mesmo chegar a uma “cultura do silêncio” ou retornar à consciência mágica.
3- Consciência crítica: tem-se a superação das limitações dos estágios anteriores, com compromisso político e o assumir responsabilidade social. É aqui que se chega à compreensão das causas estruturais e históricas da sociedade em que se vive. E, analiticamente, entender a realidade social e ter a habilidade de refletir objetivamente sobre ela.	

Idéias compiladas a partir de GUARESCHI, 1989, p. 20-22.

Questão complementar à discussão dos processos de conscientização é o da dimensão ética que os acompanha, porque se as pessoas chegam a perceber e compreender o estado de alienação em que vivem isso causa sérias dificuldades vivenciais, difíceis de serem superadas sem uma mudança de vida. E, essa prática, é acompanhada necessariamente de um processo de reflexão individual (geralmente acompanhadas de um barramento por discursos e práticas sociais contraditórias, nos quais existe a mistificação, as sugestões de consumo e da propaganda de massa, a imitação, as pressões morais).

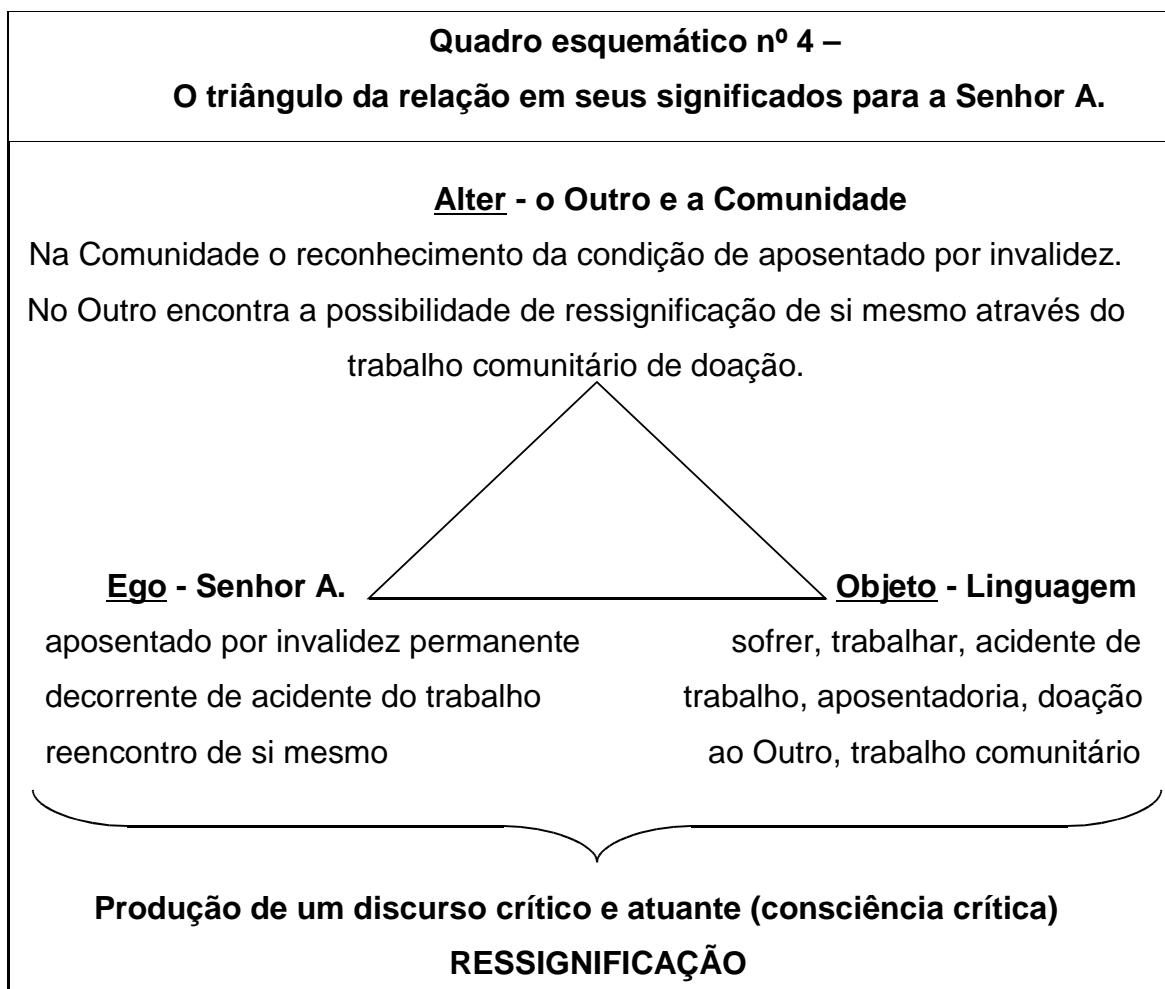
Toda a ação, ao ter uma dimensão valorativa (ideais, crenças e valores de quem a pratica) é necessariamente ética. Ao se discutir um fato, este implica princípios que o definem como bom ou ruim. O senso comum pode ser um excelente produtor de princípios, assim como a ciência ou as diferentes ideologias que nos cercam. Pode-se, mesmo, falar em uma ética do trabalho ou para o trabalho, que define as ações cotidianas laborativas em termos de qualidades e conseqüências. O mesmo vale para quem trabalha e quem não trabalha, o trabalhador e o “*encostado*”. Fazemos essa digressão, porque é justamente isso que aparece na narrativa do Senhor A.: uma ação voltada para o Outro, em uma dimensão ética de resgate do Eu perdido. Na busca por ressignificar sua vida, a dimensão ética assume um papel primordial, o que Freire denominou de consciência crítica.

E esse processo de conscientização iniciado no sofrimento e no desespero, que ganha amparo inicial nas figuras familiares, se expressará no Outro e na comunidade. O Senhor A., que inicia participando de grupos de pessoas acidentadas, como ouvinte, passa a mobilizá-las para a mudança, buscando seu engajamento em projetos sociais. Ele mesmo o faz, duas vezes por semana, em um Asilo de Idosos, que, na sua definição, é um local “*de esquecidos, abandonados à própria sorte, como eu*”. O trabalho de doação preenche não somente o tempo liberado pela ocupação do emprego remunerado, mas também como afirma o sujeito, “*preenche o coração, um sorriso de satisfação, um abraço amigo, uma risada ou um olhar de contemplamento... a amizade... reconhecer-se humano e participando, é a maior paga que um homem pode receber*”.

Entretanto, o próprio Senhor A. reconhece que muito poucos dos assistidos pelos grupos conseguem escapar do “*coitadismo*” e de pensar em se reinserir nas mesmas ocupações de trabalho que tinham antes. Preocupam-se muito mais com suas pensões, ou com as consultas aos médicos peritos e assistentes sociais do INSS, ou ainda com programas de reabilitação funcional (próteses e órteses) do que consigo mesmos. E parecem fazê-lo para, justamente, poderem lidar com sua própria condição atual, num processo de consciência mágica. Outros ainda, reconhecem sua atual situação, preocupam-

se consigo e com os que se encontram em igual condição, mas não fazem movimento algum de superação, ficam na “consciência ingênua reacionária”, que é igualada por Freire à consciência mágica.

Para que possamos visualizar estas relações, o triângulo da representação pode ser assim esquematizado:



Enquanto os sentidos ofertados ao conceito de trabalho permeiam a vida de todos nós que nos preparamos para o mercado de trabalho ou dele participamos, eles nos são ideologicamente totais e balizadores de uma “existência plena e feliz”. Quando alguém se acidenta no trabalho, não podendo mais trabalhar efetivamente, esses sentidos se esvaziam e sobra somente dor, desespero, sofrimento, desencontro. Assim, a produção de um processo de conscientização crítico muitas vezes está repleto desses adjetivos iniciais, que perpassam todas as narrativas, porém consegue ver neles um

processo criativo. Voltam-se ao Outro e à comunidade como uma tentativa de reencontrarem-se, e acabam recriando-se, ressignificando-se. Eis a grande diferenciação entre este e o caso anterior, da Senhora C.. Neste último há um descolamento do Outro como alguém que sofre como o Eu-indivíduo sofre, bem como a comunidade, como possibilidade reconstitutiva. Não é somente a comunidade que aceita o aposentado e passa a lhe oferecer suporte: ele próprio se apresenta como um ser participativo da mesma. A doação ao Outro reconstitui aquilo que se perdeu, em outras possibilidades, em uma dimensão ética, que leva a um processo de produção de uma consciência crítica.

Considerações finais

Os resultados de muitas reflexões pessoais ressoam nesse escrito. Mais do que suposições teóricas, interlocuções conceituais e demonstração de um método, esses resultados recompõem também a minha trajetória de vida, pessoal e profissional. O encontro com os homens e mulheres aposentados por invalidez permanente decorrente de acidentes do trabalho produziu, também em mim, ressignificações tão profundas e grandiosas quanto para as próprias pessoas acidentadas. A conseqüência mais significativa é que este pesquisador mudou ao longo desses quatro anos de estudos teóricos, produções escritas e apresentações orais, dos debates com nosso grupo de pesquisa e com colegas de trabalho. Acredito que foi algo que me fez ressignificar essas experiências todas e me fez alguém diferente. Um aspecto importante é que eu procurei por essas modificações e/ou conscientizações.

Ninguém procura o acidente do trabalho, principalmente de forma consciente. Ele pode acontecer na vida de cada um de nós, em suas mais variadas formas, decorrendo sempre das condições e da organização do trabalho. Muitos o vêem como fatalidade ou como castigo e com culpabilidade, representando sempre uma ruptura daquilo que acreditam ser, em função da assunção de um conceito de trabalho ideologicamente moldado e da ocupação que tinham. Ser trabalhador parece ser uma colagem perfeita de ser humano. Ser um aposentado por invalidez permanente decorrente de acidente do trabalho é aquilo que sobra, colagem perfeita de.... Ao acidentarse no trabalho

e necessitar uma aposentadoria por invalidez, as pessoas perdem mais de si mesmas do que poderíamos supor. Perdem aquilo que as identificava consigo mesmas e com sua história pessoal. É preciso ressignificar-se.

A escolha da entrevista narrativa como instrumento de coleta dos dados e dos triângulos de significação como possibilidade de interpretação dos campos conceituais surgiu da necessidade de entender teoricamente como se produziam as ressignificações. O Outro e a comunidade, o trabalho e o acidente do trabalho, o sofrimento e uma possibilidade criativa (ou não) para este, tudo isso estava expresso na linguagem. O encadeamento do discurso na produção narrativa permitia um entendimento do modo como cada um dos sujeitos percebia as relações que aconteciam consigo e da maneira com que elas eram reconstruídas para um determinado interlocutor (o pesquisador). Na seqüência, precisava-se de um entendimento que transcendesse ao discurso individual e que pudesse ser apreendido como uma produção coletiva, tal como numa representação social. E as triangulações de significados proporcionam justamente essa compreensão. Possibilitam ver como diferentes significados podem ser apropriados e vividos pelos sujeitos em suas vidas. Representam uma tentativa de visualização das relações estabelecidas (sabendo-se que uma relação é sempre triangular), que possibilite entender como se processam os sentidos do discurso e seus enunciados. E, em última instância, querem esclarecer como as relações triangulares produzem os próprios sujeitos, possibilitando ressignificações.

Dois casos foram utilizados para que se pudesse demonstrar não somente um método de coleta e de interpretação de dados, mas também uma produção discursiva que representa, antes de tudo, a centralidade do conceito de trabalho e o sofrimento dos que dele se afastam pela aposentadoria por invalidez permanente decorrente do acidente do trabalho. No primeiro caso, da Senhora C., viu-se que tais representações eram fortes o bastante para mantê-la trabalhando após três eventos mórbidos (o acidente em uma das mãos, a perda significativa de audição e a perda da visão em um dos olhos além da redução considerável no outro): tais representações produzem sentidos no discurso nos quais triangulados identificam trabalho com sofrimento, uma

aceitação pela comunidade de sua condição de aposentada e um assentamento identificatório destas relações. O ressignificar produzido é emparelhado ao acidente do trabalho e a sobra relaciona-se com a produção de um sentimento de culpa por não poder mais trabalhar e de uma consciência mágica ou mítica (“*se Deus quis assim*”) que não é capaz de romper esta centralidade do conceito de trabalho.

Já o segundo caso apresenta uma resolução diferente, referindo também um sofrimento, que fez, entretanto, com que aquele sujeito pudesse ver uma nova dimensão para a sua vida: o Outro. Passa também por todo o embate pessoal do sofrer, do querer terminar com sua vida, por não mais poder servir aos desígnios nobres do trabalho e do ser trabalhador. Mas descobre na comunidade uma possibilidade de reencontro consigo mesmo e também da produção de valores diferenciados daqueles que até então eram o cerne de sua existência. No trabalho de doação ao Outro (ainda trabalho, mas em outra dimensão), encontra uma possibilidade de ressignificar sua vida, descobrindo novamente sentido para ela. Uma produção discursiva que não escapa à centralidade do conceito de trabalho (e muitas vezes identifica-o com sofrimento), mas faz do trabalho de doação, não remunerado, uma possibilidade de ressignificação de tal conceito e de sua vida com um todo. Desse contexto, emerge uma consciência crítica e propositiva.

Finalizando, toda essa discussão nos atinge diretamente, pois estamos circunscritos aos mesmos significantes e a uma mesma produção discursiva. Identificar o sofrimento no Outro e nada fazer é uma demonstração de indiferença em relação aos sentimentos das pessoas que sofrem. Já entender esse sofrimento no Outro, e de como ele se produz em nós mesmos, é o primeiro passo para uma consciência crítica. Partamos então para uma postura ética de atuação em prol da mudança, junto ao Outro e pelo Outro. Assim, nos ressignificamos a nós mesmos.

Referências bibliográficas:

- BARTHES, R.. *The semiotic challenge*. Oxford: Basil Blackwell, 1993.
- BAUER, M. W. & GASKELL, G. (ed) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BAUER, M. W. & JOVCHELOVITCH, S.. A entrevista narrativa. In: BAUER, M. W. & GASKELL, G. (ed) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BAUMAN, Z.. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005.
- BENJAMIN, W.. *Rua de mão única*. São Paulo, Brasiliense, 1996.
- BILLIG, M.. *Argumentando e pensando: uma abordagem retórica a psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- DEJOURS, C.. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Oboré, 1992.
- DEJOURS, C. ABDOUCHELI, E. & JAYET, C.. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.
- GAGNEBIN, J. M.. *História e narração em Walter Benjamin*. SP: Perspectiva, 1994.
- GUARESCHI, P. A.. *Psicologia Social Crítica: como prática de libertação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- GUARESCHI, P. A.. *Representações sociais: alguns comentários oportunos*. Porto Alegre, 1997.
- GUARESCHI, P. A. & SUSIN, L. C.. *A consciência moral emergente*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1989.
- HABERMAS, J.. *Teoria de la accion comunicativa*. Madrid : Taurus, 1992.
- JOVCHELOVITCH, S.. *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- JOVCHELOVITCH, S.. *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil..* Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- MARKOVÁ, I.. *Dialogicidade e representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- MENDES, J. M. R.. *O verso e o averso de uma história: o acidente do trabalho*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- MENDES, J. M. R.. O acidente e a morte no trabalho: o verso e o averso de uma história e a construção social da invisibilidade. In: JACQUES, M. da G. e CODO, W. (orgs) *Saúde mental & trabalho: leituras*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- MOSCOVICI, S. A. *Representações sociais - investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

- PROUST, M.. *O tempo redescoberto*. São Paulo: Globo, 1990.
- RICOUER, P.. The narrative function. In: W. J. T. MITCHELL (ed.) *On narrative*. Chicago: Chicago University Press, 1980.
- THOMPSON, J. B.. *Ideologia e cultura moderna – teoria social crítica dos meios de comunicação em massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- WITCZAK, M. V. C.. Seção I: Do fechar e abrir os olhos: seria possível uma vida sem trabalho? In: WITCZAK, M. V. C.. *Através dos olhos, das mãos e da boca: a ressignificação da vida após a aposentadoria por invalidez permanente decorrente do acidente do trabalho*. Tese de Doutorado em Psicologia, PPG em Psicologia-PUCRS, 2009.
- WITCZAK, M. V. C. & GUARESCHI, P. A.. Voltar à comunidade: buscando novos sentidos e significados a acidentados no trabalho. In: STREY, M. N. & TATIM, D. C. (org.) *Sobre ET's e dinossauros – construindo ensaios temáticos*. Passo Fundo, RS: UPF Editora, 2008.
- WITCZAK, M. V. C.. A ilha do dia anterior: uma discussão sobre tempo, memória e subjetivação. In: Revista *Barbarói*, nº 19, de dezembro de 2003.

SEÇÃO III

ENTRE O CONSUMO E O DESCARTE: QUANDO O CORPO FALA.

Entre o consumo e o descarte: quando o corpo fala.

Resumo: Este artigo objetiva entender aquilo que o corpo fala e que o sujeito não quer saber. Está constituído a partir da perspectiva da Psicologia Social Crítica, da metodologia da entrevista narrativa (BAUER & GASKELL, 2002) e dos triângulos de significação (GUARESCHI, 2004; MARKOVÁ, 2006; JOVCHELOVITCH, 2008). Utilizando recortes de falas de pessoas aposentadas por invalidez permanente decorrente de acidente do trabalho, demonstra-se como os sentidos são apropriados pelo corpo e definidos a partir da comunidade. Os processos narrativos traduzem formas de ver, sentir e se situar no mundo. Dessa modo, podem ser decompostos em representações sociais que produzem e significam um corpo. A partir dessa perspectiva, busca-se entender como os sentidos do discurso produzido reproduzem um corpo e, de como a perspectiva comunitária reorganiza esse mesmo discurso. O corpo fala quando todos os sentidos produzidos se tornam vazios, emergindo o sofrimento. A resignificação da vida após a aposentadoria por invalidez permanente decorrente do acidente do trabalho passa, necessariamente, pelo Outro, pela comunidade e pela produção de uma consciência crítica.

Palavras chave: trabalho, acidente do trabalho, aposentadoria por invalidez, entrevista narrativa, representações sociais.

Abstract: The objective of this paper is the understanding of what the body says and the subject doesn't want to know. The work is based on the perspective of the Critical Social Psychology, on the narrative interview methodology (BAUER & GASKELL, 2002) and on the triangles of signification (GUARESCHI, 2004; MARKOVÁ, 2006; JOVCHELOVITCH, 2008). Using parts of speech of people on permanent disability retirement resulting from occupational accidents we demonstrate how the meanings are acquired by the body and defined in the community since the narrative translates forms of seeing, feeling and positioning oneself in the world. This way, the narratives can be disassembled in social representations that produce and signify a body. From this perspective we seek to understand how the meanings of the discourse produced reproduce a body, and how the community perspective reorganizes this same discourse. The body speaks when all the meanings produced become empty and suffering emerges. The resignification of life after permanent disability retirement resulting from an occupational accident necessarily goes through the Other, the community and through the production of a critical consciousness.

Key words: work, occupational accident, disability retirement, narrative interview, social representation.

Entre o consumo e o descarte: quando o corpo fala.

O acidente do trabalho marca as pessoas que por ele foram atingidas. E produz não somente marcas físicas (cicatrizes, amputações, limitações...), mas faz marcações simbólicas e subjetivas importantes. Acidental-se trabalhando, representa romper com sonhos, idealizações e projetos de vida relacionados ao futuro pessoal e profissional. Significa também passar da condição de trabalhador ativo a aposentado, ou como se diz popularmente, “encostado”. Depois de “*uma vida dura de trabalho*”, as pessoas passam a um intenso questionamento sobre as suas vidas – o que já viveram e o pelo que passarão. Muitos nem mais conseguem identificar-se com aquele ser que a sua própria história individual produziu. O que fazer então? Como se pode viver apartado dessas significações? Como ressignificar a própria vida?

Convivendo com pessoas acidentadas no trabalho, durante os quatro anos desse estudo, as questões acima mencionadas chegavam de forma muito forte aos meus ouvidos. Principalmente porque, quando escutava estas pessoas, os questionamentos feitos pelos entrevistados não eram, de certa forma, dirigidos a mim, mas sim, a eles mesmos. Carregados de um sofrimento intenso, deixavam transparecer uma dor que correspondia mais aos ferimentos “na alma” do que os do corpo. Mostravam marcas deixadas por todas as representações sociais e estigmas impostos pela sociedade, dentro de um conceito centralizador como o de trabalho, que é, ao mesmo tempo, excludente para aqueles que não trabalham.

A pesquisa realizada, descrita de forma pormenorizada em Witczak (2009), teve por objetivo entender como estas ressignificações eram realizadas e quais os mecanismos sociais e simbólicos com que os sujeitos se apropriavam para realizá-la. Utilizamos a entrevista narrativa (BAUER & JOVCHELOVITCH, 2002) como método de coleta de dados cuja interpretação deu-se a partir dos triângulos da significação (GUARESCHI, 2004; MARKOVÁ, 2006; JOVCHELOVITCH, 2008). Todos os entrevistados foram informados sobre a temática e os procedimentos da entrevista (Termo de Consentimento

Livre e Esclarecido), de que modo se chegou a eles e da ampla liberdade que tinham para fazer a narração de suas situações.

Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma seqüência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. Contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal, por dois motivos principais: o primeiro é porque elas se referem à experiência pessoal, e o segundo, é porque elas tendem a ser detalhadas com um enfoque nos acontecimentos e ações (BAUER & JOVCHELOVITCH, 2002, p. 93).

A estrutura de uma narração é semelhante à estrutura da orientação para a ação. Um contexto é dado, sendo que os acontecimentos são seqüenciais e terminam em um determinado ponto. A narração inclui um tipo de avaliação do resultado. Situação, colocação do objeto, planejamento e avaliação dos resultados são constituintes das ações humanas que possuem um objetivo. Ela reconstrói ações e contexto da maneira mais adequada. Mostra o lugar, o tempo, a motivação e as orientações do sistema do simbólico do ator, podendo assim ser decomposta em representações sociais (RS).

É preciso que se considere também para quem se fala (o interlocutor) e em qual situação (porque se fala). Quando solicitados a narrarem a sua vida e o acidente do trabalho⁹ que os levou a aposentadoria por invalidez¹⁰, as pessoas sabiam que falavam a um pesquisador, psicólogo, professor universitário (a maioria das entrevistas aconteceu em salas da Universidade) e que o material produzido se destinava às análises e interpretações

⁹ A Lei n.º 8.213, de 24.07.1991, da Previdência Social, no seu artigo 139 define o que é o acidente do trabalho. Nos artigos 140 e 141 são definidas as equiparações ao acidente do trabalho. De forma sintética, equiparam-se ao acidente do trabalho a doença do trabalho e a doença profissional, acidentes no ambiente de trabalho que diminuam ou impeçam a capacidade funcional e o acidente fora do ambiente de trabalho, desde que a serviço da empresa. Também se considera o acidente de percurso (ir e vir do domicílio ao local de trabalho) como acidente do trabalho.

¹⁰ O conceito de aposentadoria por invalidez encontra-se inserido no art. 42 da Lei de Benefícios, cujo texto foi referendado pelo artigo 43 do Decreto 3048/99.

constituintes desta pesquisa. Os entrevistados, portanto, estavam cientes que se tratava de uma pesquisa para fins de estudo. Esse fato, por si só, produzia determinadas narrativas, em discursos de palavras escolhidas, carregados de determinações morais, já que dificilmente um palavrão qualquer era proferido e inúmeros pedidos de desculpa (quando se emocionavam). A leitura dessa realidade nos levou a uma reflexão pessoal sobre o que se fala e do que não se pode falar. Em conseqüência, aquilo que não se diz, não é dito por que não se quer ou porque simplesmente está ali (conceito habermasiano de mundo da vida, e mesmo estando ali, é invisível). Por que os sujeitos falam de suas dificuldades pessoais (questões amorosas, o time de futebol de sua preferência, dificuldades relativas aos seus processos junto ao INSS, etc...) quando são chamados a narrar sobre o acidente do trabalho e a significação deste em sua vida?

Analisando as diferentes narrativas, seus enredos e os discursos finais produzidos, concluímos que no momento em que as questões individuais de maior sofrimento iriam ser pronunciadas, os sujeitos mudavam o rumo do que estavam narrando. E então, este sofrimento emergia de uma forma mais intensa ainda, pois as palavras não poderiam (ou não deveriam) expressar aquilo que se está sentindo (as mesmas determinações morais). Por esta razão, este estudo objetiva, entender aquilo justamente entender aquilo que o corpo fala, mas que o sujeito não quer saber. Além disso, quer ainda refletir sobre quais seriam as possibilidades sociais e subjetivas para a resolução dessa questão, ou seja, as ressignificações produzidas.

O texto está organizado em quatro partes, conforme segue:

1- *“De que corpo que se fala: o corpo consumo ou o corpo descarte?”*. Definem-se aqui os conceitos de corpo consumo, corpo descarte e corpo “quase-lugar” (BAUMAN, 2003), articulados a uma discussão sobre como as questões do corpo influenciam ou se deixam influenciar nos processos de ressignificação dos sujeitos.

2- *“O processo narrativo, as representações sociais e o corpo”*. Essa segunda parte mostra que os processos narrativos traduzem modos de ver,

sentir e se situar no mundo. Dessa forma, podem ser decompostos em representações sociais que produzem e significam um corpo. A partir dessa perspectiva, busca-se entender como os sentidos do discurso produzido reproduzem um corpo, e de como a perspectiva comunitária reorganiza esse mesmo discurso.

3- “*Quando o corpo fala: aquilo que o corpo fala e o sujeito não quer saber*”. Nessa terceira parte, apresenta-se as narrativas que podem ser concebidas como histórias onde o sujeito se conta, e o faz, neste caso, para alguém que ele não conhece. Foi possível perceber que, em todos os discursos produzidos pelos entrevistados, ocorre um momento em que os sentidos se esvaziam e emerge o sofrimento. Nesse instante, uma nova linguagem é assumida e outros assuntos são abordados, é quando o corpo fala. Com recortes de falas destes, se demonstra como os sentidos são apropriados pelo corpo e definidos a partir da comunidade.

4- “*Considerações finais*”. A última parte traz um fechamento do texto, onde procuro sintetizar as principais conclusões levantadas.

De que corpo se fala: um corpo consumo ou um corpo descartado?

O conceito de corpo pode ser explicado de diferentes maneiras e cada uma delas deriva em diferentes implicações. Falaremos aqui do corpo humano, dentro de uma perspectiva da Psicologia Social Crítica.

O corpo humano é uma construção histórica e cultural, fruto de todas as possibilidades criativas e sociais, por isso vai além de seu caráter biológico. É investido de sentidos e valores, de crenças e sentimentos, que não estão submetidos a ele. Remetem a um mundo representacional que o contém, mas que dele não provém necessariamente. E é através das representações sociais contidas no corpo que se opera também o controle social. Para Foucault (1992)

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista (p. 80).

Ocorreu, então, uma apropriação e docilização dos corpos como algo que se fabrica. Um corpo máquina: que se manipula, se modela, se treina, que obedece e responde, que é submetido e utilizado, transformado e aperfeiçoado em verdadeiros modelos reduzidos de poder. Impõe-se o controle, tratando de exercer sobre o corpo uma coerção sem folga para dele obter a economia e a eficácia dos movimentos, resultando em uma relação de docilidade-utilidade, caracterizada como “disciplinas”. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe.

Uma anatomia política que é também igualmente uma mecânica do poder, definindo como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que faça o que se quer, mas para que se opere como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, “corpos dóceis”, fundamentando a dominação e internalizando representações sociais que levam cada um de nós “a ocupar seus devidos lugares”. (WITCZAK, 2003).

As formas de organização e de controle descritas por Foucault (1991) marcam profundamente toda estrutura social. O homem passa a subjetivar-se como ser de produção, em que o corpo é seu instrumento principal. Essa herança cultural atravessa toda nossa construção histórica, e, apesar das muitas conquistas modernas, ainda nos constituímos e nos identificamos como sujeitos do mundo através de nossa produção. É, ainda, o corpo que está colocado como base fundadora desse processo.

GOETZ et alli (2008) trazem dois trabalhos extremamente importantes de Jodelet¹¹. O primeiro, do ano de 1984, onde a autora enfatiza a importância do estudo do corpo a partir da perspectiva das representações sociais, pois estas assumem um papel importante na elaboração de maneiras coletivas de ver e viver o corpo, difundindo modelos de pensamento e de comportamento a ele relacionados. E o segundo de 1994, complementando esse sentido, no qual ela afirma que a imagem externa do corpo aparece como um mediador do lugar

¹¹ As obras de Jodelet, citadas por GOETZ et alli (2008) estarão citadas nas referências bibliográficas para a orientação ao leitor.

social onde o indivíduo está inserido. Além disso, também descreve o corpo como mediador do conhecimento de si e do outro, que se estabelece a partir das relações com o Outro. (GOETZ et alli, 2008, p. 227).

As representações sociais são teorias sobre os saberes populares e o senso comum, elaboradas e compartilhadas coletivamente, com a finalidade de interpretar o real. Por serem dinâmicas levam os indivíduos a produzir comportamentos e interações com o meio, ações que modificam os dois. Para Moscovici (1981, p. 181) por RS “entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais”. E Jodelet (1989, p. 36 apud OLIVEIRA & WERBA, 1996) “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Sendo formas de conhecimento ativamente construídas e reconstruídas cotidianamente, atuam diretamente no modo de pensar de cada um de nós, sendo também modificadas constantemente por esse próprio pensar. Podem demonstrar formas reificadas de pensar sobre o mundo, podem ser uma apropriação da cientificidade pelo cotidiano, e podem, ainda, representar toda uma linguagem comunitária e de mudança. Constituem-se de todos os significados e anacronismos próprios de uma sociedade. Por isso sua importância na compreensão do que é o social, este espaço de compartilhamento entre nós e os outros, onde mediados pelas normas de convívio, simbólica e ideologicamente determinadas e proferidas em linguagem, nos constituímos e abstraímos as significações necessárias para a própria vida.

O conceito de trabalho e sua centralidade nas representações sociais e na sociedade de produção, colocam-se na inserção do individual e do social como um modo de apropriação do real em seu caráter histórico e ideológico. Atravessa todas essas representações referentes ao que é trabalho, seu valor, sua relação com o sofrimento e o prazer e suas formas organizativas. Por muito tempo, tomou-se a relação corpo/disciplinas/trabalho como um dos pressupostos de uma formação e assunção de uma identidade social de trabalhador. Porém, a pós-modernidade implode com todas as certezas, como

nos afirma Stuart Hall (1997). Para este autor, o sujeito pós-moderno não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente, já que ela é transformada em continuidade. As imensas mutações contemporâneas podem explicar porque um indivíduo é fragmentado, sendo composto não por uma, mas por várias identidades, compreendendo-se facilmente o porquê, se é possível identificar possibilidades de pertencimento. A partir desses pressupostos, será discutido o que é um corpo consumo e um corpo descarte, levando em conta suas relações com o trabalho e o trabalhar.

O corpo consumo:

Ser consumidor hoje é tão ou mais importante do que ser trabalhador. Em uma concepção do senso comum, o termo consumo está associado à possibilidade que se tem de comprar ou vender algo ou alguma coisa, na busca da satisfação de uma necessidade. Consumir seria então um modo de suprir necessidades cotidianas. Mas a pergunta a ser feita é a seguinte: quem cria (e por que) tais necessidades? Todos temos necessidades iguais? A resposta para a segunda questão é bem mais simples do que para a primeira. Parece óbvio, por sermos indivíduos diferentes, que teríamos necessidades diferentes. E assim seria, se o consumo não fosse modelado, tal como o foi o desejo. Partindo desse pressuposto, têm-se pistas para responder a primeira questão.

Foi preciso que se modelassem as mentalidades para que o consumo pudesse ser definido como uma necessidade real. E aqui não se quer dizer somente das necessidades básicas das pessoas. Pois no momento em que o trabalho é desvinculado do seu fator identitário, outro precisa ser criado. A possibilidade de consumir aparece como sendo este fator, pois os indivíduos passam a ser reconhecidos por sua capacidade de consumir. No início deste processo, consumiam-se mercadorias, depois excedentes. Hoje, consomem-se identidades, ou qualquer coisa que os meios de comunicação de massa definam como sendo bons para mim ou para minha imagem. Não se pode desvincular o conceito de consumo do conceito de ideologia e dos meios de comunicação de massa, como o entende Thompson (1995),

a produção institucionalizada e a difusão generalizada de bens simbólicos através da transmissão e do armazenamento da informação / comunicação. (p. 288)

Reforça-se novamente, que tão importante quanto o trabalho é a possibilidade de inserção e reconhecimento social pelo consumo. E não se pode referir somente o consumo de bens ou serviços, pois se consomem pessoas e personagens que representam ideais de beleza e/ou promessas de felicidade. Não temos mais somente um corpo que trabalha, que se vende por salário, mesmo que ainda represente mercadoria. É um corpo fonte de prazer e intensidade. Para o corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma de “controle repressão, mas de controle estimulação, fique nu, mas seja magro, bonito e bronzeado!” (FOUCAULT, 1992, p. 147). O narcisismo moderno é uma forma de percepção do corpo alienada e ideológica. E esses valores tão propagados na modernidade em relação ao corpo funcionam como uma ferramenta de controle dos indivíduos. (CAVALCANTI, 2005)

Para Carreireiro (2005) são três as diretrizes fundamentais para o sujeito em uma sociedade hipermoderna: o sucesso, a urgência e o ato espetáculo. E essas diretrizes, capazes de moldar uma celebridade “em poucos segundos”, derivam de um culto ao corpo que rompe com processos coletivos de significação e encontro do Outro¹², promovendo um individualismo exacerbado. O Outro, nesse caso, é um espectador que assiste um espetáculo fugaz e produzir reconhecimento imediato, pronto a reconhecer no próximo corpo que se apresente um outro (Outro) espetáculo. Na tentativa de demonstrar que corpo é esse e sua representatividade frente ao Outro, a autora busca em Bauman (2003) as características que este define como um corpo “quase lugar”. Veja-se o quadro sintético abaixo:

¹² A utilização do vocábulo Outro com a letra “O” maiúscula se refere a este ser de relação, ao terceiro em relação a todo diálogo (MILLER, 1987, p. 22).

Tabela nº 1 - Bauman (2003) e o corpo hipermoderno.			
	Definição	Figura	Exemplo
Corpo território	Ele terá por função a vontade de transmitir uma mensagem ou de se constituir como um ato	Corpo superfície	É vivido como uma “quase coisa”, o que permite que ele seja mutilado: tatuagens, <i>piercings</i> e amputações.
Corpo viril	O olhar do outro favorecerá o reconhecimento da ação do sujeito pela virilidade que seu corpo é capaz de expressar em público	Corpo máquina de luta	Intolerância ao diferente: brigas de “gangues” juvenis.
Corpo excesso	A temporalidade que comanda as ações de seu corpo é a imediaticidade, uma espécie de urgência permanente.	Corpo da compulsão	Dependência do prazer imediato: drogas e compulsões.
Corpo beleza	Estética para consumo	Corpo consumo	Remodelagens: cirurgias plásticas estéticas.

Adaptado de CARRETEIRO, Teresa C. Corpo e contemporaneidade. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 11, n. 17, p. 62-76, jun. 2005.

O corpo “quase lugar” se presta a uma sociedade do desengajamento, com o fim das obrigações de longo prazo, do compromisso de reconhecimento do Outro, resultando

nas importantes contradições que os opõem são falsamente apresentadas como problemas filosóficos a serem resolvidas pelo refinamento do raciocínio – em lugar de serem apresentadas como o produto dos genuínos conflitos sociais que na realidade são. (BAUMAN, 2003, p. 68).

O autor ainda afirma que se passou de uma ética do trabalho para uma estética do consumo (BAUMAN, 1999a) Logo, o corpo consumo é alvo de atenção constante, sendo invejado ou desprezado com a mesma intensidade. Estar fora dos padrões sociais de beleza ou da moda provoca imediatamente uma sensação que vai além do incômodo, produzindo um verdadeiro mal-estar subjetivo. Esse corpo fora “dos padrões” está associado a um imaginário social próprio, que ao ser divulgado pela mídia, faz entrever um corpo impregnado de preconceitos e estigmas, por representar, na sociedade contemporânea, tanto um caráter pejorativo de uma falência moral quanto um corpo com falta de saúde. (VASCONCELOS *et alli*, 2004).

Este corpo consumo também cumpre uma função ideológica (no sentido proposto por THOMPSON, 1995), isto é, a aparência funciona como garantia ou não da integridade de uma pessoa, em termos de grau de proximidade ou de afastamento em relação ao conjunto de atributos que caracterizam a imagem dos indivíduos no sentido do espectro das tipificações adotado por uma determinada sociedade. É assim que, em função das aparências (atributos físicos), alguém é considerado como um indivíduo capaz ou não de cometer uma transgressão (atributos morais), por exemplo. (NOGUEIRA, sem data).

Essa naturalização do corpo consumo também se coloca como uma fonte de exercício de poder em termos foucaultianos. As disciplinas podem ser expressas através de regimes fantásticos de modelos anoréxicas, ou ainda em corpos “*sarados e malhados*” em academias onde facilmente se excede aos limites do mesmo (muitos ainda utilizam medicamentos proibidos para um *melhor efeito*). Mas ainda assim, frente ao resultado final, a nossa sociedade do imediato e do espetáculo saúda com o olhar de admiração às pessoas possuidoras desses corpos. Nessa perspectiva, os sujeitos não teriam a noção de que são influenciados pelos meios de comunicação de massa, desenvolvendo, por exemplo, uma postura passiva diante das mensagens por eles transmitidas, e paulatinamente anulando qualquer posicionamento crítico em relação a este conteúdo (GUARESCHI, 1993).

Todo mundo pode ser *lançado* no mundo da moda do consumo; todo mundo pode *desejar* ser um consumidor e aproveitar as oportunidades que esse modo de vida oferece. Mas nem todo mundo *pode* ser um consumidor. Desejar não basta; para tornar o desejo realmente desejável e assim extrair prazer do desejo, deve-se ter uma esperança racional de chegar mais perto do objeto desejado. [...] Todos nós estamos condenados à vida de opções, mas nem todos temos os meios de ser optantes (Bauman, 1999b, p.94).

Em contraponto a idéia anterior, Piana e Frade (2005) afirmam que as pessoas não são simplesmente seduzidas, ou enredadas, por anúncios e promessas de bem-estar de forma completamente ingênua. Elas são co-partícipes no processo de construção dos valores estéticos, aceitando estes ou renegando-os. Aceitar ou não estes valores traz consigo ônus ou bônus sociais.

Não há um inerte assujeitamento, mas sim, processos dialéticos contínuos no âmbito da linguagem. O corpo não pode ser compreendido apenas a partir de uma abordagem mercadológica: o corpo é identidade e expressão de subjetividade, sendo estes, fatores constituintes dos sujeitos e permeados de interferências de seus contextos sociais. (PIANA & FRADE, 2005, p. 3)

Goetz et alli (2008, p. 228), ao investigarem as representações sociais do corpo veiculadas pela mídia impressa em revistas de circulação nacional (Boa Forma, Estilo e Saúde, entre 2005 e 2006, totalizando 88 artigos) concluíram que os meios de comunicação veiculam ou produzem notícias, representações e expectativas nos indivíduos, com propagandas, informações e noticiários ambíguos. Na mesma medida que estimulam o uso de produtos dietéticos, práticas alimentares saudáveis e de exercícios, instigam o leitor ao consumo de lanches calóricos e gordurosos. As empresas midiáticas integram um contexto empresarial e um sistema de crenças no qual há uma estreita relação entre uma suposta verdade biomédica e um desejo social e individual: o corpo seria uma espécie de campo de luta que envolve diferentes saberes, práticas e o imaginário social.

Em sua dissertação de mestrado em Artes Visuais, o artista plástico Danilo Silva Barata (2003) conceitua o corpo “como inscrição de acontecimentos” que se torna “palco de apresentações e de celebrações na cultura ocidental”, definido pelo imediatismo e que gera

a necessidade de se expor em conformidade com os padrões corporais do momento, busca sua validação em representações de mitos televisivos e imagens que são efêmeras ao extremo, caracterizando assim a obsolescência do corpo, que passa a estar em constante necessidade de atualização. Essa corrida por padrões cada vez mais distantes e inatingíveis gera um imenso vazio que potencializa a eterna insatisfação do homem moderno (BARATA, 2003, p. 13).

O corpo biológico evidência agora uma dupla submissão: o consumo pelo Outro e um consumo narcísico. Estando íntegro e perfeitamente saudável, transcende uma rede de significações que se estabelecem no e pelo sujeito, provocando uma alienação pela imagem e uma dominação pelo efêmero, próprios da condição pós-moderna (HARVEY, 1992). Uma ou várias tatuagens, *piercings*, provocam modificações que *customizam* um corpo, produzindo

marcas que passam a identificar o sujeito pela “diferença”. Cirurgias plásticas rejuvenescedoras ou mililitros de silicone nos seios femininos (com a intenção de seduzir pela forma) também são expressões desse mesmo desejo de corpo espetáculo.

As imagens de consumo são transpostas a este corpo espetáculo. O consumo pelo Outro é ao mesmo tempo um investimento narcísico de desejo.

O corpo imaginário é o corpo das imagens. Efeito de uma identificação a uma imagem, espaço ilusório e constituinte do “eu ideal”, ideal de perfeição a ser alcançado, e que é inconsciente. Imagem que não é constituída e sim constituinte do corpo de um sujeito. Assim, o sujeito crê ser esta imagem que ele fez de si, mas como nunca coincide totalmente com ela, sempre procura assegurar-se e voltar a reconhecer-se, situação imaginária que se repete constantemente. (LEVIN, in GESSINGER, 2004, p. 24).

E esse é o mecanismo que faz essa roda girar de forma quase que incessante: a cada “temporada” novos usos e costumes são inventados ou ressurgem de outros tempos, em uma propalada “inovação”, ditando os padrões da moda. É preciso uma atualização constante: roupas e acessórios podem ser despidos, trocados ou reutilizados. E o corpo? Será sempre jovem, saudável, bronzeado e sarado? E quando não o for mais, o que acontecerá a este sujeito e as imagens que balizavam sua vida? E o corpo resultante do acidente do trabalho? Poderia ser um corpo do descarte? É o que discutirei a seguir.

O corpo do descarte.

Em “*Vidas desperdiçadas*”, Bauman (2005) constrói uma imagem que acreditamos seja bastante representativa do que queremos apresentar aqui. Todos os dias, segundo ele, chega a uma determinada fábrica pelos menos um caminhão com insumos para a produção. E, saem dessa mesma fábrica, dois caminhões: um com os produtos “novinhos em folha” que serão consumidos nas lojas pelos ávidos consumidores, e outro, com tudo o que sobrou deste processo, destinado principalmente aos lixões, local do descarte. Note-se também que a capa deste livro, em sua edição traduzida e publicada no Brasil, é ilustrada com quatro figuras: (1) latinhas de cerveja e refrigerante, de

alumínio amassadas, (2) porcas e parafusos, (3) manequins sem cabeças ou braços com o dorso nu e (4) um código de barras.

É interessante pensar como estas figuras poderiam ser traduzidas e transpostas a nossa realidade. Como se pode comparar uma latinha de alumínio amassada a uma pessoa? Porcas e parafusos que constituem um sistema, sem consciência de sua condição mecânica, servem até quando? Que tipo de consumo representam estes manequins? Qual o padrão de qualidade esperado de cada um de nós? Veja-se um pequeno texto que fala de meninas escravizadas em prostíbulos da Tailândia como forma de pagamento de dívidas de seus pais:

Corpos descartáveis: as raparigas são tão baratas que há pouca razão para cuidar delas a longo prazo. Os gastos em cuidados médicos ou em prevenção são raros nos bordéis, dado que a vida de trabalho das raparigas escravizadas, por dívida, é bastante curta — entre dois e cinco anos. Depois disso, a maior parte do lucro já foi extraído da rapariga e é mais proveitoso, do ponto de vista dos custos, descartar-se dela e substituí-la por outra fresca. Nenhum bordel quer aceitar a responsabilidade por uma rapariga doente ou moribunda (BALES, 2001).

Em consonância com as idéias de Bales (2001) descritas no excerto acima, Pinto e Ferreira (2005) falam de jogadores de futebol que não obtém sucesso, fama ou fortuna:

O jogador de futebol é valorizado quando ganha jogos e campeonatos, mas extremamente pressionado, e até execrado, quando perde ou se machuca. Parece mesmo que o futebol não perdoa quem fracassa, é a vitória ou o esquecimento. O esquecimento talvez seja o pior dos temores dos jogadores. Uma indústria de **corpos descartáveis**, na qual poucos alcançam o estrelato e a eternidade tão buscada. (PINTO & FERREIRA, 2005)

Essas são imagens verdadeiras, realmente fortes, e que acontecem cotidianamente. Falar de um corpo descarte é lembrar de todas as dimensões que o consumo nos faz esquecer devido as identificações que produz. A realidade das meninas escravizadas na Tailândia é semelhante a daquelas pessoas que adoecem ou se acidentam trabalhando. As empresas voltadas aos lucros cada vez maiores investem muito pouco (ou muito menos do que poderiam) em e na saúde do trabalhador, pois o descarte e a nova contratação

são bem mais baratos. É evidente que cada vez mais as pessoas se organizam em grupos e lutam por melhores condições de vida, dentro e fora das organizações de trabalho. Também, os ideais de sucesso, fama e consumo fazem com que se assumam uma posição sempre mais competitiva no mercado, aprofundando-se mais o individualismo e a própria concorrência, que são ferramentas chave do Capitalismo.

Poucos conseguem escalar o cume do Everest e por fazerem isso são reconhecidos: vale a pena enfrentar o frio, a falta de ar, a superação da dor... tornam-se conquistadores – são vencedores. Os que ficam pelo caminho não são nem nomeados, ou então, ficam registrados em cifras oficiais de mortos ou desaparecidos. Obter sucesso e fortuna no futebol é um exemplo parecido: poucos conseguem. Mas estes reforçam o discurso do vencedor, daquele que supera todos os obstáculos do caminho e (muitos o seguirão, poucos conseguirão) recebe as glórias por suas conquistas. Diz-se que de cada cem meninos que iniciam nas escolinhas de futebol dos grandes clubes brasileiros apenas um chegará às categorias profissionais. E, de cada cem que chegam às categorias profissionais, novamente apenas um alcançará os salários milionários e as promessas de sucesso. Desses, muito poucos serão lembrados em gerações posteriores... Os bem-sucedidos são vendidos e comprados como mercadorias, promessas de felicidade para a torcida.

Os milhões de trabalhadores que adoecem anualmente e os milhares que se acidentam no trabalho passam por situações semelhantes a essas. As esperanças e os sonhos vendidos ideologicamente se desfazem frente a um corpo que não mais pode trabalhar. Um corpo dócil feito para responder às exigências sociais que se quebra, que perde a validade, que vai para casa – aposentado por invalidez – um corpo descartado.

Todo consumo pressupõe um descarte. Logo, todo corpo consumo pressupõe um corpo descartado. Ao pensar esta questão, é importante que se leve em consideração que muito do que é descartado pode ser reutilizado, reciclado. Um aposentado por invalidez pode ser incluído em políticas públicas que o levem de volta ao mundo do trabalho – reabilitações funcionais, PPT's –

e a legislação previdenciária e trabalhista prevê até mesmo cotas de re-inserção¹³ às empresas. Reciclar-se seria o mesmo que ressignificar-se? Ou seria responder a exigências sociais sobre um corpo que necessita ser novamente inserido no mundo da produção? Não seria ocupar um corpo “quase-lugar” (BAUMAN, 2003)?

O ser humano se constitui como um ser de relação, ou seja, um direcionamento intrínseco em direção a um Outro (GUARESCHI, 2004). No contexto desse encontro com o Outro tem-se signos e locais socialmente demarcados, previamente reconhecidos (concebidos) pelos sujeitos da relação. Como se insere um corpo “quase-lugar”? Quais são os entres que permeiam esta relação? É importante lembrar, que toda relação se constitui em um triângulo de significação (GUARESCHI, 2004; MARKOVÁ, 2006; JOVCHELOVITCH, 2008). Para que um conceito (que é um entendimento de mundo) possa existir é preciso a sua ancoragem em pelo menos mais dois outros pontos significativos. O quase é algo próximo de acontecer, que está em um movimento instituinte, mas dada a velocidade do consumo, não consegue se instituir. Também não ocupa propriamente um lugar de descarte, está “entre”. O aposentado por invalidez permanente decorrente do acidente do trabalho, perante o imaginário popular, ocupa esse espaço: entre o trabalho e o não-trabalho; entre saúde e doença; entre consumo e descarte.

O processo de tomada de consciência (GUARESCHI, 1989) somente é possível quando as pessoas, paulatinamente, passam a entender o mundo a sua volta e as relações que a cercam. Então podem posicionar-se de forma crítica, a partir de seus próprios atos, frente a realidade que vivem e assumir uma posição ética. Ressignificar-se diante da condição de aposentado por invalidez permanente decorrente de acidente do trabalho implica reconhecer-se nessa situação, podendo entender as determinações ideológicas que o trabalhar e o não-trabalhar produzem sobre si e que repercutem sobre o corpo. Já, reciclar-se (no sentido do descarte) não implica nesse processo de tomada

¹³ É o que Sawaia (2006) conceitua como a inclusão perversa: inclusão perversa: uma dimensão que exclui e culpabiliza o excluído por sua própria exclusão.

de um posicionamento crítico, pois seria a transformação de algo que não serve mais em um novo objeto de consumo – mais um corpo para o trabalho.

Tais proposições são fundamentais para que a compreensão do que acontece quando o corpo fala aquilo que não se quer saber. Um posicionamento crítico que leve a uma ressignificação passa, necessariamente, por um novo entendimento sobre o próprio corpo. Entendimento que rompa com as determinações narcísicas de um corpo consumo e também com as representações sociais de um corpo que não mais trabalha, um corpo descarte. Para ressignificar-se o sujeito precisa escapar de um corpo “quase-lugar”, assunto que será discutido a seguir.

O processo narrativo, as representações sociais e o corpo:

A escolha da entrevista narrativa (BAUER & JOVCHELOVITCH, 2002) como método de coleta de dados desta pesquisa possibilitou uma maior liberdade de expressão aos entrevistados. Perguntas previamente elaboradas trazem, de forma mais evidente, o viés do pesquisador e, algumas vezes, podem ainda não ser compreendidas ou mal-interpretadas. Difere do método preconizado pela história oral (THOMPSON, Paul, 1998; FERREIRA e AMADO, 2000) onde se deve explicitar ao sujeito o que precisa ser contado e incentivá-lo o tempo todo, fazendo-se após, comparações com fatos reais ou documentos da época. Nas narrativas uma história é contada em bases reais, entretanto os elementos fantásticos também são considerados dentro das possibilidades do próprio discurso.

O ato de contar uma história é relativamente simples. Conforme Ricouer (1980), alguém coloca um número de ações e experiências em uma seqüência. Essas são as ações de determinado número de personagens, e esses personagens agem a partir de situações que mudam. As mudanças trazem à luz elementos da situação e dos personagens que estavam previamente implícitos. Com isso, eles exigem que se pense, ou que se aja, ou ambos. Contar história implica duas dimensões: a dimensão cronológica, referente à narrativa como uma seqüência de episódios, e a não cronológica, que implica

tanto a construção de um todo a partir de sucessivos acontecimentos, como a configuração de um “enredo”. O enredo é crucial para a constituição de uma estrutura de narrativa. É através do enredo que as unidades individuais (ou pequenas histórias dentro de uma história maior) adquirem sentido na narrativa. Por isso a narrativa não é apenas uma listagem de acontecimentos, mas uma tentativa de ligá-los, tanto no tempo, como no sentido. Se nós considerarmos os acontecimentos isolados, eles se nos apresentam como simples proposições que descrevem acontecimentos independentes.

Mas se eles estão estruturados em uma história, as maneiras como eles são contados permite a operação de produção de sentido do enredo. É o enredo que dá coerência e sentido à narrativa, bem como fornece o contexto em que nós entendemos cada um dos acontecimentos, atores, descrições, objetivos, moralidade e relações que geralmente constituem a história. Deste modo, compreender uma narrativa não é apenas seguir a seqüência cronológica dos acontecimentos que são apresentados pelo contador de histórias, é também reconhecer sua dimensão não cronológica, expressa pelas funções e sentidos do enredo.

Os processos narrativos traduzem formas de ver, sentir e se situar no mundo. Entretanto, falar sobre o passado pode despertar memórias dolorosas que, por sua vez, despertam sentimentos intensos, um dos quais as pessoas não estão sempre prontas a enfrentar: o recalque. Diz Freud (1989) acerca do peso do que foi recalcado sobre as ações do indivíduo: “Ele o reproduz não como lembrança, mas como ação; repete-o sem, naturalmente, saber o que está repetindo” (p. 196). O neurótico, aquele que se angustia com a identidade, repete porque recalca. E recalca devido à força das normas sociais, mas constrói memórias, lembranças encobridoras do sentido real do vivido.

Ora, os homens não suportam conviver com aquilo que não conhecem e não explicam. O que é estranho tende a gerar angústia, razão porque é preciso compreender, de algum modo, os eventos que ocorrem ao redor, principalmente quando se trata de algo que causa desconforto e sofrimento. Desde a era mitológica, quando ainda não havia uma compreensão filosófica do homem e de seu mundo, os homens vêm perseguindo formas de compreensão de tudo aquilo que os cerca, a começar pelo sentido da própria vida. Assim, se estão diante da impossibilidade de explicarem

determinados acontecimentos em torno da vida e da morte pelas causas naturais e pelas determinações históricas, tendem a buscar explicações mágicas na tentativa de encontrarem coerência e sentido para a felicidade como para a tragédia que possam experimentar (BORSOI, 2005).

A memória é construída de imagens identificadoras de quem sou, fui ou serei. Imagens repletas de significação e significados, com significantes construídos socialmente. Porém, é necessário pensar o sujeito como autor e obra ao mesmo tempo. Como ser que interagiu na construção da memória, que a reconta cada vez de forma diferente e que a ressignifica cada vez. A memória é construída a partir dos ditames sociais, o lembrar não, é individual e subjetivo. Tal qual no conceito de imagem de Proust (1990), pois sabe-se que não descreveu, em sua obra, uma vida como ela de fato foi, e sim uma vida lembrada por quem a viveu. Por isso, o que é importante para o autor que lembra, não é o que ele viveu, mas o tecido de sua lembrança. Conforme nos diz Benjamin (1997),

se texto, para os romanos é aquilo que se tece, nenhum texto é mais tecido que o de Proust, e de forma mais densa. Para ele, nada era mais denso e duradouro. (. . .) Assim, a lei do esquecimento se exercia também no interior da obra. Pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é uma chave para tudo que veio antes e depois. Num outro sentido é a reminiscência que prescreve, com rigor, o modo da textura. Ou seja, a unidade do texto está no *actus purus* da própria recordação, e não na pessoa do autor, e muito menos na ação. Podemos mesmo dizer que as intermitências da ação são o mero reverso do continuum da recordação, o padrão invertido da tapeçaria. (p. 38)

As tramas da memória de fatos lembrados versus acontecidos permitem também ao sujeito enredar-se nelas. É a vida que eu reconstituo na narrativa, mesmo que não necessariamente eu tenha a vivido, mas ouvido contar que... a força da comunidade aí se expressa. O que todos os entrevistados contam é verdade, a sua versão vivida da verdade, com a devida trama identificatória. Mesmo querendo não se pode contar, não se pode explicar, não se pode fazer os outros entenderem algo que simbolicamente eu não tenha vivido. Alguém que nunca tenha passado por uma experiência como o acidente do trabalho incapacitante jamais conseguirá sentir o que estas pessoas carregam dentro de si. O que Contini (1994, in PORTELLI, 2000) muito bem descreveu como uma “memória dividida”, ao entrevistar pessoas sobre o massacre de Civitella Val di

Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944), realizado pelos alemães em represália pela morte de alguns soldados seus pelos *partisans* (resistência italiana).

Contini identifica, por um lado, uma memória oficial, que comemora o massacre como um episódio da Resistência e compara as vítimas a mártires da liberdade; e, por outro lado, uma memória criada e preservada pelos sobreviventes, viúvas e filhos, focada quase que exclusivamente no seu luto, nas perdas pessoais e coletivas. Essa memória não só nega qualquer ligação com a Resistência, como também culpa seus membros de causarem, com um ataque irresponsável, a retaliação alemã. (PORTELLI, 2000, p. 105)

Forjadas no mesmo fato, surgem duas memórias – a das instituições e a da comunidade – que entram em choque muitas vezes nos fatos passados, mas que ao mesmo tempo celebram suas origens e perdas. Assim, fica demonstrado como uma narrativa pode ser influenciada por diversos fatores, tais como: o papel da memória, das ideologias, do tempo cronológico, da pressão política, dos afetos.

Quando falamos numa memória dividida, não se pode pensar apenas num conflito entre a memória comunitária pura e espontânea e aquela oficial e ideológica, de forma que, uma vez desmontada esta última, se possa implicitamente assumir a autenticidade não-mediada da primeira. Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, sendo todas, de uma forma ou de outra, ideológica ou culturalmente mediadas. Todas elas, no entanto, estão presentes no discurso do senso comum: reificado, unificador e provedor de identificações – pleno de representações sociais.

o real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisível, fora de propósito, aleatório (ROBBE-GRILLET, 1984, in BORDIEU, 2000, p. 185).

Para Bordieu (2000) somente uma comunidade pode suportar uma narrativa, porque é a vida considerada como história em relação ao espaço social no qual eventos se realizam, não sendo, em si mesma, um fim. Ao narrar-se uma história, verídica ou não, define-se uma *trajetória*, em uma série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo

grupo) em *colocações* e *deslocamentos* no espaço social. O sentido dos movimentos que conduzem de uma posição a outra, evidentemente se definem na relação objetiva entre o sentido e o valor, no momento considerado, dessas posições num espaço orientado: o conjunto das relações objetivas que uniram a pessoa com os Outros possíveis. Estando todos expressos em um corpo configurado em consumo e descarte, mas não em um corpo “quase-lugar”.

Dessa forma, uma narrativa constituída através de uma memória dividida (comunidade e sujeito) pode ser decomposta em representações sociais que produzem e significam um corpo. O que não se pode, ou não se consegue falar, sobre este corpo também estão contidos nessa relação. Os sentimentos, a percepção do momento em que se narra e a perspectiva que assume o interlocutor produzirão uma história única. A partir dessa perspectiva, busca-se entender como os sentidos do discurso produzido reproduzem um corpo e como a perspectiva comunitária reorganiza esse mesmo discurso. Nessa produção discursiva o corpo fala.

Quando o corpo fala: um discurso sem palavras.

Construiu-se, ao longo deste texto, um escopo teórico que permite compreender que o corpo humano é uma produção que representa as determinações sociais e comunitárias, e que também é expressão do sofrimento vivido, materializando-se nas narrativas produzidas. Ao narrarem suas vidas, estas pessoas as reconstroem em uma perspectiva onde o interlocutor (nesse caso, o pesquisador) pudesse compreender. Geralmente todas começaram falando do acidente do trabalho que os levou a aposentadoria por invalidez permanente e, num determinado momento suas narrativas mudam de direção, fato que nos intrigou bastante ao ouvir os sujeitos, até que percebemos naquele momento, representações sociais sobre o trabalho se interpunham no discurso.

Os conceitos de *trabalho do corpo* e *trabalho no corpo* (WITCZAK e GUARESCHI, 2008) podem auxiliar na compreensão desse fato. O *trabalho do*

corpo é tudo aquilo que um corpo pode fazer, que produz reconhecimento ao sujeito e pelo qual ele se reconhece também.

Bauman (2003) descreve como o trabalho e a vida comunitários produziram homens que se reconheciam pelo coletivo, o que não implicava em anonimato. Disciplina-se o trabalho pelo olhar de reconhecimento, que está sempre presente, que identifica o sujeito frente aos seus pares, que o identificam também pelo trabalho que produz. (WITCZAK e GUARESCHI, 2008, p. 76)

O *trabalho do corpo* compreende todas as possibilidades identificatórias do homem com o seu próprio trabalho, tanto as dimensões de prazer quanto de sofrimento, com a sua história individual e com sua comunidade. Em complementaridade, uma comunidade pode ser definida como algo que coloca os sujeitos em continuidade com a sua vida, com a história de seu grupo e que o identifica frente ao coletivo.

Para Góis (2005) não se pode entender uma comunidade somente como um lugar físico específico, onde as pessoas se encontram e relacionam-se dentro de bases sócio-históricas constituídas. É preciso ir além, considerando-se que esta possui “dimensão sócio-psicológica que implica a existência, nesse espaço físico, de uma rede de interação sócio-psicológica e identidade social de lugar” (GÓIS, 2005, p. 61), e que precisa ser entendida dentro da seguinte proposição

quando nos inserimos em uma comunidade, por meio da interação afetiva e crítica, vemos em sua aparência uma realidade fragmentada e diluída na sociedade que a inclui, mas, aos poucos, o que descobrimos é uma realidade cujo cotidiano está muito bem configurado numa lógica, que é social, simbólica e particular, incluindo aí seu espaço físico. (GÓIS, 2005, p. 63)

Guareschi (1996) afirma que a comunidade é um lugar, antes de tudo, de reconhecimento, onde se conhece e é conhecido pelo nome, onde se estabelecem redes de significação que também vão além do próprio nome: onde a história de cada um faz sentido frente a minha própria história pessoal.

Comunidade abrange todas as formas de relacionamento caracterizado por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral [...] e continuado no tempo. Ela encontra seu

fundamento no homem [...] é a fusão do sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da volição (NISBET, 1974, p. 48 in SAWAIA, p. 50, 1996)

Já um *trabalho no corpo* pode ser definido por todas as questões ideológicas novamente em termos de dominação (THOMPSON, 1995), que definem o que é o trabalho e o trabalhar, por extensão, e também, o não-trabalho. Dentro dessa perspectiva é que podem ser produzidos corpos consumo e corpos descarte, e para além, corpos “quase-lugar”.

O espaço da comunidade será substituído pelo chão de fábrica, pelas lojas de Departamento, pelo consumo de massa. Faz-se então, um ser anônimo, identificado pelo que pode consumir, não pelos vínculos que o ligam aos seus. A vida em comunidade será transcrita para a forma de relações impessoais, profissionais e que são atravessadas por determinantes que os sujeitos não mais compreendem, que se liquefazem (WITCZAK e GUARESCHI, 2008, p. 79)

As narrativas são perpassadas por estas duas dimensões também, a do *trabalho do corpo* e a do *trabalho no corpo*. A primeira dimensão, correspondendo à identificação do homem ao seu trabalho, configura-se no discurso com as perdas relativas aos fatores que impedem o sujeito de manter-se no trabalho e que produzem novas identificações para o mesmo. Neste caso, passa a identificar-se com um passado de trabalho, e o que sobra, o descarte – é um corpo que não pode mais trabalhar. E as significações do corpo passam também pela imagem social que este corpo produz, plenas do senso comum.

Tomemos um exemplo fictício, para a nossa própria reflexão: quando falamos de uma pessoa acidentada no trabalho e aposentada por invalidez, que imagem lhe vem a cabeça? Talvez seja uma imagem forte de alguém mutilado, em cadeira de rodas ou com um rosto expressando um sofrimento terrível. Mas nem todas carregam essas marcas externas, visíveis, e que justificam o não-trabalhar: “*elas não trabalham porque não podem*”. As pessoas que não podem mais trabalhar, e que, no entanto, aparentemente apresentam um corpo íntegro e são, recebem outra significação no senso comum: “*não trabalham por que não querem*”. É uma dupla exclusão, não possuem o corpo consumo que aparentam ter, nem são alvo das representações de um corpo

descarte (apesar de muitos se sentirem assim), ocupando o espaço do entre: “um corpo quase-lugar”. Serão apresentados, a seguir, exemplos de cada uma dessas representações.

O corpo visivelmente marcado: a representação social de um corpo descartado e a resignificação através do Outro e da comunidade.

O Senhor Y, mecânico de automóveis, 43 anos, acidenta-se com o carro de um cliente que acabara de consertar. Em tom de ironia sobre a sua própria situação, narra o que aconteceu, reafirmando sempre: “*não foram os freios*”, em alusão ao fato de que havia trabalhado em outra peça mecânica do automóvel acidentado. Identifica-se com sua profissão, procura a reabilitação para poder continuar trabalhando como mecânico, coisa que agora não pode mais. Mudam as relações sociais a sua volta, as dificuldades financeiras fazem com que a configuração familiar seja modificada, onde a esposa passa a trabalhar. Mantém os filhos na escola, porque acredita em um futuro profissional melhor para eles, relacionado à educação.

Sou mecânico de automóveis e sempre trabalhei com isso, desde pequeninho, até agora quando tive de me aposentar. Tu vê, que falta de sorte. Concertei o carro de um cliente e saí com este para dar uma volta na quadra e testá-lo. Não é que vem um caminhão e bate em mim! E o senhor veja, não eram o freios que eu ajeitei. (risos) Perdi as pernas e não mais pude trabalhar na oficina. E nem ninguém acredita que eu ainda posso ser mecânico, nem eu mesmo muitas vezes. Mas trabalhar com freio é que não faço mais (risos) Batemos de frente num cruzamento da BR. E os freios estavam em dia! (risos) O dono do carro veio me cobrar o automóvel e eu falei que já paguei com as minhas pernas! Ele não aceitou e hoje me processa. Não tinha seguro, disse que não ia sair perdendo. Eu saí do carro arrastado pelos bombeiros, perdi as pernas no hospital, tiveram de amputá-las. Pelo menos restaram os joelhos, onde posso ajeitar as próteses, assim que ficarem prontas. Mas, não é fácil. Como eu pago esse homem? Minha casa tá em risco. Minha mulher teve de trabalhar fora, faz faxinas. Os meninos mais velhos queriam trabalhar, mas não deixei. Tem de estudar para não ser mecânico como o pai. Doutor, talvez não sejam ... Mas, quem sabe? Arrumar freios não vão ...”

Quando a narrativa para, em um momento de silêncio, olha para si mesmo, sentado em uma cadeira de rodas, as pernas amputadas. O semblante se modifica, assim como o discurso.

“Na minha situação tem muita gente, não consegue seus direitos na Justiça, não tem a quem recorrer como eu não tive. Então pensei em ajudá-los. Se tu vai na previdência, é muita burocracia e gente ignorante que nem eu tem muita por aí. É muito difícil arrumar toda papelada. Então, fiz essa Associação [é informal] que ajuda as pessoas a darem encaminhamento nos papéis, em buscar uma outra colocação, possibilidade. É pra os assim como eu, essa comunidade. Não cobro nada, ninguém paga nada. Tem um advogado que nos ajuda e uma agência de empregos. Eu faço o meio de campo entre eles e as pessoas que precisam. Muitas encaminhamos para cá também. Ajuda muito. Mas, para eles nunca é o bastante. Para mim, é uma satisfação. A cada um que ajudo, me ajudo também. Tenho porque lutar de novo. Sem freios, ninguém me segura (risos)”

A comunidade preenche as significações ideológicas e identificadoras de um *trabalho no corpo*. Mesmo mutilado, impedido de exercer a sua profissão, no trabalho voluntário de doação ao Outro, ele se reencontra. Não se coloca no lugar de um corpo descarte, mas também não responde mais ao imaginário de um corpo consumo. As pernas que se perderam produzem novas significações a esta pessoa, ao mesmo tempo em que justificam o fato deste não mais trabalhar. O corpo fala aqui duplamente: em primeiro lugar, torna-se elemento de reflexão para o Senhor Y, colocando-o frente a determinações que ele não estava preparado para enfrentar, mas que se evidenciam a cada vez que ele olha para si mesmo. Em segundo lugar, ocorre uma mudança do direcionamento de sua vida para o Outro, onde as pernas que faltam e que não produzem questionamentos quanto a sua condição de aposentado por invalidez, servem de justificativa também frente à comunidade, para não mais trabalhar de forma remunerada. Não há a produção de um corpo “quase-lugar”.

O caso do Senhor X, hoje com 42 anos, traz conotações diferentes. Este acidenta-se quando vai de casa para o trabalho, caracterizando um acidente de percurso. Pilota a sua moto, quando é atingido por um carro em alta velocidade, na altura das pernas. O motorista do carro foge sem prestar socorro. Uma pessoa que passa pela rua no momento o ampara enquanto o auxílio não chega. Ele tenta levantar-se e não o consegue, as duas mãos e as duas pernas estão fraturadas. Na mesma semana, algum dia antes, havia nascido sua filha.

“Eu tentei levantar e não consegui. Não sentia dor, queria levantar e ver como ficou a moto. O outro motorista fugiu e eu fiquei ali. Pensei na minha filhinha, pensei na mulher, como ela iria sustentar sozinha aquele nenê.

Alguém que eu não conheço chegou ali e ficou comigo até que os bombeiros chegassem. [...] Não me lembro o que pensei exatamente naquela hora, até que a dor foi tomando conta aos pouquinhos. Estava semi-consciente. O bombeiro que me atendeu falava comigo o tempo todo, eu falei da minha filha que havia nascido e ele me disse que para eu a ver novamente não podia dormir. Então ele segurou a minha mão e falou comigo o tempo todo.”

Este acidente aconteceu há cerca de dez anos e até hoje o Senhor X faz tratamento médico para diferentes questões, ainda passa por avaliações periódicas no INSS e “briga” judicialmente para manter a sua aposentadoria. Ainda mantém-se vinculado a empresa, mas não trabalha mais. Ficou com uma seqüela bastante visível: uma das pernas se quebrou em tantas vezes e, em pedaços tão pequenos, que os médicos optam por retirá-los e “emendam” o osso mais acima, cerca de quatro centímetros.

“Não consegui mais trabalhar depois da cirurgia. Ficava de pé o dia todo quando trabalhava, agora não posso mais. Ia ao trabalho e ninguém deixava que eu fizesse qualquer coisa, só ia lá e ficava olhando. Um dia não fui mais. [...] Entrei em depressão. Perdi minha vida, pensava. [...] Não conseguia mais ter uma ereção. Olhava para minha perna e pronto! Então brigava com a mulher. [...] Do fato de ter de andar torto, detonei com o joelho da outra perna, operei. [...] Minha coluna se foi. Faço fisioterapia constante. [...] Quase desisti. Achei que não ia conseguir. [...] Então fui fazer um curso de computação gráfica, que era o que eu fazia antes. Fui aprendendo, fui melhorando. Ensino de graça, crianças, os programas que sei. Saí pra rua de novo. [...] Hoje tem meu neto! [de outro casamento anterior] Voltei a brigar por meus direitos.”

O trabalho de doação dá um novo sentido a sua vida. Reencontra-se consigo mesmo e com sua profissão (*trabalho do corpo*) sem as determinações de um *trabalho no corpo*. O Senhor X é criticado por muitas pessoas, como ele mesmo diz, por não procurar uma outra ocupação profissional remunerada. Recebe atualmente o benefício relativo a aposentadoria por invalidez e vive com essa renda. Segundo ele, dois fatores influenciam diretamente essa questão:

“Não sei, alguma coisa se quebrou dentro de mim. Não consigo fazer mais planos. Não conseguiria cumprir com uma rotina de trabalho como eu fazia. Não tem sentido pra mim. Vivo o dia-a-dia de forma intensa. Também tenho medo. Não sei se meu corpo corresponderia ao trabalho. Ficar de pé o dia todo ou mesmo sentado muito tempo é impossível para mim. Tenho nadado e isso tem me ajudado muito. Mas as mãos tortas, essa perna... Não sou mais eu, aquele que era. Nasci de novo, o bombeiro me salvou. Aprendo todo dia a me conhecer, antes não conhecia.”

Até que ele pudesse tomar consciência de sua situação, incomodavam-no os olhares dos outros quanto ao seu corpo. Coloca-se numa posição de um corpo “quase-lugar”. Alguns questionavam o fato de ele não “querer mais trabalhar”, outros o apoiavam nesta decisão. O trabalho com as crianças – que ele define como terapia – recompõe, de certa forma, uma imagem perdida de si mesmo. Ele se ressignifica com o Outro quando se volta à comunidade, reconstruindo-se também nesse corpo.

Em um outro exemplo, tomemos o caso do Senhor Z, 35 anos, acidentado no trabalho. Há cinco anos atrás, o Senhor Z. caiu de um andaime onde trabalhava, fraturando a cabeça do fêmur de uma das pernas e a bacia. Já sofria de osteopenia, então os ossos não se recompõem totalmente, caracterizando, após a queda, um grave caso de osteoporose. É afastado do serviço, recebendo a sua aposentadoria por invalidez permanente. Apresenta grande dificuldade para se locomover, caminhando como “*um robô*”. Não podendo mais dar sustento integral à sua família, visto que o valor da pensão não é suficiente, sua esposa (que nunca havia trabalhado fora de casa) sai em busca de um emprego e não consegue. Passa a trabalhar em casa, fazendo costuras. Mas sozinha não consegue ir muito adiante. O Senhor Z. percebe essa dificuldade em sua esposa e nas demais mulheres da vila onde residem: “*sozinhos não se é nada*”. Em conjunto com um projeto externo de geração de renda, organiza essas mulheres para que possam formar uma cooperativa de costureiras. Reúne diversos órgãos civis e diferentes forças sociais de onde obtém recursos financeiros para um curso de capacitação para a costura industrial e compra dos primeiros equipamentos. Participa das reuniões do grupo discutindo alternativas, vai a bancos... enfim, torna-se bastante atuante neste processo. Mas, ele próprio, não quer trabalhar costurando.

“Minha vida agora é isso. Não ganho nada [financeiramente] com isso. Mas tenho o respeito da comunidade. Sou reconhecido na comunidade. A pobreza não vai terminar, mas tendo o trabalho, tem a dignidade. Tem uns que não querem trabalhar, tem outros que querem e não conseguem. Ter comida na mesa é dignidade. Se a gente se organiza, a nossa força é muito maior. Não quero nada para mim que eu não possa ter no outro. Minha vida não tava valendo a pena, agora tá. [...] Nada de política, nada de demagogia mais. Ação, trabalho, renda, assim a gente pode mudar esse bairro. Assim eu estou aprendendo de novo a ser gente. Quem sabe um dia, no futuro, essas crianças que hoje tão aí na rua possam ter um futuro de

dignidade. Na miséria só se sofre. No trabalho se sofre também, mas se tem a esperança de melhorar. É só o que se precisa para se melhorar: esperança, dignidade e acreditar em um futuro melhor.”

Essas mulheres terminaram os seus cursos e hoje trabalham. Enfrentam as dificuldades de um mercado retraído e de convivência também. O Senhor Z. ainda está com elas, mas as quer deixar independentes. *“Aqui, tem muito trabalho a se fazer”*. E termina afirmando que *“antes [do acidente] acharia isto uma grande bobagem. Entendo os maridos delas – mulher que ganha mais do que homem não dá certo! Já pensei assim. Hoje tá tudo diferente em mim. Espero que um dia eles compreendam também”*. Um processo de ressignificação pessoal não acontece por acaso ou em bases totalmente novas. É ressignificação porque se constroem sentidos novos para conceitos que assumimos em nossas vidas. Ele pode entender o Outro porque já pensou assim. A afirmativa de que compreende de forma diferente é resultado da própria ressignificação. Fala pouco de seu acidente, da sua problemática com o corpo. Fala de si através dos Outros e da comunidade, no entanto, quase que o tempo todo, sua mão esfrega a parte acidentada (como se fosse um cacoete). Essa gestualidade somente aparece quando conversamos, na reunião do grupo ele não a reproduz. Nesse momento, o corpo fala....

O corpo invisivelmente marcado: a representação social de um corpo consumo e a ressignificação através do Outro e da comunidade.

Um corpo visivelmente mutilado, que traga consigo e ao alcance do olhar do Outro estas marcas, é identificado como um corpo que não pode trabalhar. Por fugir/escapar das determinações e representações sociais do trabalho, pode ser considerado um corpo descarte. E este, por si só, garante ao indivíduo, portador deste corpo, uma justifica social para o não-trabalho: *“não trabalha porque não pode”*. Mas isto não é ponto pacífico: viu-se nos exemplos anteriores que os sujeitos são questionados constantemente quanto a sua inserção ou re-inserção nas atividades profissionais. O trabalho de doação ao Outro, não remunerado, produz significados e sentidos diferentes a essas pessoas: primeiro, porque é uma forma de reinserir-se na comunidade e ser reconhecido por ela; segundo, porque mesmo que não seja remunerado, mas

de doação, ainda é trabalho. Uma modalidade de trabalhar que escapa às determinações ideológicas do lucro e da produção, mas que identifica o sujeito através daquilo que ele pode fazer.

Entretanto, na representação social do trabalho podemos encontrar aqueles que “*não trabalham porque não querem*”, que pode ser traduzido por vagabundo, vadio, encostado... E são termos pesados, pejorativos, que transpõem a uma pessoa todas as representações inversas ao que se pode atribuir a um trabalhador, “*um homem de bem*”. Quando as marcas e seqüelas do acidente do trabalho não são visíveis ao olhar do Outro, logo se identifica um corpo consumo, que pode ser enquadrado nas rotinas da produção. O acidentado por invalidez sabe da sua condição e sofre por essa exclusão, e passa a sofrer mais ainda quando a sociedade, o Outro e a comunidade lhe cobram por esse corpo aparentemente são. É nesse momento, que o corpo fala e não deixa o sujeito esquecer que ele é duplamente excluído: habita um corpo “quase-lugar”. Nos parágrafos abaixo serão apresentados dois casos nos quais são demonstradas formas de lidar com essa dupla exclusão e as possibilidades de ressignificação.

A Senhora V. se afastou do trabalho por repetidas Lesões por Esforços Repetitivos (LER) nos punhos, mãos e ombros, seguidos de um acidente do trabalho. É uma mulher grande, aparentemente forte e saudável. No entanto, cada vez que sai a rua, “*veste*” os imobilizadores para mãos e punhos.

“Eu sempre trabalhei na produção, puxava o serviço dos outros. Não tem serviço ruim, tem aqueles que não querem forcejar. Eu nunca fui assim de recusar serviço. Trabalhava junto com os homens. Em metalúrgica não tem serviço leve, sempre tem de fazer força. E eu sempre me orgulhei de poder fazer tudo. [...] Comecei com umas dor que eu ia disfarçando com gelo e massagem em casa. [...] Depois fui passando pras pomada, remédio pra, antiinflamatório, essas coisas pesada [...] E aí chegou os dia que ficava difícil trabalhar, mas eu não me entregava. Só pensava que tinha de fazer. [...] Um dia faltou homem na expedição e pediram que eu fosse dar uma mão lá. Comecei a trabalhar e de repente perdi a força nos braços. Caí por cima daquela caixa e derrubei uma pilha de caixas em cima de mim. Não me machuquei muito na queda, mas descobri que tinha LER. E o médico disse que precisa parar. E não acreditei. [...] Melhorava, voltava... Melhorava, voltava... e assim foi por uns três anos. Quando não consegui mais nem levantar um copo, parei.”

A partir da transcrição acima pode-se dizer que a pessoa inicialmente, não consegue se reconhecer fora do seu trabalho, “*me sentia como se fosse uma inútil, até os serviço de casa alguém tinha de fazer por mim*”. Ela precisava ir ao Posto de Saúde quase todas as semanas: marcação de médicos, remédios, fisioterapia... E, nessa rotina de ir e voltar ao Posto de Saúde conhece várias outras pessoas, a maior parte delas idosas, que apresentavam dificuldades muito maiores que as dela, principalmente quanto à locomoção/deslocamento. Um dia se oferece para fazer a marcação de consulta para uma vizinha, depois para outra, e assim por diante.

“Hoje o pessoal já sabe que faço isso, e vem até aqui. E eu gosto, porque me sinto gente de novo. Eu os ajudo e eles a mim. Sempre tem alguém para conversar, tomar chimarrão, passar o tempo. Sempre tem presente: umas verdura, fruta, um pedaço de bolo... Eu os ajudo e eles a mim.”

A entrevista com a Senhora V. acontece em sua casa, e ela está acompanhada de outra pessoa. Conversamos por um bom tempo sobre as rotinas de seu antigo trabalho e das dificuldades deste, até que...

“Bem, as dificuldades que encontrava no serviço eram do serviço mesmo. Peso, barulho, cansaço, mas a gente se acostuma. Não se acostuma quando todo mundo te pergunta porque não trabalha mais. Ou te diz que está encostada, com a vida ganha... Cada vez que saía a rua tinha de tá explicando o que aconteceu comigo e depois explicar que vai ser sempre assim, que não tem cura e que ainda pode piorar. A primeira pergunta que me fazem sempre é se já estou encostada. Não sei se é pro meu bem ou se é pro meu mal que eles perguntam. Mas me faz mal. Quando uso estas proteções, estas talas, ninguém pergunta nada.”

A entrevistada complementa dizendo que faz oito anos que ela se encontra nessa situação. E que, nesse período, passou por momentos difíceis em depressão e também no seu próprio casamento – “*o meu marido não compreendia aonde estava aquela mulher que ele conhecia*”. Os filhos lhe cobravam também, segundo sua percepção. Com o trabalho “*para os que precisam dela*”, aos poucos vai encontrando forças para se reerguer, mesmo que ainda tenha “*recaídas da doença*” [nesse caso, a depressão]. Durante a entrevista, ouvem-se palmas no portão da casa e a Senhora V. vai atender. A pessoa que a acompanhava, uma senhora aparentando uns 60 anos, complementa: “*É uma guerreira*”. Ao retornar, entra em casa com mais duas

mulheres, e ela nos apresenta. As que chegaram contam muitas histórias a respeito da Senhora V. e de seu envolvimento na comunidade, onde *“Todos a reconhecem por seu trabalho, pode ser com chuva ou com sol. Se tem que ir ela vai, e consegue as coisas pra gente! Posso contar com ela.”* A Senhora V. sorri, ajeita as talas, e passa o chimarrão...

Um outro exemplo refere o caso da Senhora N., 47 anos, que sofre uma pequena paralisia no lado esquerdo da face (que no momento ela não achou significativa) e uma dor de cabeça muito intensa (que sentia já há muitos dias), ainda em seu ambiente de trabalho. Pede para ser dispensada do serviço mais cedo e retorna à sua residência. Ao chegar em casa, sofre um desmaio e é socorrida, sendo encaminhada ao hospital. É constatado então uma série de pequenos Acidentes Vasculares Cerebrais (AVCs) e traumatismo craniano (provavelmente do tombo ao desmaiar), resultando em um aneurisma cerebral bastante extenso. Fica em coma profundo por 22 dias e já está há seis anos em tratamento, recuperando-se aos poucos. Faz uso de uma série de medicamentos, entre eles a Fluoxetina (medicamento utilizado para tratamentos de depressão, associada à distímia – perda do tônus muscular - e transtornos de humor).

O leitor pode se questionar o porquê de uma descrição tão extensa desse processo de adoecimento e suas conseqüências. É porque foi assim que essa senhora me recebeu para conversarmos. No portão de sua casa, quando o pesquisador se apresenta, ela já conta a sua história. E o faz para todos que ali chegam, segundo ela própria diz. Organizou sua casa, onde reside sozinha, de forma que possa se movimentar facilmente. Desse processo de adoecimento resultou uma seqüela de perda de força muscular repentina do lado esquerdo do corpo.

“Os médicos me disseram que essa perda de força é quase que só de fundo emocional. Se ando na rua, não posso ir longe. Vai que caia de novo. Também não saio sem o andador. Assim todos sabem que sou doente, que não-trabalho, que posso precisar de ajuda. As pessoas, quando vem aqui em casa não acreditam que é a mesma pessoa que elas vêem na rua”.

Acompanhado da perda de força muscular, apresentam-se crises de perda de memória “*por estresse*”. Refere que hoje faz todas as tarefas de casa sozinha, “*mas não pode ter pressa*”. E, participa de um grupo da comunidade, onde as pessoas conversam sobre os problemas cotidianos, “*as felicidades e as tristezas, onde a gente divide o fardo*”. As reuniões são periódicas e, fora as consultas médicas e o dia de receber a aposentadoria no banco, são os únicos dias que sai de casa.

“Tem os dia de festa também. Adorava dançar, hoje não danço mais. Mas ver as pessoas rindo, alegres, rodando no salão... É como se eu estivesse ali. Mas chega uma hora em que o barulho começa a incomodar. O corpo treme. O rosto começa a paralisar... Preciso ir pra casa. tem sempre alguém que vem comigo. Já chego em casa bem.”

O seu discurso é quase todo em um tom melancólico, demonstrando através dos sentidos produzidos, que não aceita a condição em que se encontra. No entanto, a sua narrativa é linear: inicia-se no processo de adoecimento e das dificuldades que viveu, como vive hoje e... faz-se um grande silêncio. São quase dois minutos olhando para “*o vazio, se buscando*”. Ela alega que é a perda de memória “*por estresse*” e pede que eu pare a gravação (o que é feito). Neste momento, ela sorri e fala que tinha o sonho de ter sido auxiliar (ou técnica) de enfermagem. Que não pode estudar quando era pequena e que recomeçou por volta dos trinta anos. Fez “*todos os estudos*” e, dias antes da formatura do curso tão esperado, adoeceu e não pode receber o seu diploma. A filha recebeu o mesmo por ela.

“Tentei retomar os estudos, fazer algo por mim, não posso, não consigo. Às vezes acho que a vida foi dura demais comigo. Às vezes agradeço a Deus por não estar em uma cadeira de rodas. Se trabalhar não posso, por que esqueço, tenho as pessoas do grupo. Estimulo que estudem e ajudo algumas. Quando eles lêem estou lendo, quando eles conseguem, estou conseguindo de novo.”

Outro silêncio prolongado. Os olhos parados em algo que somente ela consegue ver. Retoma a fala assim:

“Quando eu trabalhava eu gostava porque podia falar bastante, hoje vivo só. A solidão é ruim porque não se tem com quem falar. Não consigo falar muito porque me esqueço. [...] Não quero mais falar hoje. Mas estou bem!”

“*Mas estou bem!*” Não sei se esta fala foi dita para referenciar que ela estava vivendo bem, ou se sentindo bem naquele momento, ou... As lacunas, os espaços em branco, em sua narrativa, foram tão significativas quanto as palavras ditas. Significavam algo que não podia ou não queria dizer, mas que o corpo significava o tempo todo. O esquecimento (perda de memória) e a perda de força muscular representam aquilo que se perdeu com o adoecimento. Aquilo que não se pode dizer diretamente ao Outro, mas que se fazem significar perante este e sua comunidade. A Senhora N. faz o seu processo de ressignificação através do não dito com palavras, no entanto, permanentemente demonstrado pelo e no corpo. Juntam-se aqui as significações de um *trabalho do corpo* e de um *trabalho no corpo*, um corpo “quase-lugar”.

Considerações finais

Um silêncio, um olhar, uma mudança no direcionamento do discurso... são possibilidades de representar aquilo que uma pessoa, através das palavras, não pode ou não quer dizer: é quando o corpo fala. As representações sociais do trabalho e do trabalhar perpassam também o viver de quem não mais pode fazê-lo e se expressam diretamente através do corpo. Vivências de dor e sofrimento, do sentimento de estar à deriva frente a sua própria existência, a experiência de não reconhecimento de si mesmo frente à história que sua vida produziu, também são expressas no corpo e pelo corpo.

Trabalho, amor, futuro, esperança... tão decantados nesta sociedade tornam-se significantes vazios quando tudo o que se acredita se esvaece em uma realidade dura: a aposentadoria por invalidez permanente decorrente do acidente do trabalho. As promessas de felicidade, os sonhos de consumo, os planos, o futuro... todos ficam para trás. Essa dimensão do sofrer, muitas vezes, não pode ser explicada, porque a pessoa simplesmente não consegue dizer, acreditar, pensar, representar – então o corpo fala. E fala aquilo que não queríamos saber, que não podemos pensar, que se custa a acreditar e para o qual não há representações além de descarte, da sobra, da própria invalidez.

A sociedade, através das múltiplas vozes que a compõem, questiona essas pessoas sobre o que farão de suas vidas, agora acidentadas. Muitos então se desesperam e pensam no suicídio – e podem mesmo acabar por retirar a própria vida -, pois acreditam não mais encontrar sentido para si mesmos. E todas as pessoas ouvidas narraram o seu processo de sofrimento: pela perda do corpo consumo, por perderem a condição e a identidade social de trabalhadores. Parece restar somente o sofrer. O sofrimento, quando criativo - em termos dejourianos –, pode ser o fator de movimentação desse sujeito em direção a um processo de produção de uma consciência crítica (WITCZAK, 2009).

A comunidade, ao produzir e garantir reconhecimento a essas pessoas, possibilita a constituição de novos sentidos para a vida e para o corpo, afastando-se as determinações de um corpo consumo e de um trabalho no corpo. O trabalho de doação ao Outro complementa essa relação, pois rompe com as identificações de um corpo descarte, estabelecendo novamente um trabalho do corpo. E, a assunção de uma consciência crítica e de um posicionamento ético frente à vida, ao Outro e à comunidade, redimensiona as possibilidades da linguagem. Assim, o sujeito pode perceber-se de forma integral, não havendo mais espaço para um corpo “quase-lugar”. Pode-se, então, narrar novas histórias...

Referências bibliográficas:

- BALES, K.. *Gente descartável*. Lisboa, Editorial Caminho, 2001.
<http://exploracaodohomem.wordpress.com/2007/09/26/a-nova-escravatura-ii-tailandia-corpos-descartaveis/>
- BARATA, D. S.. O corpo como inscrição de acontecimentos. *Dissertação de Mestrado* – PPG em Artes Visuais, UFBA, 2003.
- BAUER, M. W. & GASKELL, G. (ed) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BAUER, M. W. & JOVCHELOVITCH, S. A entrevista narrativa. In: BAUER, M. W. & GASKELL, G. (ed) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BAUMAN, Z. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005.

- BAUMAN, Z.. *Comunidade, a busca de segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: JZE, 2003.
- BAUMAN, Z.. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAUMAN, Z.. *Globalização – as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999b.
- BENJAMIN, W.. *Rua de mão única*. São Paulo, Brasiliense, 1996.
- BORDIEU, P.. A ilusão bibliográfica. IN: FERREIRA, M. de M. & AMADO, J. (org). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- BORSOI, I. C. F.. Acidente do trabalho, morte e fatalismo. *Psicologia & Sociedade*; 17 (1): 17-28; jan./abr.2005
- CAVALCANTI, D. R. M.. O surgimento do conceito “corpo”: implicações da modernidade e do individualismo. In: CAOS – *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, n. 9, set./2005, p. 53-60. <http://www.cchla.ufpb.br/caos> 59
- CARRETEIRO, T. C.. Corpo e contemporaneidade. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 11, n. 17, p. 62-76, jun. 2005.
- FERREIRA, M. de M. & AMADO, J. (org). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- FOUCAULT, M.. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal. 1992.
- FOUCAULT, M.. *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.
- FREUD, S.. Recordar, repetir e elaborar. *Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1989.
- GESSINGER, C. F.. A percepção da reação do sujeito frente à doença osteomuscular: um olhar do fisioterapeuta. *Dissertação de Mestrado do PPG em Ciências da Saúde*, UNISINOS, 2004.
- GOETZ, E. R.; CAMARGO, B. V.; BERTOLDO, R. B. e JUSTO, A. M. Representação social do corpo na mídia impressa. *Psicologia & Sociedade*; 20 (2): 226-236, 2008.
- GÓIS, C. W. L.. *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Fortaleza: Publicações Inst. Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.
- GUARESCHI, P. A.. *Psicologia Social Crítica: como prática de libertação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- GUARESCHI, P. A.. Relações comunitárias – relações de dominação. IN: CAMPOS, R. H. de F.. *Psicologia social comunitária: da solidariedade a autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- GUARESCHI, P.. *Comunicação e poder*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- GUARESCHI, P. A. & SUSIN, L. C.. *A consciência moral emergente*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1989.
- HALL, S.. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP e A Editora, 1997.
- HARVEY, D.. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- JODELET, D.. The representation of the body and its transformations. In FARR, R. & MOSCOVICI, S. (Eds.). *Social representations*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1984.

- JODELET, D.. Le corps, la persone et autrui. In MOSCOVICI, S. (Ed.), *Psychologie sociale dès relations à autrui*. Paris: Nathan, 1994.
- JOVCHELOVITCH, S.. *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- MARKOVÁ, I. *Dialogicidade e representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- MOSCOVICI, S.. On social representations. In: FORDAS, J. P. *Social cognition: perspectives on everyday understanding*. London: Academic Press, 1981.
- NOGUEIRA, I. B.. *O Corpo da Mulher Negra*. acessado em novembro de 2008. in: http://www.antroposmoderno.com/antro-articulo.php?id_articulo=133
- OLIVEIRA, F. O. de & WERBA, G. C.. Representações sociais. In: STREY, M. et alii. *Psicologia Social Contemporânea – livro-texto*. RJ: Vozes, 1996.
- PIANA, M. & FRADE, I. C.. *Mediações sociais na construção dos valores estéticos corporais femininos*. Trabalho no V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom / 2005.
- PINTO, F. M. & FERREIRA, L. G.. A experiência de ver filmes na formação inicial de professores de educação física. *Pensar a Prática*, Vol. 8, nº 1 (2005), UFSC. <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/107/2276>
- PORTELLI, A.. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. IN: FERREIRA, M. de M. & AMADO, J.. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- PROUST, M. *O tempo redescoberto*. São Paulo: Globo, 1990.
- RICOUER, P. The narrative function. In: W. J. T. MITCHELL (ed.) *On narrative*. Chicago: Chicago University Press, 1980.
- SAWAIA, B.. Exclusão ou Inclusão Perversa. In: SAWAIA, B. (org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna – teoria social crítica dos meios de comunicação em massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- THOMPSON, P.. *A voz do passado – história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- VASCONCELOS, A. N; SUDO, I; SUDO, N. Um peso na alma: o corpo gordo e a mídia. *Revista mal-estar e subjetividade*. Fortaleza, v. IV, n. 1. 2004.
- WITCZAK, M. V. C Seção II: A narrativa e a produção de significados em aposentados por invalidez decorrente de acidente do trabalho. In: WITCZAK, M. V. C *Através dos olhos, das mãos e da boca: a ressignificação da vida após a aposentadoria por invalidez permanente decorrente do acidente do trabalho*. Tese de Doutorado em Psicologia, PPG em Psicologia-PUCRS, 2009.
- WITCZAK, M. V. C. & GUARESCHI, P. A.. Voltar à comunidade: buscando novos sentidos e significados a acidentados no trabalho. In: STREY, M. N. & TATIM, D. C. (org.) *Sobre ET's e dinossauros – construindo ensaios temáticos*. Passo Fundo, RS: UPF Editora, 2008.
- WITCZAK, M. V. C. A ilha do dia anterior: uma discussão sobre tempo, memória e subjetivação. In: *Revista Barbarói*, nº 19, de dezembro de 2003.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações finais

Cotidianamente, em nosso país e no mundo, os acidentes do trabalho matam e mutilam pessoas. Levam consigo mais do que a impossibilidade de se trabalhar: sonhos, esperanças, significações de vida e de si mesmo. Além de uma importante questão de Saúde Pública, é um reflexo da sociedade em que vivemos na qual a vida humana é tão pouco valorizada.

Questionando a centralidade do trabalho, chegamos a questionar também as formas de agir e pensar sobre aquilo que passa invisível aos olhos: todas as representações sociais que este conceito traz consigo, que legitimam práticas e saberes e que produzem identificações aos sujeitos que o realizam – os trabalhadores. E, frente a todas estas determinações, fica muito difícil traduzir plenamente o significado de ser trabalhador, na medida em que ele nos envolve e nos mantém.

Ao se acidentar no trabalho o sujeito vê ruir por terra todo esse castelo de cartas que construiu para significar sua vida. Rompe-se com todas as certezas, desmoronam-se os sonhos, esvaziam-se as promessas e os significados que as orientavam. Assim sendo, resta a essa pessoa um corpo mutilado ou doente que não serve mais as pretensões capitalistas de trabalho e realização. A dor, o sofrimento, o suicídio aparecem como alternativas a quem não mais se reconhece dentro dos padrões que orientaram a vida e os conceitos assumidos até então. E é preciso continuar vivendo...

Por outro lado, que vida é essa na qual as significações que antes exaltavam o trabalho e o trabalhar, agora ressaltam a invalidez e a solidão? Tal questionamento nos leva a refletir e percebemos quão verdadeiras são as palavras, que certa vez ouvimos, porque retratam, com propriedade a situação do acidentado, ao afirmarem que a pior dimensão que a solidão pode assumir é aquela em que se está rodeado de pessoas e sozinho ao mesmo tempo. Eis uma versão correlata do sofrer – expressão do individualismo que se vive atualmente, na qual as conquistas e vitórias são celebradas para, e não com, os Outros. As derrotas, da mesma forma, são de responsabilidade única do

sujeito. Dentro desse quadro, o sujeito volta a se questionar: e, como viver assim? É preciso ressignificação.

Entendemos por ressignificação a possibilidade de atribuir novos sentidos àqueles conceitos instituídos, reificados, totais, que ideologicamente (no sentido de dominação - THOMPSON, 1995) transcrevem a vida e o viver. É preciso trocar as lentes que captam essa realidade, o que não é uma tarefa fácil. Faz-se necessário também, que se entenda o que foi captado, de uma forma diferente daquela a que se estava habituado, para que se produzam sentidos e atribuições diferentes daquilo que estava sempre ali, no entanto, era invisível. O ato de ressignificar-se, só é possível, dentro de um processo de formação de uma consciência crítica.

Freire define como consciência crítica (GUARESCHI, 1989) a compreensão das causas estruturais e históricas da sociedade em que se vive, associada a um compromisso político de mudança e responsabilidade social. Para que isso aconteça, é preciso entender a realidade social através de uma reflexão objetiva sobre ela. E como, o acidentado do trabalho que foi aposentado por invalidez permanente – sozinho e sofrendo – poderia fazê-lo? Como “arrebentar” com isso? Como encontrar novas lentes? Aqui entra de forma decisiva o Outro, a comunidade e a linguagem.

A ruptura de um *continuum* de vida que o acidente do trabalho produz é responsável pelos questionamentos que podem gerar um processo de conscientização. Os olhos, através do sofrer e da exclusão social, são abertos a estas questões que antes passavam despercebidas. No entanto, como se pode mantê-los abertos? Entendendo a realidade a sua volta, o sujeito passa a perceber que esse sofrimento e essa exclusão são frutos da mesma sociedade e dos conceitos através dos quais ele plenamente se identificava.

Ao refletir sobre sua situação, esta pessoa vê que existem muitos outros na mesma condição que a sua, que não está só e a que vida não acaba. No encontro deste Outro, ele pode se reencontrar. A ressignificação passa pelo trabalho de doação ao Outro que rompe com a lógica da produção, do lucro e

do consumo. E, mesmo sendo doação, ainda é trabalho: mantém-se as identificações atribuídas ao trabalhar e ao ser trabalhador.

A comunidade é o local do mundo da vida (HABERMAS, 1992; JOVCHELOVITCH, 2008), onde se pode reencontrar os sentidos perdidos e o reconhecimento individual: ali o sujeito se reencontra com seu passado e sua história de vida. No entanto, a comunidade também é um local de segurança e de proteção contra o “mundo lá fora” (BAUMAN, 2003). Protegido o sujeito não precisa enfrentar o que lá se coloca, tendo a aceitação de que necessita. Assim, não é preciso esse processo de enfrentamento do sofrer. As pessoas acabam por aceitar a sua condição e não se produzem ressignificações. Essas duas possibilidades foram demonstradas nesta tese.

A linguagem tem um papel determinante neste processo. É nela que se encontram todas as formas de expressar e significar o mundo. Também é através dela que se constroem as ressignificações possíveis. O processo narrativo estabelece a ligação da pessoa com a comunidade (de onde obtém os significantes necessários e se constituem os enredos) e com sua própria história (que ela reconstrói conforme pode e lhe interessa). Propõe um discurso permeado de todas as representações sociais, das quais se apropria e constrói versões da realidade. Fruto das relações que se estabelecem, a linguagem é a expressão da dialogicidade, já que acaba-se pensando pela boca.

Daí deriva a escolha da metodologia de coleta de dados através da entrevista narrativa (BAUER e JOVCHELOVITCH, 2002) e da interpretação através dos triângulos da significação (GUARESCHI, 2004; MARKOVÁ, 2006; JOVCHELOVITCH, 2008). A intenção era de constituir-se um entendimento que transcendesse ao discurso individual e que pudesse ser apreendido como uma produção coletiva, ou seja, numa representação social. Através dessa triangulação, decompuseram-se as narrativas nas relações estabelecidas entre o indivíduo, a comunidade – o Outro, e a linguagem. Isso permitiu entender como se processam os sentidos do discurso e seus enunciados. E, de como estes produzem os próprios sujeitos, possibilitando ressignificações.

Quando as palavras não dão conta desses sentidos produzidos, o corpo fala: o processo de ressignificação também se expressa neste. A comunidade, ao produzir e garantir reconhecimento a essas pessoas, possibilita a constituição de novos sentidos para a vida e para o corpo, fugindo das determinações de um corpo consumo e de um trabalho no corpo. O trabalho de doação ao Outro complementa essa relação, pois rompe com as identificações de um corpo descarte, estabelecendo-se novamente um trabalho do corpo. E, a assunção de uma consciência crítica e de um posicionamento ético frente à vida, ao Outro e à comunidade, redimensiona as possibilidades da linguagem. Assim, o sujeito pode perceber-se de forma integral, pois não há mais espaço para um corpo “quase-lugar”. Pode-se, então, narrar novas histórias...

Referências bibliográficas

- BAUER, M. W. & JOVCHELOVITCH, S. A entrevista narrativa. In: BAUER, M. W. & GASKELL, G. (ed) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BAUMAN, Z.. *Comunidade – a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2003.
- GUARESCHI, P. A.. *Psicologia Social Crítica: como prática de libertação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- GUARESCHI, P. A. & SUSIN, L. C.. *A consciência moral emergente*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1989.
- HABERMAS, J.. *Teoria de la accion comunicativa*. Madrid: Taurus, 1992.
- JOVCHELOVITCH, S.. *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- MARKOVÁ, I.. *Dialogicidade e representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- THOMPSON, J. B.. *Ideologia e cultura moderna – teoria social crítica dos meios de comunicação em massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

Anexo A



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Ofício 1502/07-CEP

Porto Alegre, 11 de dezembro de 2007.

Senhor(a) Pesquisador(a):

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS
apreciou e aprovou seu protocolo de pesquisa registro CEP 07/04010, intitulado:
"Pessoas acidentadas no trabalho: relacionando presente, passado e futuro".

Sua investigação está autorizada a partir da
presente data.

Relatórios parciais e final da pesquisa devem ser
entregues a este CEP.

Atenciosamente,

Prof. Dr. José Roberto Geldim
COORDENADOR DO CEP-PUCRS

Ilmo(a) Sr(a)
Prof. Pedrinho Arcides Guaraschi
N/Universidade

PUCRS

Campus Central
Av. Ipiranga, 6690 - 9º andar - CEP: 90610-000
Sala 314 - Fone/Fax: (51) 3320-3345
E-mail: cep@pucrs.br
www.pucrs.br/prppq/cep

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: Pessoas acidentadas no trabalho: relacionando presente, passado e futuro.

I- A justificativa e objetivos da pesquisa.

A justificativa desta pesquisa concentra-se na importância que o acidente do trabalho tem na vidas das pessoas em geral e da sociedade como um todo. Entender este processo possibilita que se possa transformar a realidade destas pessoas em busca de uma melhor qualidade de vida e constituição de um novo projeto de vida. E, para a sociedade, entender quem são essas pessoas, o que necessitam e formas de propor novas perspectivas de entendimento desta realidade.

Tem-se por objetivo geral projeto discutir como as pessoas que se aposentam por invalidez decorrente de acidente do trabalho, entendem o que passa com elas a partir de então.

II- Procedimentos:

O (a) senhor (a) será entrevistado por este pesquisador e a conversa será gravada. Após, a conversação será transcrita e depois as fitas K-7 serão apagadas. O seu nome real será substituído por um nome fictício, mantendo-se somente o sexo, idade e profissão reais. As histórias de vida não serão transcritas de modo integral, a fim de que o (a) senhor (a) não seja identificado.

III-Os desconfortos ou riscos esperados:

Se existir a possibilidade de o (a) senhor (a) não se sentir confortável com a continuidade da entrevista está será encerrada neste momento. Não existem riscos esperados.

IV- Os benefícios que se pode obter:

Acompanhamento psicológico durante o transcorrer da pesquisa, entendimento deste momento de sua vida e constituição de um projeto de vida, conforme suas possibilidades.

V. Os procedimentos alternativos que possam ser vantajosos: Não existem.

VI. Garantia de resposta a qualquer pergunta.

VII. Liberdade de abandonar a pesquisa sem prejuízo para si.

VIII. Garantia de privacidade.

Desde já fica evidenciado que, as informações terão caráter sigiloso e não serão usadas para outro fim, assim como também o seu nome não será divulgado.

Eu, fui informado dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada. Recebi as informações necessárias e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim eu o desejar. O Sr. Marcus Vinicius Castro Witczak (pesquisador responsável) certificou-me de que todos os dados desta pesquisa referentes a entrevista sobre o meu acidente do trabalho e outras que achar necessárias serão confidenciais e terei liberdade de retirar meu consentimento de participação na pesquisa, face a estas informações.

IX. Compromisso com informação atualizada do estudo.

X. Disponibilidade de tratamento médico e indenização em casos de danos.

XI. Garantia de que custos adicionais serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa Fui informado que caso existam danos à minha saúde, causados diretamente pela pesquisa, terei direito a tratamento médico e indenização conforme estabelece a lei. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

Caso tenha novas perguntas sobre este estudo, posso chamar Sr. Marcus Vinicius Castro Witczak (pesquisador responsável) no telefone (51) 37177388. Para qualquer pergunta sobre os meus direitos como participante deste estudo ou se penso que fui prejudicado pela minha participação, posso chamar o Sr. Pedrinho Arcides Guareschi (orientador desta pesquisa).

Declaro que recebi cópia do presente Termo de Consentimento.

Assinatura do entrevistado.

Nome do entrevistado.

Assinatura do entrevistador, Sr. Marcus Vinicius Castro Witczak

Este termo foi lido para _____ em ____/____/____, pelo Sr. Marcus Vinicius Castro Witczak, enquanto eu estava presente.

Assinatura da testemunha.

Nome da testemunha.